

LÉA MATTOSINHO AYMORÉ

**O PASQUIM EM TEMPOS DE ABERTURA POLÍTICA (1978-1980):
uma análise das grandes entrevistas**

ASSIS

2016

LÉA MATTOSINHO AYMORÉ

**O PASQUIM EM TEMPOS DE ABERTURA POLÍTICA (1978-1980):
uma análise das grandes entrevistas**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestrado Acadêmico em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Milton Carlos Costa

ASSIS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

A294p Aymoré, Léa Mattosinho
 O Pasquim em tempos de Abertura politica (1978-1980):
 uma análise das grandes entrevistas / Léa Mattosinho Aymoré.
 Assis, 2016.
 129 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulo
Orientador: Dr Milton Carlos Costa

1. Imprensa alternativa. 2. Ditadura - Brasil. 3. Entrevistas
(Jornalismo). 4. Anistia. 5. Periódicos brasileiros. I. Título.

CDD 079.81

LEA MATTOSINHO AYMORE

O PASQUIM EM TEMPOS DE ABERTURA POLÍTICA (1978-
1980): uma análise das grandes entrevistas

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP para a obtenção
do título de Mestra em História (Área de
Conhecimento: História e Sociedade)

Data da Aprovação: 13/07/2016

COMISSÃO EXAMINADORA


Presidente: PROF. DR. MILTON CARLOS COSTA - UNESP/Assis


Membros: PROF. DR. RICARDO GIÃO BOTOLOTTI - UNESP/Assis

PROF. DR. CANDIDO MOREIRA RODRIGUES - UFMT/Cuiabá

AYMORE, Léa Mattosinho. **O Pasquim em tempos de abertura política (1978-1980): uma análise das grandes entrevistas**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

RESUMO

O Pasquim, periódico semanal de enorme sucesso desde seu lançamento em junho de 1969, apenas seis meses após o estabelecimento do AI-5, foi de extrema importância para toda uma geração. Pois com seu humor inteligente promovia uma reflexão crítica sobre a realidade brasileira, além de ser porta voz de uma série de mudanças comportamentais pelas quais passava a nossa sociedade entre os anos de 1960 e 1970. Sobreviveu à censura prévia com o apoio da maior parte da intelectualidade carioca, a chamada “esquerda festiva”, responsável também por sua criação e se manteve independente por mais de uma década até perecer economicamente na primeira metade dos anos 1980. Esta pesquisa teve como objetivo analisar O Pasquim como fonte e objeto de estudo, entre os anos de 1978 e 1980, período de abertura política, em que o jornal funcionou sem uma censura prévia, e afirmou seu caráter contestador em cada edição, apoiando a campanha pela anistia, denunciando abusos e defendendo uma maior transparência por parte das instituições nacionais, lançando as bases do que seria uma das principais características da imprensa no período de redemocratização. O primeiro capítulo analisou o contexto histórico de criação e funcionamento do Pasquim em seus mais diversos aspectos políticos, econômicos, sociais, institucionais e culturais. O capítulo seguinte situou o jornal no contexto de funcionamento da imprensa alternativa, sendo o semanário um dos mais significativos representantes do setor. Por fim, o terceiro e último capítulo desenvolveu uma análise das grandes entrevistas, parte fundamental do jornal desde sua primeira edição. As grandes entrevistas, geralmente extensas, contribuíram para a inovação da linguagem jornalística e publicitária tamanha a informalidade com que eram realizadas e publicadas, geralmente na íntegra, transmitindo um clima de intensa familiaridade, que aproximava o leitor dos entrevistados. Esse modo totalmente inovador de realização e publicação de entrevistas foi revolucionário e intensamente imitado por inúmeros outros jornais e revistas da época, tornando O Pasquim um jornal influente não apenas por seu conteúdo, mas também por sua forma.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. O Pasquim. Imprensa alternativa. Grandes entrevistas. Abertura política. Campanha pela anistia.

AYMORE, Léa Mattosinho. **O Pasquim em tempos de abertura política (1978-1980): uma análise das grandes entrevistas**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

ABSTRACT

O Pasquim, weekly newsletter of huge success since its launch in June 1969, only six months after the AI-5 promulgation, was extremely important for a generation. For with his intelligent humor promoting a critical reflection on the Brazilian reality, in addition to being spokesman of a series of behavioral changes that passed our society between 1960 and 1970. He survived to prior censorship with the support of most of the Rio intelligentsia, the "festive left", also responsible for its creation and has remained independent for over a decade to economically perishing in the first half of the year 1980. This study aimed to analyze O Pasquim as the source and object of study, between the years 1978 and 1980, political opening period, in which the newspaper ran without prior censorship, and stated his maverick character in each edition, supporting the campaign for amnesty, denouncing abuses and advocating greater transparency by national institutions, laying the foundation of what would be a major feature of the press in democracy period. The first chapter examines the historical context of creation and functioning of the O Pasquim in its various political, economic, social, institutional and cultural. The next chapter placed the newspaper in the alternative press operating environment, and the weekly one of the most significant representatives of the sector. Finally, the third and final chapter has developed an analysis of great interviews, key part of the newspaper since its first edition. The great interviews, usually extensive, contributed to the innovation of journalistic and advertising language such informality with which they were carried out and published, usually full, conveying an atmosphere of intense familiarity, which approached the reader of respondents. This completely new way of conducting and publishing interviews was revolutionary and intensely imitated by numerous other newspapers and magazines of the time, making O Pasquim an influential newspaper not only for its content but also by its shape.

Key words: Civil - military dictatorship. O Pasquim. Alternative Press. Great interviews. Political opening. Campaign for amnesty.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O Pasquim, edição 57, Rio de Janeiro, julho de 1970.	19
Figura 2: Médici e Carlos Alberto erguem a taça da Copa do Mundo de 1970.	19
Figura 3: O Pasquim, edição 60, Rio de Janeiro, de agosto de 1970.	19
Figura 4: Pasquim, edição 481, Rio de Janeiro, setembro de 1978.	27
Figura 5: Ex, edição 16, São Paulo, novembro de 1975.	34
Figura 6: O Pasquim, edição 68, Rio de Janeiro, outubro de 1970.	44
Figura 7: O Pasquim, edição 40, Rio de Janeiro, março de 1970.	46
Figura 8: O Pasquim, edição 71, Rio de Janeiro, outubro de 1970.	47
Figura 9: O Pasquim, edição 73, Rio de Janeiro, novembro de 1970.	49
Figura 10: O Pasquim, edição 74, Rio de Janeiro, novembro de 1970.	50
Figura 11: O Pasquim, edição 46, Rio de Janeiro, maio de 1970.	53
Figura 12: O Pasquim, edição 19, Rio de Janeiro, novembro de 1969.	57
Figura 13: Pasquim, edição 577, Rio de Janeiro, julho de 1980.	58
Figura 14: O Pasquim, edição 22, Rio de Janeiro, novembro de 1969.	64
Figura 15: Pasquim, edição 492, Rio de Janeiro, dezembro de 1978.	67
Figuras 16, 17 e 18: Pasquim, edição 455, Rio de Janeiro, março de 1978.	69

Figura 19: Pasquim, edição 492, Rio de Janeiro, dezembro de 1978.	70
Figura 20: Pasquim, edição 500, Rio de Janeiro, janeiro de 1979.	72
Figura 21: Pasquim, edição 448, Rio de Janeiro, janeiro de 1978.	77
Figuras 22, 23, 24 e 25: Pasquim, edição 448, Rio de Janeiro, janeiro de 1978.	78
Figura 26: Pasquim, edição 473, Rio de Janeiro, julho de 1978.	85
Figura 27: Pasquim, edição 473, Rio de Janeiro, julho de 1978.	86
Figura 28: Pasquim, edição 453, rio de Janeiro, março de 1978.	90
Figura 29: O Coronel Antonio Erasmo Dias, antes da invasão à PUC.	94
Figura 30: Pasquim, edição 508, Rio de Janeiro, março de 1979.	102
Figura 31: Pasquim, edição 590, Rio de Janeiro, outubro de 1980.	103
TABELA: JORNAIS ALTERNATIVOS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL ENTRE FIM DE 1975 E INICIO DE 1976 (NÚMEROS ESTIMADOS).....	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O contexto histórico de criação e funcionamento do Pasquim	16
2 O Pasquim, um legítimo representante da imprensa alternativa	41
3 Uma análise das grandes entrevistas	74
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	124

INTRODUÇÃO

O *Pasquim*, semanário carioca de enorme sucesso, foi fundado em 26 de junho de 1969, seis meses após o estabelecimento do AI-5 que representou um momento de intenso recrudescimento da ditadura civil-militar. O AI-5 tradicionalmente é vinculado e justificado à necessidade de conter a ação dos movimentos sociais que se manifestavam contra o regime, principalmente depois da morte do estudante Edson Luis Lima Souto de 18 anos em março de 1968. Também deriva dele a resposta armada de uma parte da esquerda brasileira.

Assim, outro marco importante seria 1968, mais exatamente o AI-5, em 13 de dezembro. Impedida toda e qualquer possibilidade de atuação dos movimentos sociais, só restava o enfrentamento armado. Na verdade, o recuo dos movimentos sociais ocorreu ainda no início do segundo semestre de 1968. A necessidade de contê-los foi uma justificativa da repressão para o AI-5, o que historicamente não se verifica. Se o AI-5 explicou e justificou a luta armada, jogou um véu sobre uma opção substancial que parte das esquerdas brasileiras vinha assumindo, antes de 1968, antes de 1964, ainda mesmo nos anos 1950.¹

Com o AI-5, inúmeros estudantes, artistas, intelectuais, políticos e outros oposicionistas foram presos, cassados, torturados ou forçados ao exílio. Com a rígida censura instituída pelo regime a todos os meios de comunicação, era colocado um fim à agitação política e cultural do período.² Ao contrário de outros jornais alternativos, que tinham um caráter marcadamente político e de oposição direta ao regime, as principais características do *Pasquim* eram o humor e o deboche, cujos principais alvos eram a classe média conservadora e a ditadura. Mas é certo que por conta das contingências daquele momento histórico, o *Pasquim* também “fazia política”, a seu modo.

Até porque havia toda uma conjuntura histórica favorável à conversão dos meios de comunicação, no caso estudado, o jornal o *Pasquim*, em veículos da política, tanto no momento de sua fundação, em 1969, quanto por toda a sua trajetória, ao longo dos anos de 1970 até o período de abertura política, momento em que se concentra essa pesquisa. Como afirma René Rémond, “os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz

¹ ROLLEMBERG, D. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, L.; FERREIRA, J. (Org.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, (O Brasil republicano, 4), p. 48- 49.

² RIDENTI, M. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: DELGADO, L.; FERREIRA, J. op. cit., p. 152.

dos instrumentos que são transformados em armas”.³ É importante pensar nessa afirmação, sem, contudo, resvalar para uma ideia muito simplificada de que aquele momento histórico era fortemente “político” e, portanto, todos os campos sociais se politizariam, ou, ainda, a ideia de que provinha do estado a política e, portanto, as ações/reações da sociedade seriam políticas. Isto tudo refletiria nos meios de comunicação. Na mesma obra, Rémond ainda observa a dificuldade em delimitar as fronteiras naturais do político.

Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo. Essas variações obedecem a necessidades externas; refletem também as flutuações do espírito público. O espaço que o político recorta na realidade global é a resultante dessa conjunção. Certas situações ampliam o campo do político: em tempo de guerra, o que não é político?⁴

Poderíamos estabelecer um paralelo entre o pensamento de Rémond e a dilatação do campo político naquele momento, em particular, em fins dos anos 1970? Se o político é tudo aquilo que tem uma relação direta com o Estado e com a sociedade global, pode se dizer que sim. Mas, também, não podemos reduzir a complexidade da sociedade brasileira naquele período em um “momento político” ou, então, reduzir um periódico como o *Pasquim*, com toda a sua rica abordagem da sociedade brasileira, a um jornal de perfil político naquele momento, afinal “nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios”.⁵ Mas, o fato é que o *Pasquim*, em sua incrível multiplicidade de assuntos, privilegiou a pauta política, por assim dizer entre 1978-1980, e sendo assim, cumpriu seu papel político e ideológico de oposição, em um momento chave para a nossa história recente, o processo de abertura política brasileira.

Outro aspecto a ser discutido quando analisamos o *Pasquim* e, mesmo, outros veículos de comunicação está na correlação entre a influência que se faz e que se sente entre imprensa e opinião pública, pois “é certo que a imprensa desempenha um papel na evolução dos comportamentos políticos (...) mas os dirigentes tendem espontaneamente a exagerar muito isso”⁶, ou como coloca Áureo Busetto “deverá o historiador seguir se ocupando na busca de dados e informações que possibilitem conhecer e compreender sócio-historicamente (...) as

³ RÉMOND, R. Do político. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441.

⁴ Ibid. p. 442-443.

⁵ Ibid. p. 444.

⁶ JEANNENEY, J. A mídia. In: RÉMOND, R. (Org.). op. cit., p.216.

relações entre a empresa midiática e o seu público consumidor”.⁷ Busetto discute a questão e acrescenta que não é apenas a imprensa que influencia e molda o público, mas que ambos se influenciam mutuamente, se estabelece uma relação de vetor duplo. Segundo ele:

Buscar compreender os produtos midiáticos como resultantes de um feixe de diversas e diferentes relações sociais que, encetadas por grupos sociais portadores de força e poderes díspares, tornam possíveis que bens midiáticos sejam pensados, produzidos, classificados e legitimados socialmente.⁸

Nesse aspecto, talvez possamos avançar um pouco mais na questão com as reflexões de Robert Darnton sobre a história social e cultural da comunicação impressa. Em sua obra, ele se propõe a entender não apenas como as ideias são transmitidas por via impressa, mas, também, como o contato com a palavra impressa afeta o pensamento e o comportamento das pessoas.⁹

Darnton procura caracterizar a palavra impressa como uma força na história, uma força que influencia, mas que, também, é influenciada pelos leitores, “tanto antes, quanto depois do ato de composição. [afinal] Os próprios autores são leitores”.¹⁰ Ele ainda considera que se deve levar em conta o que ele chama de “coerção” do texto sobre o leitor, assim como a liberdade do leitor com o texto.¹¹

A discussão proposta por Darnton é bem conveniente quando se trata de analisar um periódico como o *Pasquim*, que apresentou uma “virada” temática justamente em um momento de convulsão política e social. Afirmar seu posicionamento ideológico naquele momento foi essencial para a identificação com seu público-alvo, que o acompanhara ao longo de uma década e sempre teve alguma clareza sobre os posicionamentos do jornal; afinal inúmeras edições foram apreendidas pela censura causando imensos prejuízos ao jornal.

A nova pauta do *Pasquim*¹², voltada para questões que envolviam os rumos da política nacional, também era uma maneira de atrair novos leitores, “interessados em política” e

⁷ Busetto, A. A mídia brasileira como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes. In: Sebrían, R. N. N. et alii (Org.). *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes, 2008, p. 17.

⁸ Ibid. p. 18.

⁹ Darnton, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 122.

¹⁰ Ibid. p.125.

¹¹ Ibid. p.146.

¹² Em seu lançamento, o jornal foi nomeado *O Pasquim*. Posteriormente, inclusive no período de tempo que esta pesquisa se propõe a analisar, entre 1978 e 1980, era publicado apenas como *Pasquim*, nome pelo qual o periódico será chamado ao longo do texto. Nas citações, legendas e referências será mantido o modo original.

atentos aos rumos do processo de redemocratização brasileira.¹³ Cabe lembrar, porém, que as pessoas não concordam necessariamente com os valores ou as ideias daquilo que leem. Segundo Natalie Davis, o mais importante a se considerar não é apenas o impresso como fonte de ideias e imagens, mas como um mensageiro de relações. Relações estas que a imprensa ajuda a estabelecer, principalmente, entre pessoas e tradições culturais antes isoladas.¹⁴ É importante salientar que Davis estabelece tais aspectos em relação ao impacto causado pela invenção da imprensa nos ambientes urbano e rural da França do século XVI. Porém, não deixa de ser adequado caracterizar a imprensa como mensageira e mediadora de relações, também, na sociedade contemporânea.

A proposta desta pesquisa é a análise das edições do *Pasquim* publicadas entre os anos de 1978 e 1980, sendo que o núcleo documental da pesquisa serão as entrevistas publicadas nessas edições. Essas entrevistas nos trazem um panorama bastante peculiar daquele momento político, com a revogação do AI-5, a campanha pela anistia, enfim, o encaminhamento do Brasil para a abertura política. Ao fazer a análise das edições de um jornal consagrado e representativo da imprensa alternativa nesse momento da história brasileira, podemos entender como se portou parte da imprensa brasileira no referido momento histórico e de que forma o material publicado refletia-se nas opiniões, posturas e aspirações de seus leitores.

A documentação utilizada na pesquisa encontra-se no CEDAP. Na análise dos periódicos, foi levado em conta a sua materialidade e o seu conteúdo, tais como a linha editorial do jornal, seus colaboradores, o público a que se destinava, suas fontes de receita e outros aspectos, além da abordagem do processo de abertura política. Foram analisadas as edições dos anos IX (1978), X (1979) e XI (1980), que vão do Nº 446 (13/01/1978) ao Nº 566 (02/05/1980). O caminho percorrido foi o da pesquisa exploratória, da qual entende-se que:

É realizada sobre um problema ou tema de pesquisa que geralmente são assuntos com pouco ou nenhum assunto anterior estudo anterior a respeito. Serve para o pesquisador aumentar seu conhecimento acerca do fenômeno que deseja investigar, esclarecer conceitos e estabelecer prioridades para pesquisas sobre um determinado tema, a ser concebido com uma maior

¹³ Embora não houvesse mais censura prévia no Brasil, o *Pasquim* teve várias de suas edições apreendidas, entre elas, as de número 599 e 628, por conterem críticas contundentes ao governo da época, do general João Batista de Oliveira Figueiredo. O *Pasquim* criticava os limites da anistia proposta pelo governo, a resistência por parte de muitas instituições públicas em relação à abertura política e a conveniente lentidão do processo de redemocratização. A apreensão dessas edições aprofundou os problemas econômicos que o jornal já tinha e que contribuíram para o encerramento da publicação no final do ano de 1982. Após esse período, O *Pasquim* ainda se manteve por mais uma década, mas como suplemento de outros jornais maiores, com outro formato, outra equipe e sem a independência editorial que sempre o caracterizou.

¹⁴ DAVIS, N. Z. O povo e a palavra impressa. In: DAVIS, N. Z. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Trad. Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.159.

compreensão e precisão. Seu objetivo é procurar padrões, hipóteses e ideias. Por meio de observações, estudos de caso, questionários, entrevistas ou análises históricas, seus resultados permitem avaliar quais teorias ou conceitos existentes podem ser aplicados a um determinado problema ou se novas teorias e conceitos devem ser desenvolvidos pelo pesquisador no desenvolvimento de seu estudo.¹⁵

Já foram desenvolvidas várias pesquisas tendo como tema e objeto de estudo o *Pasquim*, tendo como enfoque principal a história e as diversas fases do semanário, a questão da censura prévia no jornal, o pioneirismo de seções como As dicas, a importância do humor no periódico e outras. A proposta desta pesquisa, que é a análise das grandes entrevistas, importante componente do jornal desde suas primeiras edições, é interessante por ser uma parte do jornal ainda pouco explorada por pesquisadores e por fornecer um amplo painel de posturas e opiniões num importante momento da nossa história recente, o processo de redemocratização. O recorte temporal e temático, que são as entrevistas publicadas entre os anos de 1978 e 1980 revelam que grande parte dos entrevistados são personalidades políticas de vários segmentos como parlamentares, militares, empresários, juristas, intelectuais, lideranças sociais, exilados políticos, enfim, gente que estava em grande evidência naquele contexto histórico. No ano de 1978, o *Pasquim* entrevistou desde Magalhães Pinto, que era candidato à presidência da República nas eleições daquele ano, até Lula, que despontava como liderança popular por conta das greves ocorridas em São Bernardo do Campo. As entrevistas e os entrevistados refletem toda a turbulência política e social do período, e por isso são fontes históricas para as quais devemos olhar com uma certa atenção.

O primeiro capítulo propõe uma análise do contexto histórico de criação e funcionamento do *Pasquim*, em pleno regime militar em todos os seus aspectos, de ordem política, social, econômica e cultural compunham a sociedade brasileira. Também é analisada a questão da lógica da indústria cultural, estabelecida no Brasil entre os anos de 1960 e 1970, que se colocou como mediadora entre o autoritarismo do Estado, que se manifestava por meio da censura e a produção intelectual e artística brasileira, na qual se insere o *Pasquim*. Outro aspecto tratado com atenção pelo capítulo é o lento processo de distensão ocorrido na segunda metade dos anos de 1970 e que tem na campanha pela anistia uma das maiores expressões disso.

A proposta do segundo capítulo é localizar o *Pasquim* no contexto da imprensa alternativa, que conseguiu um importante espaço por tratar de temas proibidos a grande imprensa naquele período. Também é abordada a influência exercida pela linguagem

¹⁵ RODRIGUES, A. F. *Como elaborar artigos*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2011, p. 12.

inovadora do jornal nos meios jornalísticos e publicitários da época e também no cotidiano dos eleitores. Esse capítulo também trata da trajetória do semanário em relação à questão da censura prévia e das dificuldades financeiras, e analisa ainda que brevemente a respeito da importância do humor que era o principal trunfo e maior diferencial do *Pasquim*.

O último capítulo que propõe a análise das entrevistas publicadas no *Pasquim* se estrutura seguindo duas abordagens. A primeira delas é uma abordagem mais objetiva que busca a caracterização e classificação das entrevistas por sua forma, entrevistados e conteúdo. E a segunda, é uma análise mais aprofundada partindo da conjuntura histórica da época, que é o período de abertura política. O capítulo final ainda propõe uma discussão sobre a questão da memória e da importância das entrevistas publicadas, por serem verdadeiros relatos de vida.

1 O CONTEXTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PASQUIM

Como já exposto, a fundação do *Pasquim* ocorreu num contexto histórico muito particular: seis meses após o estabelecimento do AI-5, que representou o momento de maior recrudescimento do regime militar, marcado por perseguições a opositores. Anteriormente, por ocasião do golpe militar já havia ocorrido perseguições e cassações como maneira de combate aos chamados “inimigos internos”, que atentavam contra a segurança do país. Calcula-se que cerca de 50.000 pessoas tenham sido presas em todo o país, nos primeiros meses após o golpe, nas operações “arrastão” e “pente fino”, além das detenções temporárias, em que os militares agiam de forma arbitrária, ilimitada e ilegal.¹⁶

Outra característica dos primeiros meses que se seguiram ao golpe foram os expurgos, principalmente no poder Legislativo, que visava, sobretudo, o enfraquecimento do Congresso Nacional e do seu potencial de resistência diante das iniciativas do Executivo. No primeiro ano do novo governo cerca de 50 parlamentares tiveram seus mandatos caçados. Os expurgos na burocracia civil também foram bastante consideráveis, pois entre os anos de 1964 e 1967 um total de 1.530 funcionários de diversos órgãos públicos ligados ao governo João Goulart foram demitidos. Os expurgos no Legislativo e no serviço público faziam parte da Estratégia Política de vigilância e controle político da sociedade como maneiras de solapar a oposição.

Além do controle sobre os partidos políticos, o Estado de Segurança Nacional também objetivava o controle total das forças militares. A Estratégia Militar expurgou das Forças Armadas toda a liderança militar que havia se oposto à derrubada do governo Jango. Sendo assim, 1.200 militares legalistas perderam seus postos e foram declarados mortos somente em 1964, repercutindo uma cultura de medo entre os militares, coibindo o desenvolvimento da oposição dentro das Forças Armadas.¹⁷

O governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) intensificou a política de linha dura, com o início das ações praticadas pela esquerda armada. Foi criado em São Paulo o primeiro núcleo militar especializado na ação repressiva, que em 1969 ampliou-se sob o financiamento de empresários, sendo batizado de Operação Bandeirante (Oban), que se beneficiou amplamente do AI-5, que decretou o fim do *habeas corpus* para crimes políticos e permitiu a simplificação dos trâmites necessários para a prisão dos suspeitos. A partir desse paradigma se erigiu uma rede de órgãos repressivos por todo o país, como os DOIs, unidades

¹⁶ ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 59.

¹⁷ *Ibid.* p. 66.

ágeis de perseguição e interrogatório de suspeitos, e os Codis, aos quais cabiam a coordenação dos DOIs. Além desses órgãos o sistema tinha ainda a seu dispor toda a estrutura das Forças Armada e das polícias.¹⁸

Os métodos de vigilância, detenção e obtenção de informações não eram convencionais e operavam além da fronteira da legalidade, desrespeitando a legislação autoritária erigida pelo próprio regime, tanto que os métodos violentos nunca foram abertamente defendidos pela hierarquia militar, mas empregados de maneira ampla, com o aval e sob a orientação da alta cúpula. A repressão praticou uma política de eliminação seletiva, visando principalmente os líderes dos movimentos civis e, sobretudo, da esquerda armada, assim como os membros e lideranças das Ligas Camponesas.¹⁹

O processo de distensão “lenta, gradual e segura”, provocou uma cisão no seio da repressão, pois havia aqueles alinhados a ideia da abertura e aqueles dispostos a perpetuar a linha de combate sem tréguas ao “inimigo interno”. Nesse processo, alguns dos órgãos que compunham a estrutura repressiva foram desmontados, enquanto outros tiveram sua função modificada ao longo dos anos.

Cinquenta anos após o golpe, os responsáveis por seqüestros, torturas, assassinatos e demais violências, fosse na arquitetura do sistema repressivo, fosse na execução das tarefas do dia a dia, continuam impunes. Alguns já morreram. Outros em reportagens e entrevistas, relatam algumas de suas ações, com doses variadas de arrependimento. Outros ainda rememoram os velhos tempos em comemorações extemporâneas do golpe no Clube Militar, escrevem e publicam suas “verdades” e destilam seu ódio ao Brasil pós-ditadura em sites da internet.²⁰

É consenso da historiografia sobre o tema, a vitória do sistema repressivo sobre a oposição política da época, sobretudo contra as organizações clandestinas da esquerda armada. Mas cada vez mais chega-se à conclusão que as Forças Armadas teriam perdido a “luta pela memória histórica”, pois a versão socialmente aceita do evento não é a da instituição. Essa ideia torna-se ainda mais evidente quando analisamos a história recente do Brasil e verificamos que um intelectual exilado, um líder sindicalista preso e uma guerrilheira

¹⁸ JOFFILY, M. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.162-163.

¹⁹ Ibid. p. 165-166.

²⁰ Ibid. p.170.

torturada foram alçados nos últimos anos ao cargo político mais importante do país por vontade popular.²¹

Também foi no período de governo do general Médici que se verificou o renascimento da cultura nacional-estatista gestada na ditadura do estado-novo, entre 1937 e 1945, um período de enaltecimento da centralização estatal, em que prevalecia a ideia de um Estado regulamentador, legitimado pelo imperativo do projeto de integração nacional. E não apenas uma integração espacial, mas, principalmente, social, por meio de uma política que propôs amplas alianças sociais e por uma concepção de modernização e industrialização da economia brasileira. Tudo isso permeado por um ideário nacionalista e unificador, com esteio das Forças Armadas, e por uma política externa de afirmação social. Para Daniel Aarão Reis, a marca e a lógica autoritária desse período, nunca se descolaria dessa cultura política, que prosseguiu no Brasil posteriormente, pois o regime democrático-liberal fundado pela Constituição de 1946, que mesclava as heranças do Estado Novo com a doutrina liberal, tinha um caráter elitista e antipopular, era uma democracia autoritária.²²

Ou seja, a cultura política nacional-estatista adaptou-se e sobreviveu ao regime democrático e à abertura aos capitais estrangeiros e retornou no governo Médici, devido a necessidade de contrabalançar “os anos de chumbo”, o período ditatorial mais repressivo, com os de maior desenvolvimento econômico, “os anos de ouro”, configurando-se entre 1968 e 1973, o famoso “milagre econômico”. O período foi fortemente marcado por slogans nacionalistas, “Pra frente Brasil”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, produzindo no plano simbólico um sentimento de euforia e autoexaltação poucas vezes visto antes na história republicana do Brasil. A vitória do Brasil na copa do mundo de 1970 foi o complemento que faltava a esse clima de otimismo. Assim como se adaptara aos tempos democráticos, a cultura política nacional-estatista reemergiu e se redefiniu nos tempos da ditadura.²³

Num mundo marcado por angústias, egoísmo, ... faz-se certeza a esperança no grande destino do Brasil. ... A Nação encontra confiança em si mesma, a convergência da vontade coletiva, a consciência do próprio valor, ... as energias e o entusiasmo de um legítimo orgulho nacional.²⁴

²¹ Ibid. p.170-171.

²² REIS, D. A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. op. cit., p.19.

²³ Ibid. p.23-25.

²⁴ Emilio Garrastazu Médici, Discurso feito na passagem do ano de 1970, 1º jan 1970. Apud. REIS, A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. op. cit., p. 25.



Figura 1: Charge de Ziraldo, publicada na edição 57 de julho de 1970, satirizando os slogans nacionalistas do governo Médici.



Figura 2: Médici e Carlos Alberto erguem a taça da Copa do Mundo de 1970.



Figura 3: Charge de Jaguar, publicada na edição 60 de agosto de 1970, logo após a conquista da Copa do Mundo, ironizava o ambiente eufórico criado pela Copa, em contraste com a realidade miserável de milhões de brasileiros.

O período que foi do AI-5, em 1969 ao início do processo de abertura em 1974, é rico em contradições, pois foram os anos lacerantes da ditadura, representados pelo fechamento do Congresso Nacional, e por toda uma série de ações por parte do Executivo, objetivando a repressão a toda e qualquer oposição ao regime militar. Foi o tempo da censura à imprensa e as artes, das demissões nas universidades, da máxima violência contra cidadãos ou grupos de oposição, incluindo aí a tortura, as mortes e os desaparecimentos de presos políticos. Mas, também, foi o tempo de melhorar de vida, principalmente para a classe média.²⁵

A combinação de autoritarismo e crescimento econômico deixou a oposição de classe média ao mesmo tempo sobre o chicote e o afago (...) era uma sucessão de conflitos morais, impulsos, sentimentos e pensamentos contraditórios. De um lado, a rejeição da ordem ditatorial; o horror (e o pavor) da tortura; o desconforto bilioso e persistente com o cotidiano contaminado pela prepotência que descia do Planalto e se derramava pelas planícies; o distanciamento psicológico diante da maioria integrada à normalidade cantando: 'Eu te amo, meu Brasil eu te amo'; o sufocamento duro e estúpido das artes e da cultura em um de seus momentos mais fecundos; a inconformidade com o caráter iníquo do modelo econômico, que já adensava nas esquinas a população de crianças pedintes. De outro lado, a proliferação de novas profissões e atividades bem remuneradas para quem tivesse um mínimo de formação, abrindo as portas, à efetiva possibilidade de acesso a posições confortáveis na sociedade aquisitiva em formação. De um lado, não perder um número dos jornais alternativos. De outro, para os novos aquinhoados, investir na bolsa.²⁶

O milagre econômico foi uma consequência direta da aplicação da política nacional-estatista, pois em 1967 havia uma forte recessão no país, e novas medidas eram necessárias, afinal o governo autoritário precisava de legitimidade política, e a única maneira de consegui-la seria com o crescimento econômico. Com as novas medidas o país apresentou altas taxas de crescimento da economia, com um amplo sistema de subsidio e mecanismos de controle de preços. Como compensação à política de arrocho salarial houve um controle maior no preço dos alimentos propiciado por um aumento da oferta, fruto da modernização conservadora da agricultura, que aumentou a produtividade, mas conservou a estrutura fundiária, tradicionalmente concentrada.²⁷

²⁵ ALMEIDA, M. H. T.; WEIS, L. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. (Historia da Vida Privada no Brasil, 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 332.

²⁶ Ibid. p. 333.

²⁷ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. op. cit., p. 101.

A concentração fundiária, além dos efeitos conservadores, do ponto de vista político, e nocivos, de uma perspectiva social, limitava a modernização da agricultura e se mostrava incapaz de prover abastecimento adequado, estável e barato para o mercado interno de alimentos. Desde os anos 1950 até o golpe militar de 1964, a proposta de solução para o problema foi a reforma agrária. (...) Os governos militares puseram fim ao debate sobre reforma agrária e estimularam a modernização da agricultura mantendo a concentração fundiária. A meta era ter abundância de alimentos a baixo custo, liberar a mão de obra rural para a indústria urbana, abrir mercados internacionais para a produção agrícola e gerar as divisas necessárias ao crescimento.²⁸

Todas essas medidas teriam contribuído para aumentar o papel do Estado na economia e o aumento do mercado consumidor. Porém, o crescimento econômico veio acompanhado de um processo de concentração de renda, que contribuiu para aprofundar as desigualdades sociais. Outro fator levado em conta foi o aumento da dívida externa que tornou o país mais vulnerável a possíveis alterações no cenário internacional, como aconteceu em 1973 com a crise do petróleo. A partir disso se aprofundou o processo de endividamento do Brasil, o custo de vida se tornou mais elevado e a inflação chegou a extremos de 100% ao ano em 1980. Sendo assim, o Brasil se viu obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a submeter-se as suas regras, comprometendo a estabilização da economia brasileira por mais de uma década.²⁹

O novo governo democrático que assumiu em março de 1985 encontraria um país endividado, enfrentando problemas externos e assolado por uma inflação galopante. Este seria o quadro que marcaria o Brasil até 1994, quando o plano Real permitiu estancar o processo inflacionário e conduzir o país para um longo período de estabilidade econômica.³⁰

O período também foi fortemente marcado por transformações sociais, pois a consolidação do mercado interno brasileiro veio durante o regime militar. Para Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, também houve a consolidação de um moderno sistema de bem estar social, embora baseado em um modelo tecnocrático e autoritário. Enquanto isso, ocorriam grandes transformações na estrutura demográfica da população brasileira, principalmente em relação ao comportamento das mulheres em relação à fertilidade e ao

²⁸ Ibid. p. 101-102.

²⁹ Ibid. p. 106-110.

³⁰ Ibid. p. 111.

tamanho da família. E esse processo demográfico exerceu grande influência sobre aspectos fundamentais da nossa sociedade, como a estrutura familiar e o emprego.³¹

Houve, também, um crescimento vertiginoso das cidades e uma significativa redução da população rural, provocando uma distribuição desigual da população pelo território brasileiro. Ampliou-se, também, a desigualdade social, principalmente relacionada à questão racial, assim como a disparidade regional, pois enquanto em algumas regiões ocorriam avanços significativos nos níveis de riqueza, saúde e educação, o mesmo não ocorria em outras, como é o caso do Norte e do Nordeste, provocando uma intensa movimentação populacional no sentido dos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste.³²

Ou seja, acelerava-se o crescimento econômico, mas ampliava-se a desigualdade mesmo nas áreas urbanas de concentração industrial, onde se evidenciaram os problemas relativos a urbanização, moradia e saneamento. Os autores ainda argumentam que o período militar teve uma significativa mobilidade social e isso foi influenciado pelo crescimento da educação primária e secundária, exercendo um profundo impacto sobre as taxas de alfabetização da população. Outra mudança expressiva analisada pelos autores é a queda na taxa de mortalidade ao longo do período, resultado de políticas públicas voltadas para a saúde. Porém, a disparidade permaneceu neste quesito também, sendo que a mortalidade infantil presente no Nordeste continuou muito superior às taxas no Sul e no Sudeste.

Assim, durante o regime militar, a mortalidade de crianças de menos de um ano resultou mais de fatores socioeconômicos que de causas genéticas ou gestacionais. Isso significa que até o final dos anos 1980, a maioria desses óbitos infantis estava relacionada a problemas nutricionais após o nascimento, ou seja, resultava basicamente da carência alimentar e do saneamento básico precário. Embora a mortalidade infantil diminuísse por todo o território, havia pronunciada desigualdade regional, e a taxa global ainda era muito elevada, mesmo para os padrões latino-americanos. Em 1980, a mortalidade infantil no Nordeste era o dobro da taxa verificada no Sul e no Sudeste. De fato, a disparidade entre as taxas foi maior em 1980 do que havia sido em 1950, pois a queda da mortalidade infantil nas regiões economicamente mais avançadas foi muito mais rápida que a verificada nos estados mais pobres do Nordeste.³³

Enfim, todas as transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira durante o período militar foram em parte mudanças ocasionadas por fatores exógenos, ou seja, fora do controle governamental. As mudanças institucionais, particularmente na esfera econômica,

³¹ LUNA, F. V. KLEIN, H. S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS, D. A; RIDENTI, M.; MOTTA, Rodrigo P. S. op. cit., p. 67-68.

³² Ibid. p. 75-77.

³³ Ibid. p. 86.

influenciaram, acelerando transformações sociais que já ocorriam na sociedade brasileira. E os governos democráticos que vieram em seguida tiveram que lidar com algumas das consequências da fase anterior, principalmente com a profunda desigualdade social, marcante em nossa sociedade até os dias de hoje.³⁴

A dicotomia crescimento econômico e aprofundamento das desigualdades sociais, de alguma maneira parece ser resultante do processo de modernização conservadora pelo qual passou a nossa sociedade durante o período de ditadura civil-militar. Renato Ortiz estabelece uma discussão sobre a questão da modernização conservadora que foi empreendida na sociedade brasileira durante o governo militar, e o modo como isso teria influenciado o processo de transição política da fase autoritária para a democracia. Ele inicia a discussão situando a ideia de modernização conservadora em diversos períodos da formação histórica brasileira, da Primeira República ao Estado Novo, apreendendo um processo social calcado em um modelo político conservador, no qual os valores democráticos ficariam em segundo plano.³⁵ O período militar teria combinado repressão política com expansão econômica, ação policial com incentivo às atividades empresariais, ou seja, modernização com conservadorismo, uma combinação ambígua de controle e expansão, em que se fundamentou nossa sociedade.³⁶

Controle e expansão, essas duas tendências não são necessariamente antagônicas, mas convivem numa tensão constante. O ideal de controle está formulado de uma maneira clara na ideologia da segurança nacional. A sociedade brasileira deveria funcionar como um sistema integrado, com as partes ajustadas ao ritmo do todo. O estado militar teria o papel de regulador autoritário, capaz de eliminar e diluir os conflitos que porventura viessem a ameaçar sua integridade. Os militares brasileiros possuíam uma visão sistêmica das relações sociais, como elas eram díspares, divergentes entre si, mantê-las organicamente articuladas exigia uma concepção totalizadora, um poder centralizado e um aparato repressivo eficiente. No plano político isso implicou o desmantelamento da ordem anterior: fim dos partidos existentes, criação de um bipartidarismo artificial, repressão aos sindicatos e movimentos sociais, edição dos Atos Institucionais, configurando o arcabouço jurídico para a legitimidade do golpe. No entanto, como dizem os cibernéticos, todo sistema depende do fluxo de informações que o atravessa. Para os militares, manipular esse fluxo de informações era essencial na coordenação das ações de seu núcleo central.³⁷

³⁴ Ibid. p.91.

³⁵ ORTIZ, R. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. op. cit., p.114.

³⁶ Idem.

³⁷ Ibid. p.116.

A visão de mundo claramente coercitiva compartilhada pelos militares manifestou-se na esfera cultural por meio de dois tipos de mecanismos repressivos. Um deles eram os Inquéritos Policial-Militares (IPMs), destinados a identificar e punir subversivos, esses inquéritos tinham um amplo raio de ação e atingiram indivíduos de diversos setores da sociedade, inclusive professores universitários, intelectuais e editores, como no caso de Ênio Silveira, editor da *Revista Civilização Brasileira*, e de Caio Prado Jr., patrono da editora Brasiliense. O outro mecanismo de repressão era a censura aos meios de comunicação, regulamentada por normas e decretos.³⁸

Ainda que a mídia tenha passado por um processo de modernização oriundo da formação de um mercado cultural, até então inexistente, o processo ocorreu paralelamente ao controle de todo e qualquer tipo de manifestação cultural produzida no período.³⁹

Mas a estratégia dos militares não se resume ao aspecto de contenção. O manual básico da Escola Superior de Guerra deixa isso claro: a cultura não deve ser reprimida, mas desenvolvida, desde que fosse submissa à segurança nacional. O controle do aparelho estatal é necessário, mas conjuntamente com o estímulo para se desenvolverem as produções culturais. Por isso a política governamental é dinâmica. Entre 1965 e 1979 são criados inúmeros órgãos que as incentivam: Embratel, Conselho Federal de Cultura, Embratur, Ministério de Telecomunicações, Embrafilme, Telebrás, Funarte, Fundação Pró-Memória, Radiobrás, etc.⁴⁰

Até porque, o ato repressor atingia a especificidade de algumas obras e não a generalidade de sua produção. E nesse aspecto podemos perceber como a concepção de mundo da elite militar, tradicional e conservadora, contradizia a lógica da indústria cultural, que era de expansão do mercado e não de contenção, sendo o ato repressivo considerado um entrave aos negócios.⁴¹ E apesar da lógica do mercado cultural também ser contrária ideologicamente aos movimentos de resistência a ditadura militar, pode-se verificar na época uma aproximação entre indústria cultural e os movimentos artísticos produzidos dos segmentos da esquerda, que tinham em sua maioria o público universitário como alvo.⁴²

Ainda que as manifestações culturais dos anos 1960 e 1970 não pudessem ser contidas por qualquer tipo de ideologia, dada a sua exuberância, havia uma certa hegemonia cultural de esquerda no país, segundo Roberto Schwartz, servindo de contraponto ao autoritarismo da direita, uma relação que a primeira vista pode parecer oposta, mas que tem na indústria

³⁸ Ibid. p.117.

³⁹ Ibid. p.118.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Ibid. p.122.

⁴² Ibid. p.123.

cultural seu mediador.⁴³ Ou como diria o filósofo, tradutor e ensaísta baiano Carlos Nelson Coutinho, “a esquerda era forte na cultura e em mais nada. É uma coisa muito estranha. Os sindicatos reprimidos, a imprensa operária completamente ausente. E onde a esquerda era forte? Na cultura.”⁴⁴ Tanto é assim que Zuenir Ventura constata que em 1968, no Rio de Janeiro, compunham as listas de best-sellers autores como Marx, Mao, Guevara, Debray, Lukács, Gramsci e Marcuse.⁴⁵

É uma postura bastante paradoxal que o Estado punisse com prisões, mortes, torturas e exílio os que ousaram se insurgir abertamente contra a ditadura, mas que soubesse dar lugar aos intelectuais e artistas de oposição no cenário cultural brasileiro, por meio da indústria cultural, importante no processo de modernização do país, por conta dos dividendos gerados por ela.⁴⁶

O fato é que a sociedade brasileira foi ganhando nova feição e a intelectualidade que combatia a ditadura aos poucos se adaptava a nova ordem, que criava até mesmo um nicho de mercado para produtos culturais críticos, censurando seletivamente alguns deles. Universidades, jornais, rádios, televisões, agências de publicidade, empresas públicas e privadas tendiam a fornecer ótimas oportunidades a profissionais qualificados, dentre os quais se destacavam os que se consideravam de esquerda, expoentes da cultura viva do momento imediatamente anterior.⁴⁷

Este aspecto é bastante interessante e se verifica no caso do *Pasquim*, cuja tônica principal era o humor, com forte enfoque na crítica social e de costumes, e que desde seu lançamento apresentou uma postura leve e debochada. A edição de Nº 22, publicada em novembro de 1969, com a famosa entrevista com Leila Diniz, que chegou a vender 117 mil exemplares era um típico exemplo dessa relação paradoxal entre censores e indústria cultural. O conteúdo da entrevista escandalizou diversos setores da sociedade conservadora, alinhada à ideologia coercitiva dos militares, mas representou um êxito editorial, algo extremamente interessante para o mercado cultural, ainda mais vindo de um jornal da imprensa alternativa, como era o caso do *Pasquim*.

O semanário sempre pode contar com um rol de anunciantes bastante significativo, pois apesar de sua postura claramente de “esquerda” e das pressões governamentais para que as empresas não anunciassem no *Pasquim*, o jornal era um sucesso, principalmente entre o

⁴³ Idem.

⁴⁴ Apud. RIDENTI, M. Cultura e política; os anos 1960-1970 e sua herança. In: DELGADO, L. e FERREIRA, J. op. cit., p. 143.

⁴⁵ VENTURA, Z. 1968: o ano que não terminou. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008, p. 55.

⁴⁶ RIDENTI, M. Cultura e política; os anos 1960-1970 e sua herança. In: DELGADO, L. ; FERREIRA, J. op. cit., p. 154-155.

⁴⁷ Ibid. p.157.

público universitário e isso atraía os anunciantes, interessados nessa nova e promissora fatia do mercado consumidor. Um desses casos foi a Shell, que nunca cedeu às pressões e foi um anunciante fiel, desde a edição de Nº 1 do jornal. Isso ocorreu, principalmente, devido a uma pesquisa encomendada pela empresa e publicada na edição de Nº 11 do *Pasquim*, analisada no trabalho de Brígida da Cruz Santos, 70% dos leitores tinham idade entre 18 e 30 anos; 23% tinham entre 31 e 44 anos, e apenas 7% tinham mais de 45 anos.⁴⁸

A população universitária crescia muito por conta da expansão do número de vagas nas universidades, principalmente nas privadas, que contavam com um clima bastante distinto das instituições públicas, que haviam sido o epicentro nas agitações de 1968. As universidades públicas, também, aos poucos, foram se ampliando no sistema de campus, ocupando espaços afastados entre si, bastante desfavoráveis ao tipo de sociabilidade que as transformara em centros de contestação. Tanto que no início dos anos de 1970, os estudantes politicamente ativos nas universidades eram uma fração do que foram nos anos anteriores, e o número de jovens mais interessados em propostas voltadas para transformações individuais amplia-se consideravelmente.⁴⁹

O interesse por parte das empresas nessa nova fatia de mercado, que era o público jovem, era grande, tanto que no início dos anos de 1970 foram lançadas outras publicações tendo como alvo esse tipo de leitor, como exemplo a revista *POP*, lançada pela Editora Abril em 1972. A revista era dirigida a jovens de ambos os sexos e tinha como principais assuntos música, artistas, moda, comportamento e humor.⁵⁰

⁴⁸ SANTOS, B. C. *Quem ri por último não entendeu a piada: as dicas de O Pasquim (1969-1974)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, 2002, p. 53.

⁴⁹ ALMEIDA, M. H. T.; WEIS, L. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). op. cit. p. 372- 373.

⁵⁰ CORREA, T. S. A era das revistas de consumo. In: LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 218.



Figura 4: *Pasquim*, edição 481, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1978.

Essa dicotomia, envolvendo os interesses empresariais e a postura repressiva do regime militar, se tornou mais evidente com a prisão de parte dos redatores, após a publicação da edição 71, em 28 de outubro de 1970. Dez membros da equipe estiveram presos por dois meses. Em meio a isto, o jornal não deixou de publicar nenhuma edição neste momento, contando com a colaboração de Chico Buarque, Fernando Sabino, Rubem Braga, Glauber Rocha e vários outros, liderados por Henfil e Millôr que não haviam sido presos. Nesse instante de crise, o *Pasquim* demonstrou grande força ao contar com uma equipe provisória composta pela nata da intelectualidade carioca. Porém, não conseguiu se livrar dos prejuízos financeiros ocasionados pela prisão do grupo. A circulação caiu de 160 mil para 60 mil exemplares por edição e ao final do período o jornal havia totalizado uma dívida de cerca de 2 milhões de cruzeiros.⁵¹ Era justamente a questão financeira que tirava de circulação a maioria dos jornais que compunham a chamada imprensa alternativa da época. Em seu livro *Pasquim: gargalhantes pelejas*, a jornalista carioca Norma Pereira Rego analisa a questão:

Os prejuízos materiais causados pela censura eram maiores do que imagina porque nem sempre ela vinha diretamente do governo. Havia muita gente ligada ao jornal que, ao perceber o quanto ele desagradava ao poder, rompia relações. No Brasil até o aparecimento do PASQUIM, os jornais de oposição acabavam todos sem que o governo precisasse fechá-los. Aconteceu assim com O Manequinho do Fortuna e com o Pif Paf do Millôr: simplesmente sucumbiram ante as pressões causadas pelo medo que sentiam anunciantes e capitalistas.⁵²

De acordo com um estudo publicado na tese de Márcia Neme Buzalaf,⁵³ sobre a censura no *Pasquim*, a maioria dos jornais alternativos que foram lançados durante o período militar tinham duração efêmera, de menos de um ano, alguns duravam entre um e cinco anos, e poucas exceções tinham um tempo de duração maior. O feito alcançado pelo *Pasquim*, que conseguiu se manter independente por mais de dez anos, com uma tiragem sempre expressiva é algo até hoje notável no meio editorial brasileiro. Bernardo Kucinski, em *Jornalistas e revolucionários*, considera os anos entre 1975 e 1976, um período de apogeu para os jornais alternativos, em que circulavam oito grandes alternativos de distribuição nacional, com uma vendagem que chegava a 160 mil exemplares.⁵⁴

⁵¹ REGO, N. P. *Pasquim: gargalhantes pelejas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996. (Arenas do Rio) p. 47.

⁵² Ibid. p. 49.

⁵³ BUZALAF, M. N. *A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não silenciadas de uma geração*. Tese de Doutorado. Assis, SP: Universidade Estadual Paulista, 2009. p. 44.

⁵⁴ KUCINSKI, B. *Jornalista e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 140.

TABELA: JORNAIS ALTERNATIVOS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL ENTRE FIM DE 1975 E INÍCIO DE 1976 (NÚMEROS ESTIMADOS)

JORNAL	NÚMERO DE EXEMPLARES
<i>O Pasquim</i> , Rio de Janeiro	50 mil exemplares
<i>Crítica</i> , Rio de Janeiro	15 mil exemplares
<i>Ex</i> , São Paulo	20 mil exemplares
<i>Opinião</i> , Rio de Janeiro	10 mil exemplares
<i>Movimento</i> , São Paulo	13 mil exemplares
<i>Brasil Mulher</i> , Londrina, São Paulo	10 mil exemplares
<i>Versus</i> , São Paulo	20 mil exemplares
<i>Coojornal</i> , Porto Alegre	35 mil exemplares

Fonte: tabela elaborada a partir de modelo exposto na obra de Kucinski.

Neste contexto, além do *Pasquim*, outros jornais alternativos são um exemplo dessa relação aparentemente inconciliável entre o Estado coercitivo, a indústria cultural e a produção cultural alternativa típica dos anos 1970. Sobre isto, podemos identificar três propostas distintas em disputa: a dos militares, a dos movimentos de contestação e a da indústria cultural, inaugurando uma nova etapa do debate sobre a modernidade na nossa sociedade. Ou seja, por um lado, temos a cultura de massa se instalou no Brasil, tendo como principais bases a força da televisão e o crescimento da indústria fonográfica; por outro lado, temos o experimentalismo de novas propostas estéticas, como no caso do movimento tropicalista, e se sobrepondo a isso a censura que visava vetar tudo aquilo que aos olhos dos militares fosse considerado subversivo pudesse atentar contra a família e a moral cristã, sem obedecer limites ou regras.⁵⁵

Nesse clima de experimentalismo cultural, vale discutir um pouco mais o que foi a imprensa alternativa nos anos 1960 e 1970, pois ela não nasce apenas como resultado da repressão política, mas como resultante da pressão econômica dos empresários de comunicação sobre um grupo de jornalistas que foram se desvinculando da grande imprensa e concebendo uma outra forma de trabalho jornalístico. O autor Flavio Aguiar considera o jornal *Última Hora*, criado no início dos anos 1950 por Samuel Wainer, para apoiar o

⁵⁵ ALMEIDA, M. H. T.; WEIS, L. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). op. cit. p. 341 e 342.

segundo governo de Vargas, o alternativo de maior sucesso de público na história brasileira. Mesmo que pareça paradoxal, considerar alternativo um jornal criado com o apoio do governo, o *Última Hora* se diferenciou de todos os outros jornais que compunham a grande imprensa da época, em geral grandes empresas familiares que compunham um cartel hegemônico, apoiando uma ideologia capitalista com espírito oligárquico. Ele era diferente de tudo isso, inovador e de espírito popular.⁵⁶ Ao se opor ao golpe civil-militar de 1964, o *Última Hora* foi depredado e fechado, confirmando sua vocação de jornal alternativo, e estabelecendo um padrão “Graças à ditadura militar de 1964, o conceito de ‘alternativo’ ficou associado a uma posição antigovernista generalizada.”⁵⁷

A estratégia do governo para tornar inviável a produção dos alternativos era não apenas econômica, ao mostrar claramente sua posição desfavorável a empresas anunciantes, mas também operacional, submetendo muitos desses jornais a uma censura prévia sem tréguas, sendo que os originais de cada edição tinham que ser enviados para a Polícia Federal em Brasília, dificultando ao máximo a realização e o lançamento de cada edição. Como foi o caso do semanário *Movimento*, que sofreu censura previa, nas 153 semanas que circulou, desde seu lançamento em julho de 1975, sendo que 3.093 matérias teriam sido censuradas na íntegra.⁵⁸

As posturas e opiniões dos “alternativos” diferiam completamente da chamada “grande imprensa” apoiadora do golpe de 1964, que Nelson Werneck Sodré nomeia de “imprensa entreguista”, pois a parte mais significativa de sua receita publicitária dependia do capital estrangeiro.

Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda a grande imprensa articulada em coro participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão. Os editoriais do *Correio da Manhã*, nos últimos dias de março, - aqui à guisa de exemplo - foram esclarecedores até nos títulos: “Basta!” e “Fora!”, indicando ao presidente João Goulart a saída, como se fora ele, não o mandatário do povo, mas empregado relapso. Foi a última ‘operação’ montada pela imprensa empresarial em nosso país.⁵⁹

Essa mídia conservadora, em peso, apoiou a derrubada de João Goulart e exultou com o fim do movimento pelas “reformas de base”, se colocando como agente daquilo que René

⁵⁶ AGUIAR, F. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. (Org.). op. cit., p. 235.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ ALMEIDA, M. H. T.; WEIS, L. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). op. cit. p. 354 a 356.

⁵⁹ SODRÉ, N. W. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 410.

Armand Dreifuss denominou “elite orgânica”, que nada mais é que uma elite de intelectuais orgânicos que “passou a constituir uma força social, cônica de que seus ‘próprios interesses corporativos, no seu presente e futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos da classe puramente econômica e podem e devem também se tornar interesses de outros grupos subordinados’.”⁶⁰ Nesse processo, a elite orgânica modelou as forças sociais burguesas em uma classe que contribuiu para a futura ocupação Estado brasileiro, pelas classes proprietárias, constituindo um Estado autoritário erigido sobre interesses privados. No caso da grande imprensa, a contribuição foi junto à opinião pública, no estabelecimento de um crescente clima de repúdio ao governo Jango promovido por importantes jornais nacionais, tais como os *Diários Associados*, a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal da Tarde*, *O Globo*, entre outros.⁶¹

Para essa imprensa, a “breve suspensão” dos direitos civis era o preço a pagar pelo restabelecimento da ordem e a supressão da ameaça comunista.⁶² E os excessos do 1º de abril eram pormenores e logo seriam superados. Um exemplo disso foi o silêncio da grande imprensa sobre os chocantes acontecimentos envolvendo o dirigente comunista Gregório Bezerra⁶³, preso em Pernambuco pelos militares. Após ser brutalmente espancado, ele foi amarrado seminu e descalço junto a um veículo militar e arrastado pelas ruas do Recife frente a uma população perplexa, que era incentivada pelo Coronel Vilote, um dos responsáveis pela sua prisão, a promover seu linchamento. Em uma entrevista ao *Pasquim*, publicada na edição

⁶⁰ DREIFUSS, R. A. 1964: *A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 173.

⁶¹ *Ibid.* p. 250.

⁶² ALMEIDA, M. H. T.; WEIS, L. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). op. cit. p. 352.

⁶³ Nascido em 13 de março de 1900 no município de Panelas em Pernambuco e analfabeto até os 25 anos de idade, atuou como militante desde as primeiras movimentações de trabalhadores influenciados pela Revolução Russa de 1917. Bezerra teve papel de destaque em importantes momentos políticos da esquerda brasileira. Por conta de sua militância, passou, no total, 23 anos na prisão, em diversos presídios e épocas. Em 1935, participou da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de massas orientada pelo PCB. Quando eclodiu o levante em Natal, em 23 de novembro de 1935, recebeu ordens para desencadear a luta na capital pernambucana no dia seguinte, desarticulada pelos militares locais. Preso, Bezerra foi submetido a torturas. Em 1937, foi condenado a 27 anos e meio de prisão, sendo anistiado em abril de 1945. Foi novamente preso por ocasião do golpe militar que depôs o presidente João Goulart, em 31 de março de 1964. Ficou famosa a sua fotografia amarrado pelo pescoço, sendo arrastado pelas ruas do Recife. Em abril, teve seus direitos políticos cassados por dez anos, com base no primeiro Ato Institucional, editado naquele mês. Em 1967, foi condenado a 19 anos de prisão. Dois anos depois, foi solto em troca do embaixador americano Charles Elbrick, sequestrado por grupos de oposição armada. Ficou cerca de dez anos exilado. Com a anistia, em 1979, voltou ao Brasil. Nas eleições de 1982, candidatou-se à Câmara dos Deputados por Pernambuco, na legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), obtendo apenas a suplência. Em 1979, Gregório Bezerra publicou o livro “Memórias”, relançado em 2011, pela Boitempo Editorial. Faleceu no dia 21 de outubro de 1983, em São Paulo. BIOGRAFIAS da resistência. In: Memórias da ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/gregorio-bezerra/>> . Acesso em: 8 jun. 2016.

Nº 500, em janeiro de 1979, 15 anos após o golpe, Bezerra relembra todo o ocorrido, com riqueza de detalhes.

Vilote então me pisa na nuca e manda os sargentos sapatearem em cima de mim. Ficaram em cima do meu corpo como quem estava sambando. Não tenho noção de quanto tempo isso durou. E não ficaram satisfeitos. Amarraram três cordas no meu pescoço e saíram me arrastando até a rua. Um me puxava para a direita, outro para a esquerda e outro pra trás. Eu sentindo a corda penetrando cada vez mais no meu pescoço. Ainda tinha forças pra procurar retrair a musculatura do pescoço, porém vez por outra afrouxava. Diante do CPOR o Coronel Vilote fez um comício concitando alunos, soldados e oficiais a me lincharem porque eu era um bandido, um assassino, um terrorista que queria fazer a revolução comunista para entregar o Brasil a Moscou. Repetiu que eu tinha um plano terrorista para matar queimadas todas as crianças da Casa Forte. (...) Ele gritava para a massa: “Lincha esse bandido! Mate-o! Joguem garrafas, pedaços de ferro, dê pedradas neste bandido que é monstro! Queria incendiar o bairro para queimar as crianças! Está inativo, não pode atacar nem defender, mate-o”! E a massa não atendia. Mandava a massa olhar pra mim e todos só olhavam pra frente. (...) Saíram me arrastando até o jardim da Casa Forte, onde o Vilote fez outro comício concitando a massa a me linchar. Mais uma vez ninguém lhe atendeu o que me encorajava, me dava ânimo, me dava uma vontade louca de resistir. Só tinha mesmo a minha moral porque fisicamente não estava me governando.⁶⁴

Entre os grandes jornais brasileiros, apenas o carioca *Correio da Manhã* voltou-se contra o novo regime, denunciando atos de violência ocorridos nos primeiros dias do golpe, tornando-se em pouco tempo uma espécie de porta-voz informal da elite oposicionista. Circulou até junho de 1974, quando sucumbiu financeiramente por conta de pressões do regime militar.⁶⁵ O fato é que a grande imprensa acabou por se tornar refém da ditadura que se instaurou, sobretudo após o AI-5, como afirma Beatriz Kushnir: “Com a decretação do AI-5 muitos proprietários de empresas de jornal criaram alternativas para se adaptarem aos ‘novos tempos’.”⁶⁶

Entender um pouco sobre o funcionamento e a história da imprensa alternativa e da grande imprensa nas décadas de 1960 e 1970 nos ajuda a compreender mais sobre o momento histórico atravessado pela sociedade brasileira, e o que o leitor esperava ao abrir o seu jornal. A imprensa como instituição, o que era publicado, ou o que não era publicado, serviu para alicerçar mudanças que viriam a partir de 1975, quando foi trazida à público a foto do suposto

⁶⁴ BEZERRA, Gregório. O frio e sanguinário Gregório Bezerra. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1979, p. 10-21.

⁶⁵ ALMEIDA, M. H. T.; WEIS, L. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). op. cit. p. 351.

⁶⁶ KUSHNIR, B. Colaboração e imprensa no pós-1964: um outro foco da questão. *Pós-História- Revista de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista*. São Paulo, a. 12 (12): p. 101-110, 2004. p. 105

suicídio de Vladimir Herzog, seguida da divulgação da morte do operário Manuel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976, nas instalações do DOI-CODI de São Paulo. Ambas as mortes revoltaram a sociedade, cansada da impunidade dos agentes da chamada comunidade de informações, levando parcelas ainda maiores da população a se opor ao regime militar.

Vladimir Herzog foi torturado e morto no DOI-CODI de São Paulo, onde havia comparecido para depor no dia 25 de outubro de 1975. Sua morte mobilizou a opinião pública e mudou a história do regime vigente. Mas naquele momento ainda foi necessário construir a imagem de um Vlado⁶⁷ apolítico, que não faz justiça a sua memória, como forma de desmascarar a farsa oficial de sua morte, afirmando a infeliz ideia que “caso não fosse um cidadão igual aos outros, o regime pudesse ser absolvido de sua morte, indefeso numa repartição do Exército.”⁶⁸

O periódico alternativo *Ex*, em sua edição de Nº 16, publicou uma extensa reportagem esclarecendo todas as circunstâncias do caso Vladimir Herzog, com depoimentos de colegas de trabalho que presenciaram sua “intimação para depor” na noite anterior à prisão, do presidente do sindicato dos jornalistas de São Paulo, da mãe e da esposa de Vladimir. Ainda denuncia a situação de vários outros jornalistas que também haviam sido presos no DOI-CODI, tais como Paulo Sérgio Markun, Rodolfo Konder e Ricardo de Moraes Monteiro. Também divulga a nota do Comando do II Exército, informando sobre a prisão, a confissão de Vlado sobre suas atividades “criminosas” dentro do PCB e seu suposto suicídio na carceragem seguido de perícia técnica.⁶⁹ O jornal também publicou comunicado do sindicato dos jornalistas profissionais do Estado de São Paulo questionando contradições presentes na versão oficial dos fatos e exigindo esclarecimentos por parte do poder público, conclamando todos os jornalistas a comparecerem ao seu funeral. *Ex* ainda salienta que os únicos jornais a não publicarem esse comunicado foram o *Diário Popular* e a *Folha da Tarde*, aproveitando para denunciar a censura promovida no interior desse último. A autocensura praticada no jornal *Folha da Tarde*, foi um assunto tratado pela historiadora Beatriz Kushnir em sua obra *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*, resultado de sua tese de doutorado. O tema ganhou grande repercussão, devido aos trabalhos da Comissão da

⁶⁷ Vlado era o modo como Vladimir Herzog era chamado por familiares, amigos e colegas de trabalho.

⁶⁸ ALMEIDA, M. H. T.; WEIS, L. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). op. cit. p. 360 e 361.

⁶⁹ A MORTE de Vlado. *Ex*, São Paulo, nov. 1975, p. 33-40.

Verdade, no sentido de esclarecer sobre o apoio material dado à repressão pelo Grupo Folha, fornecendo veículos para a OBAN.⁷⁰



Figura 5: *Ex*, edição 16, São Paulo, 16 de novembro de 1975.

⁷⁰ KUSHNIR, B. A grande imprensa apoiou o golpe e a ditadura. *Carta Capital digital*, São Paulo, 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-grande-imprensa-apoiou-o-golpe-e-a-ditadura-e-nao-teve-papel-relevante-para-o-fim-do-regime-1979.html>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

Em uma tentativa de reafirmar seu poder perante a corporação militar e a sociedade, Geisel demite o comandante do II Exército, o general Ednardo d'Ávila Melo, embora o mesmo não estivesse diretamente envolvido nos procedimentos de tortura e maus tratos. A demissão, contudo, não paralisou a repressão política, pois ainda em 1976 ocorreu a ação que ficou conhecida por Massacre da Lapa, quando militantes do PCdoB foram mortos em ação policial-militar.⁷¹ Isso sem contar os atentados a bomba nas sedes da ABI e OAB, por parte de grupos de extrema direita contrários à abertura política, na realidade um distensão “lenta, gradual e segura”, que vinha sendo ensaiada desde 1974, impulsionada sobretudo pelos impactos causados pela crise do petróleo de 1973.⁷²

Em relação à crise do petróleo de 1973, é importante salientar que embora o choque dos preços do petróleo tenha sido importante em 1973, a abundância de capitais existente no mercado internacional permitiu uma certa calma por pelo menos um ano, entre 1973 e 1974, justamente a passagem do governo Médici para o governo Geisel. Considerando isso, pode-se concluir que a crise política da dominação militar no país também tenha outras origens. Uma delas é o nível de endividamento dos países sul-americanos, em especial o Brasil, e o aumento dos juros americanos que atraía capitais disponíveis para os títulos garantidos pelo Tesouro americano, encerrando, assim, um ciclo de crescimento no continente. Isso sem contar uma mudança de postura dos Estados Unidos em relação a sua política externa de apoio as ditaduras militares latino-americanas, ocasionada pelo fim da Guerra do Vietnã, sendo que, “tais governos deveriam, sinceramente, empenhar-se em reformas em direção à redemocratização – no falar político do continente, era o momento das *aberturas* –, capazes de estabelecer regimes democráticos estáveis.”⁷³

Além dos fatores externos havia, também, os fatores internos, representado pelo próprio Estado e pela oposição. De um lado havia o grupo militar constituído em torno do projeto Geisel-Golbery, herdeiros de uma linha política “castelista” que deveria conduzir a

⁷¹ O Massacre da Lapa, ocorrido em São Paulo, em 16 de dezembro de 1976, encerrou de uma maneira brutal uma longa série de assassinatos cometidos pela ditadura militar contra seus opositores. No episódio, membros do exército brasileiro invadem o Comitê do Partido Comunista do Brasil, que funcionava na clandestinidade e matam três de seus dirigentes: João Baptista Franco Drummond, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Outros cinco integrantes, Elza Monnerat Haroldo Lima, Aldo Arantes Joaquim de Lima e Maria Trindade, são presos e torturados por conta da incursão. Sobre o tema conferir: SILVA, F.C. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: DELGADO, L. ; FERREIRA, J. op. cit., p. 266.

⁷² Em 1976, a ABI, Associação Brasileira de Imprensa, sofreu um atentado a bomba em sua sede no Rio de Janeiro, por seus posicionamentos contrários à censura e à repressão. A bomba provocou danos materiais, mas ninguém se feriu. No mesmo dia, a OAB, Ordem dos Advogados do Brasil, também foi escolhida como alvo, no entanto a bomba foi desativada a tempo. Ambos incidentes tiveram autoria assumida por uma organização chamada Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), contrária ao processo de abertura política proposto pelo presidente, o general Ernesto Geisel em 1975.

⁷³ Ibid. p.252

uma reconstitucionalização do regime militar. De outro lado estavam as forças políticas de oposição organizadas em torno do MDB, o único partido de oposição. Porém, esse quadro não encerra toda a dimensão d processo de abertura política, por natureza, múltipla e fluida.

Assim, tais atores, o grupo Geisel e Golbery e o MDB, apoiado na sociedade civil, e ancilarmente a própria Arena/PDS tiveram de aceitar, ao longo do percurso, dividir e ampliar o elenco de participantes e negociadores, a ponto de, no seu auge – durante a campanha das *Diretas Já!* –, incorporar toda a rua, ocupada por cidadãos exigindo democracia, ao processo de negociação política.⁷⁴

O projeto de distensão “lenta, gradual e segura”, organizado no período de 1974 a 1979, deveria comportar garantias básicas para o regime, tais como evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo, o que implicaria na escolha segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação de uma nova constituição que não fosse fruto de uma constituinte. Ou seja, pretendia-se a volta do Estado de Direito e a reconstitucionalização do regime, mas não a redemocratização do país.⁷⁵ Enfim, a abertura deveria permanecer sob a tutela militar, limitada e lenta, e isso de fato se verificou numa primeira fase do processo de abertura com a supressão do AI-5, com a incorporação na Constituição das chamadas salvaguardas do regime, o fim da censura a imprensa e o projeto de anistia, que envolveu a contragosto do governo a presença intensa da oposição. Já na segunda fase do processo de abertura, a iniciativa passaria das mãos do poder militar para a sociedade civil, como se verificou no caso das grandes mobilizações de massa pela campanha das *Diretas Já!*.⁷⁶

O descontentamento popular avolumava-se não só em função da lentidão da abertura política. O impacto de crise do petróleo, de 1973, fora ignorado por quase dois anos, mantendo o governo o mesmo ritmo de endividamento e expansão monetária, lançando as bases de uma grave crise futura.⁷⁷

A partir de 1975, a imprensa deixou de ser controlada previamente pelos censores de Brasília, possibilitando a denúncia do endividamento do país e das ações praticadas pela repressão, por parte de importantes jornais de oposição, como *Politika*, *Versus*, *Movimento e Opinião*.⁷⁸ Um dos principais aspectos que norteou o processo de abertura política foi a

⁷⁴ Ibid. p.255.

⁷⁵ Ibid. p.263.

⁷⁶ Ibid. p.265.

⁷⁷ Ibid. p.267.

⁷⁸ Ibid. p. 269.

campanha pela anistia, tanto na agenda do governo, quanto nas matérias de interesse popular publicadas nesses jornais, que traziam sempre a denúncia de cassação de algum militar constitucionalista, político legalista ou professor universitário, bem como as vozes dos exilados em entrevistas, conclamando a sociedade brasileira a se unir em torno do lema “Anistia ampla, geral e irrestrita”.⁷⁹

O protagonismo político em torno da elaboração da Lei da Anistia é visto de diversas maneiras na historiografia sobre o tema. Uma vertente mais atual vê a questão da anistia, a partir do processo legislativo, analisando as inúmeras proposições apresentadas no Congresso, desde o início do regime militar, objetivando debater a anistia na esfera da resistência democrática.

Desse modo, demonstrou-se que além de reivindicada por entidades oriundas da sociedade, a anistia também foi objeto de debate por parte daqueles parlamentares empenhados em concedê-la mediante iniciativas legislativas.
80

Outra vertente vê o Executivo como único responsável pela condução do projeto aprovado no Congresso, e ao tomar para si a bandeira da anistia reforçava sua popularidade e atuava “desarticulando um amplo movimento social que se mobilizara em torno da questão da anistia aos presos por motivo de opinião.”⁸¹ Ou seja, só houve anistia, porque ela atendia aos interesses do próprio governo no desmantelamento da oposição.

Há, ainda, a vertente que prioriza a mobilização social em favor da anistia, que envolveu amplos setores da sociedade civil, desde organizações tradicionais como a Ordem dos Advogados do Brasil, que teve um papel fundamental no processo de reabertura política, até outras criadas para essa finalidade como a MFPA (Movimento Feminino pela Anistia) e o CBA (Comitê Brasileiro de Anistia). E defende que a frente de luta em favor da anistia, criada na segunda metade da década de 1970, teria ocupado um lugar central na resistência ao autoritarismo apesar da heterogeneidade de suas demandas e de suas estratégias de atuação;

contrariamente ao CBA, que definiu reivindicação pela anistia aliada à apuração e julgamentos dos casos de tortura e perseguição política, o MFPA não citava tais questões em sua plataforma, priorizando o

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ SILVA, S. H. C. Anistia política: confronto e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 103.

⁸¹ ALVES, M. H. M. op. cit., p. 268.

aspecto de pacificação e esquecimento na decretação do anistiamiento político.⁸²

O discurso de teor mais conciliador representado pelo MFPA, criado em São Paulo pela advogada Therezinha Zerbine, em 1975, serviu para popularizar o tema da anistia, já o discurso mais radical dos CBAs, criados em 1978 em diversas cidades brasileiras, alinhava-se a outros movimentos contra a ditadura e rompia com a lógica da conciliação. Pois, ao mesmo tempo que reivindicava anistia para os presos políticos e exigia a volta dos exilados, os CBAs denunciavam os crimes ocorridos na ditadura, pediam a punição dos responsáveis e esclarecimentos sobre os militantes mortos e desaparecidos.⁸³

Também surgiu nas prisões de diferentes cidades brasileiras uma outra frente de luta contra a ditadura e pela anistia, onde foram produzidos manifestos escritos por presos e divulgados por familiares, que denunciavam os maus tratos recebidos e levantavam a questão dos presos políticos do país, tratados pelo Estado como terroristas. Foram organizadas greves de fome por todo o Brasil, sendo uma delas realizada durante a votação da Lei de Anistia, como forma de pressão, levando os congressistas a visitarem as cadeias dando visibilidade à situação dos presos políticos, que reivindicavam o benefício da anistia.⁸⁴

Essas diferentes visões colocam em cheque até que ponto os movimentos populares que já vinham promovendo a questão e se aglutinando em torno do tema a partir da segunda metade da década de 1970, principalmente após as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, foram decisivos no encaminhamento do projeto ao Congresso, e se conseguiram influenciar nas votações das emendas que definiram o texto final da lei.

Porém, a discussão sobre a anistia vai além da questão do protagonismo em torno da lei e dos projetos em disputa, mas toca no que se refere ao verdadeiro sentido do que seja anistiar. Por muito tempo se teorizou no Brasil a relação entre anistia e esquecimento, para Ruy Barbosa “a anistia era vista como ‘o véu do eterno esquecimento’ que cicatriza feridas e repõe as coisas no lugar em que se encontravam antes dos conflitos políticos”⁸⁵ Essa visão da anistia dá suporte a argumentos que impedem o enfrentamento do que restou da ditadura ainda hoje, não está apenas em jogo se a anistia é ou não o esquecimento, mas se esquecer faz bem ou mal para o futuro do país.

⁸² CIAMBARELLA, A. “Anistia ampla, geral e irrestrita”: a campanha pela anistia política no Brasil (1977-1979). Dissertação de Mestrado. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2002.

⁸³ RODEGHERO, C. S. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M; MOTTA, R. P. S. (Org.). op. cit., p.180.

⁸⁴ Ibid. p.180-181.

⁸⁵ Ibid. p.172.

O filósofo Paul Ricoeur analisa temas como a memória, o esquecimento, o perdão, a reconciliação, os usos do passado e também a anistia, e chega a conclusão que o esquecimento libertador é aquele resultante de um trabalho de luto, sendo indispensável um trabalho de memória. No caso da anistia, o esquecimento seria comandado, imposto, uma medida que vem forçar uma coletividade a obedecer, algo daninho, pois seria como se não existissem os crimes do passado. Os estudos de Ricoeur, tem inspirado vários setores da sociedade que lutam por medidas voltadas para o esclarecimento e o julgamento dos crimes da ditadura brasileira e de outros regimes.⁸⁶

Enfim, todas essas questões que envolvem as ações do Estado brasileiro durante os anos de regime militar não se encerraram com a implementação da Lei da Anistia em 1979, mas continuam presentes em nossa sociedade por conta do próprio caráter que a abertura democrática adquiriu em nosso país, a de uma *transição pactuada*, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças moderadas na oposição. Esse modelo de transição também ocorreu em países como Chile e Espanha, além do Brasil. Diferentemente da *transição por colapso*, ocorrida em países como a Argentina, a Bolívia e a Grécia, e que se caracterizou por sua rapidez e por sua forte ruptura com o autoritarismo vigente.⁸⁷ Sobre a realidade da lei de 1979, podemos concluir que o ideal de uma anistia ampla, geral e irrestrita ficou perdido no tempo, durante a campanha pela anistia e a realidade impôs duramente outra forma de transição.

Neste momento da conjuntura nacional, em que amplos setores da sociedade brasileira lutam de várias formas por direitos políticos, o CBA/SP afirma que é indispensável e urgente a Anistia Ampla e Irrestrita a todos os Presos e Perseguidos Políticos, como uma imposição da consciência nacional e como uma face imprescindível das liberdades democráticas. O CBA/SP proclama que essa Anistia deverá ser conquistada, pois não será concedida sem luta, e se compromete a travar essa luta até conseguir plena e totalmente os seus objetivos. O CBA/SP também afirma que as formas incompletas, insatisfatórias, imperfeitas e parciais de Anistia não atendem nem ao seu ideário de luta e nem configuram as liberdades democráticas. E o CBA/SP igualmente entende que a Anistia pela qual luta não estende-se aos algozes de suas vítimas. A Anistia pela qual o CBA/SP se compromete a lutar, a partir de agora e até a consecução final de seus objetivos, é a Anistia Ampla e Irrestrita a todos os Presos e Perseguidos Políticos.⁸⁸

⁸⁶ RICOEUR, P. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007. Apud. In: RODEGHERO, C. S. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M; MOTTA, R. P. S. (Org.). op. cit., p.174-175.

⁸⁷ SILVA, F.C. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: DELGADO, L. e FERREIRA, J. (Org.). op. cit. p.273.

⁸⁸ CARTA de Princípios do CBA/ SP - julho de 1978. In: Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/campanha-pela-anistia>> Acesso em: 15 jan. 2015.

É claro que durante todos esses anos muito se refletiu sobre a abrangência e bilateralidade da anistia brasileira, por não ter sido estendida a todos os indiciados, vivos ou mortos, e por ter resguardado o Estado, a despeito de toda violência praticada pelos agentes da repressão. Sendo assim, parte dos questionamentos presentes na mídia no final dos anos 1970, ainda se encontram presentes em nossa sociedade contemporânea, ainda mais quando se tem em vista o trabalho desenvolvido por setores governamentais ligados a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República que desde 2008 tem fomentado ações de justiça de transição⁸⁹, como o Projeto Memórias Reveladas, a criação das Caravanas da Anistia, o Projeto Marcas da Memória, as mudanças nas leis de acesso a documentação e a criação da Comissão Nacional da Verdade instituída em 2012, que trouxe à tona em seu relatório final o esclarecimento do maior número possível de ações perpetradas pelos agentes da repressão, que em sua maioria levaram a violações dos direitos humanos, servindo para repensar o papel do Estado brasileiro em relação a abertura dos arquivos da ditadura como forma de construção do conhecimento histórico e da consolidação do processo democrático.

A questão da anistia também teve um papel de destaque na pauta de diversos jornais brasileiros, sendo o *Pasquim* um deles, que entre os anos de 1978 e 1980, dedicou um amplo espaço para tratar do assunto, geralmente por meio de entrevistas com exilados e outras personalidades da política nacional, recebendo o apelido de “jornal dos anistiados” naquele momento. É a questão da anistia e o sentido que ela teria assumido com o passar dos anos, para muitos o de esquecimento e de conciliação, que até hoje, passados mais de trinta anos da aprovação da lei, traz a tona a discussão sobre o período militar em nossa sociedade, e revela uma época ainda de certa maneira incompreendida e uma sociedade com mais resquícios autoritários do que gostaríamos.

⁸⁹ Justiça de transição é conceituada como conjunto de abordagens, mecanismos (judiciais e não judiciais) e estratégias para enfrentar o legado de violência em massa do passado, para atribuir responsabilidades, para exigir a efetividade do direito à memória e à verdade, para fortalecer as instituições com valores democráticos e garantir a não repetição das atrocidades cometidas em um determinado momento da nossa história. DICIONÁRIO de direitos humanos. In: Escola Superior do Ministério Público da União. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justiça+de+transição>> Acesso em: 22 jan. 2015.

2 O PASQUIM, UM LEGÍTIMO REPRESENTANTE DA IMPRENSA ALTERNATIVA

Conforme apresentado, o *Pasquim* foi um semanário de enorme sucesso, e que obteve um grande êxito editorial desde o seu lançamento em junho de 1969. Em contraste com o nebuloso clima político e social da época sua tônica era o humor, começando pelo próprio nome, *Pasquim*. Fundado por Tarso de Castro, Luiz Carlos Maciel e Sérgio Cabral em uma mesa de bar de Ipanema, foi Jaguar quem bolou o nome, como maneira de cortar o barato das “pessoas sérias” que iriam considerar o jornal um pasquim.⁹⁰ Para entendermos o imediato sucesso do semanário junto ao público é preciso analisar as particularidades do cenário em que foi criado, na boêmia zona Sul do Rio antes de 1970.⁹¹ Compunha essa boêmia carioca, a chamada “esquerda festiva”, definida por Ruy Castro em sua “Enciclopédia de Ipanema”:

A esquerda dita séria, não gostava da Esquerda Festiva. A direita também não. Ambos usavam a expressão para ofender os membros da dita. Mas estes não se ofendiam e achavam ótimo pertencer a uma esquerda que não se julgava triste e que, mesmo quando as coisas estavam pretas, assumiam seu amor por festas e rega-bofes. Ela seria impraticável em países como a Argentina ou o Chile, onde todos se levam a sério demais em política. Nesse sentido, a festiva pode ter sido até uma contribuição original de Ipanema à esquerda mundial: mantinha acesa a chama revolucionária e, ao mesmo tempo, aplacava os ânimos mais exaltados que queriam partir para soluções armadas.⁹²

Ele considera como sendo as principais realizações da esquerda festiva nos anos 1960 e 1970, os *réveillons* promovidos por Albino Pinheiro e Jaguar no Clube Silvestre; as noites de samba no restaurante Zicartola; o show Opinião, com Nara Leão, Zé Keti e João do Vale e os ciclos de debate sobre variados temas que ocorriam no Teatro Casa Grande.⁹³ Ao situar o *Pasquim* no contexto dessa esquerda festiva, percebemos que o jornal carregava também, características festivas oriundas do momento cultural e do local em que foi concebido. Incluem-se, aí, os bares cariocas Jangadeiros, Zeppelin, Degraus e Varanda, verdadeiros pontos de encontro dessa geração. Nesses locais, o jornal era pensado e personagens criados, em um experimentalismo que se distanciava de tudo aquilo que era produzido até então, inclusive pela própria imprensa alternativa.

⁹⁰ REGO, Norma P. op. cit., p. 11.

⁹¹ Ibid. p. 29.

⁹² CASTRO, Ruy. *Ela É Carioca: Uma Enciclopédia de Ipanema*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 118.

⁹³ Idem

Zuenir Ventura, em *1968: o ano que não acabou* cita o poeta Ferreira Gullar, membro assumido da tal esquerda festiva, que considera sabiamente “a esquerda recorreu então à festa como uma forma de se manter, de ir adiante, de não morrer, de resistir.”⁹⁴ Em sua análise, Zuenir identifica o trecho entre Ipanema e Leblon como o pedaço mais inteligente e boêmio do Brasil, naquela época, e caracteriza a geração de 1968 como a última geração literária do Brasil, cujo aprendizado intelectual e percepção estética foram forjados pela leitura, em uma formação que lhe conferiu o gosto pela palavra argumentativa.⁹⁵

Várias pesquisas já foram realizadas tendo o *Pasquim* como fonte e objeto de estudo. Em seu trabalho, Brígida da Cruz Santos, faz uma análise da seção *As Dicas*, durante o período que vai de 1969 a 1971.⁹⁶ A seção, idealizada em conjunto por Jaguar e sua mulher Olga Savary, em pouco tempo, tornou-se uma das mais populares e significativas do jornal, consolidando inclusive a palavra “dica”, uma abreviação de indicação, na língua escrita do Brasil. “As Dicas”, que iam desde endereços de lojas e restaurantes, com indicações de preços, hoje algo muito comum, mas impensável na época, até dicas e antidicas que debochavam de aspectos políticos e sociais do cenário nacional e internacional, além de outros veículos de comunicação. A crítica, por vezes, se transformava em autocrítica, começando pelo próprio nome do periódico “Pasquim”.

A seção traduzia a vida comum e ao mesmo tempo boêmia de seus editores e sua linguagem estava em sintonia com a linguagem das ruas. Esse aspecto, somado à sua informalidade, contribuía para o sucesso do semanário, que propiciava aos leitores um espaço livre para a elaboração de uma nova forma de pensar e se comportar.

Acreditamos que a seção *As Dicas* era representante da liberdade de expressão. Um local livre para qualquer tipo de opinião, pensamento, ou mesmo para falar de uma loja, de uma personalidade do bairro, enfim todo assunto poderia ser discutido ou citado, e esse espaço também era aberto para todos os colaboradores. O leitor via-se livre para propalar seu pensamento proibido nas escolas, comunidades, manifestações públicas, entre outros.⁹⁷

O livro de José Luís Braga, *O Pasquim e os anos 70*, pesquisa o semanário desde sua criação em 1969 até sua morte na década de 1980. A análise que ele realiza se dá por meio de três eixos: a história factual, cronológica distribuída em fases distintas; as formas e os

⁹⁴ Apud: VENTURA, Z. op. cit., p. 48.

⁹⁵ Ibid. p. 52.

⁹⁶ SANTOS, B. C. op. cit.

⁹⁷ Ibid. p. 85

conteúdos do *Pasquim* e as relações entre o periódico e o contexto em que se inseria. Braga ainda dedica um dos capítulos para tratar do jornal no período entre 1978 e 1980, em que o *Pasquim* se tornou o jornal dos anistiados, porém não se aprofunda no conteúdo das colunas e entrevistas realizadas nessas edições. Ele conclui sua pesquisa relatando a decadência do semanário nos anos seguintes, justamente por não conseguir adaptar sua forma e conteúdo aos “novos tempos” e ainda devido a sucessivos prejuízos financeiros.

Através das peripécias da história do *Pasquim*, observa-se o esforço de manter uma coerência com as posições originais de sua fase dinâmica, que durante muito tempo resultaram na produção mais crítica da imprensa brasileira. O *Pasquim* traça um percurso até o ponto em que sua crítica não podia mais se aprofundar, nem inventar novas perspectivas para apreender os novos dados da realidade. Ele se enfraquece na medida da redução de sua pluralidade. A força de seu discurso, que foi sempre a de marcar uma oposição, passa a determinar sua fraqueza, o que faz do *Pasquim* um jornal ‘datado’.⁹⁸

Já a tese de Márcia Neme Buzalaf concentra-se no período em que o *Pasquim* funcionou sob censura, entre 1969 e 1975.⁹⁹ Em um primeiro momento a pesquisa aborda o cenário de nascimento do periódico, sua relevância e seu imediato sucesso, mesmo sendo considerado “subversivo” pelos militares. A autora também aborda as suas três fases iniciais: da primeira edição até a de número 71, quando seus principais redatores são presos; os quatro anos em que o jornal esteve submetido a censores cariocas, de janeiro de 1970 a dezembro de 1973; e o período de censura centralizada em Brasília, de dezembro de 1973 a março de 1975. O estudo ainda analisa as diversas maneiras encontradas pela equipe do semanário para driblar a censura:

Na tentativa de ampliar o entendimento sobre as contradições, as relações estabelecidas sob o poder da censura no mais irreverente e duradouro jornal alternativo daquela época, os arquivos oficiais nos mostram como a censura retratava o periódico e seus jornalistas e como a dinâmica da censura afetou a produção do *Pasquim*.¹⁰⁰

A autora descreve o período de censura atravessado pelo periódico em três fases: uma censura circunstancial no início do jornal; uma censura prévia ao material jornalístico, feita por militares cariocas junto aos redatores; e finalmente uma censura realizada em Brasília, com o objetivo de por entraves ao processo de produção do jornal. A primeira fase é

⁹⁸ BRAGA, J. L. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba*. Brasília: Editora UNB, 1991. p. 246.

⁹⁹ BUZALAF, M. N. *A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não silenciadas de uma geração*. Tese de Doutorado. Assis, SP: Universidade Estadual Paulista, 2009.

¹⁰⁰ Ibid. p. 136.

considerada profundamente anárquica, devido a total ausência de uma censura interna instalada na redação. Essa fase foi fortemente marcada por capas que anunciavam entrevistas de grande repercussão, com figuras polêmicas como Leila Diniz e Carlos Miéle. E também outras em que os redatores exploravam os entrevistados visual e textualmente. Como foi o caso da entrevista com Roberto Carlos na edição Nº 68, em que ele aparece sem camisa, imerso na água com o ratinho Sig. Na chamada de capa o jornal anuncia “Um banho de Roberto Carlos” no sentido de exaltar a abrangência e profundidade da entrevista com o cantor.

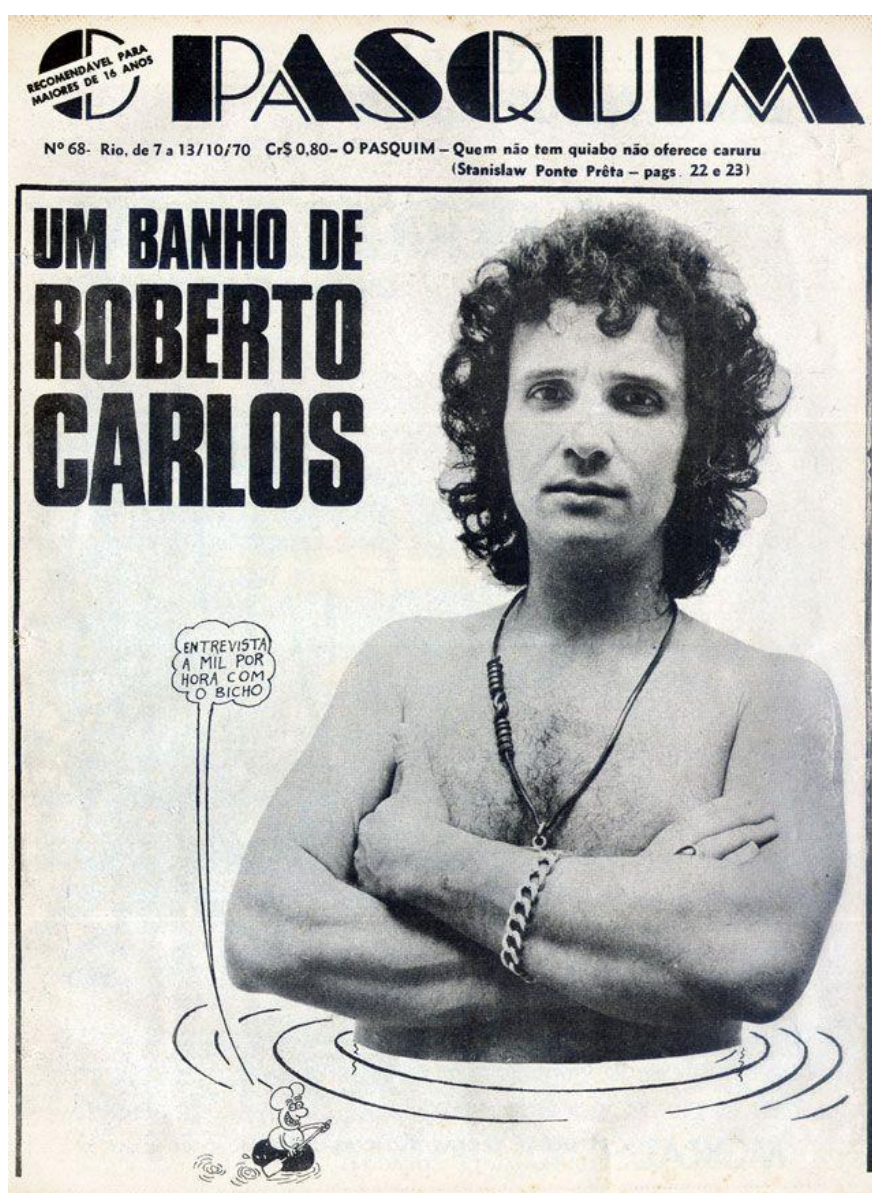


Figura 6: *O Pasquim*, edição 68, Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1970.

Busalaf também considera outra característica marcante dessa fase as frases-editoriais que deixavam claro o posicionamento do jornal em relação ao seu jornalismo opinativo, tais como:

“O Pasquim não se responsabiliza pela opinião de seus colaboradores; aliás, nem pelas suas” (edição 09, de 1969), “Somos contra tudo o que a gente pode ser contra” (edição 10, de 1969), “O PASQUIM – um jornal que sente o drama de escolher um lema por semana” (edição 16, de 1969) e “O PASQUIM – ame-o ou deixe-o” (edição 58, de 1969) “O PASQUIM – Mais divertido para quem faz do que para quem lê” (edição 64, de 1970) e “O PASQUIM – Livre como um táxi” (edição 66, de 1970).¹⁰¹

Em outras frases-editoriais o jornal expunha com humor as pressões que sofria:

“O PASQUIM – um pequenino enganador” (edição 34, de 1970), “O PASQUIM sabe de tudo e não quer entrar em detalhes” (edição 38, de 1970), “O PASQUIM – um jornal de oposição ao governo grego” (edição 45, de 1970), “Se alguém pensa que o Pasquim se atemoriza com ameaças e pressões, pode tomar nota de uma coisa: é verdade” (edição 56, de 1970).¹⁰²

A frase editorial da edição Nº 58 “O PASQUIM – ame-o ou deixe-o” é alusiva ao momento político em que o semanário estava circulando. O jornal não perde a piada e abusa da ironia ao debochar do lema nacionalista, que respaldava ideologicamente toda a perseguição aos opositores empreendida pelo governo Médici “Brasil ame-o ou deixe-o”. Já na frase da edição de Nº 56 o jornal apresenta uma sinceridade desconcertante ao admitir abertamente as pressões que sofria por parte da censura e ainda faz graça com o fato “Se alguém pensa que o *Pasquim* se atemoriza com ameaças e pressões, pode tomar nota de uma coisa: é verdade”. A frase que acabou assumindo um tom profético, pois, menos de 20 edições depois, ainda no ano de 1970, vários redatores do jornal acabaram presos por conta de uma “gracinha” publicada na edição de Nº 71.

A autora menciona um episódio ocorrido nessa primeira fase, em 12 de março de 1970, quando uma bomba de fabricação caseira teria sido colocada na redação do jornal. O explosivo, felizmente, não detonou e não saíram mortos ou feridos do episódio. Na época se especulou que a tentativa de atentado teria partido de grupos ligados ao TFP, que se sentiam ofendidos com o conteúdo debochado e por vezes repleto de palavrões que o jornal publicava, mas nada ficou provado.¹⁰³

¹⁰¹ Ibid. p. 140.

¹⁰² Ibid. p. 143.

¹⁰³ Ibid. p. 143. Para mais informações ver: Kucinski, Bernardo. op. cit., p. 217.

A notícia sobre o “quase atentado” foi divulgada pelo próprio *Pasquim* na edição de Nº 40, em 19 de março de 1970, por meio de um divertido e cáustico texto descritor do incidente e de uma fotomontagem em que a equipe aparece com seus rostos transfigurados em caveiras.



Figura 7: *O Pasquim*, edição 40, Rio de Janeiro, 19 de março de 1970.

Eis um trecho do texto que acompanha a fotomontagem:

Damo-nos por vencidos, como diria um purista. Até agora, ainda não sabemos quem colocou a bomba na rua Clarisse Índio do Brasil (você já repararam no nativismo de nosso endereço) na madrugada de quinta-feira doze de março (felizmente, como sempre, estávamos no bar). Mas já sabemos, naturalmente, a direção e de onde veio o ataque. E sabemos, sobretudo, o que pretendem os agressores. Assim, para evitar qualquer futuro atentado, damos acima aquilo que tão ardentemente desejam os terroristas: ver nossas caveiras. Pela ordem, da esquerda para a direita: Luiz Carlos Maciel, Paulo Francis, Jaguar, Fortuna, Tarso, Millôr, Henfil, Ziraldo, Sérgio Cabral, Paulo Garcez e a caixa de uísque vazia.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Ibid. p. 144.

Desde o início de 1970, havia um censor responsável pelo *Pasquim*, Marina Brum Duarte, também responsável por censurar as músicas do Chico Buarque. Sua relação com a equipe de redatores estava muito longe de ser profissional, ainda mais quando descobriram o fraco de Dona Marina pela bebida. Segundo Jaguar era deixada uma garrafa de uísque na mesa da censora, até o final do dia ela já tinha bebido tudo, só então levavam o material para ela aprovar.¹⁰⁵ Essa relação terminaria em breve com a destituição de Dona Marina e com a prisão da maior parte da equipe após a publicação da edição de Nº 71, em que foi publicada uma fotomontagem com a famosa obra de Pedro Américo “Grito do Ipiranga”. O cartunista adicionou à imagem de D. Pedro I um balãozinho com a frase extraída da música de Jorge Ben: “EU QUERO MOCOTÓ!!”. Se levarmos em consideração a proximidade do sesquicentenário da Independência do Brasil, que ocorreria dali dois anos e o fato do governo militar preparar uma série de eventos comemorativos alusivos a essa data, a brincadeira foi vista como uma evidente provocação ao reproduzir e zombar de uma pintura com um forte caráter patriótico.¹⁰⁶



Figura 8: *O Pasquim*, edição 71, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1970.

¹⁰⁵ Ibid. p. 145.

¹⁰⁶ Ibid. p. 149 e 150.

Vários membros do *Pasquim* foram chamados a prestar depoimento, e permaneceram presos por dois meses. Como relatado no primeiro capítulo, a equipe do jornal não se deixou abater e o semanário continuou sendo publicado, pois pode contar com colaboradores de peso. Todo o processo envolvendo a prisão dos editores do *Pasquim* e a colaboração da classe intelectual e artística foi exposto e ironizado, segundo eles “havia um surto de gripe na redação do Pasquim”, nas páginas do semanário. A edição de Nº 73, que foi publicada entre 11 e 17 de novembro de 1970,¹⁰⁷ já estampava a questão na frase-editorial de forma sutil “O Pasquim - O jornal com algo a menos”, e traz na capa a figura de um lobo ameaçando um carneiro, com os dizeres:

Enfim, um *Pasquim* inteiramente automático. Sem o Ziraldo. Sem o Jaguar. Sem o Tarso. Sem o Francis. Sem o Millôr. Sem o Flávio. Sem o Sérgio. Sem o Fortuna. Sem o Garcez. Sem a redação. Sem contabilidade. Sem gerência e sem caixa.¹⁰⁸

Já a frase editorial da edição de número 74, traz um tom de resistência: “O Pasquim - Apesar dos pesares” e ilustra a capa com o ratinho Sig, perdido no meio de um labirinto repleto dos mais importantes nomes do meio cultural e literário que vieram em socorro do Pasquim na ocasião, e ainda completa “Ainda com algo menos, mas agora com muitos mais”¹⁰⁹

Na edição comemorativa de Nº 500 do jornal, nove anos depois de ocorrido o fato, Sérgio Cabral dá sua versão do evento, em um impressionante exercício de memória, recordando a participação de diversos membros da “patota”, como a saudosa Leila Diniz num texto intitulado “A ‘gripe’ do Pasquim” em que ele relembra inclusive as circunstâncias que motivaram a publicação da fotomontagem que deu tanto o que falar.

O pessoal da montagem do jornal e da secretaria gráfica já estavam em cana, mas a edição poderia ser rodada. Dei uma olhada e parei numa brincadeira na página 14: uma reprodução de quadro da independência do Brasil, apresentando D. Pedro, com espada erguida, gritando: - Eu quero é mocotó! Uma boa piada, mas que só funcionava na época, logo depois do Festival Internacional da Canção Popular em que o Erlon Chaves cantou a música do Jorge Ben e foi em cana por ter beijado a boca de três ou quatro brancas. Coisas da democracia racial brasileira. O diretor de publicidade e tesoureiro do jornal José Grossi, que me acompanhou a te a oficina, sugeriu que a piada fosse retirada. Recusei a sugestão. Depois, eu soube que a nossa prisão seria de apenas duas semanas, mas que o Ministro de Exército da época, Orlando

¹⁰⁷ Nota-se um erro de impressão na capa da edição nº 73, em que o ano de 1969 aparece erroneamente em lugar de 1970.

¹⁰⁸ Texto publicado na capa da edição de número 73.

¹⁰⁹ Frase presente na capa da edição de número 74.

Geisel, deu ordens para que fosse esticada para dois meses, como punição por aquela piada. Pelo menos foi essa a versão que me foi contada.¹¹⁰



Figura 9: O Pasquim, edição 73, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1970.

¹¹⁰ A “gripe” do Pasquim. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1979, p. 26. O texto completo escrito por Sérgio Cabral encontra-se em anexo.



Figura 10: O Pasquim, edição 74, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1970.

Busalaf considera que esse período não serviu apenas como uma demonstração de força do jornal em sua capacidade de resistir, mas para fortalecer as relações entre a equipe fixa do jornal e seus colaboradores.

A censura não afastou o grupo de colaboradores do jornal – que poderia ter optado por manter-se afastado para não ser associado aos subversivos jornalistas e ser, assim, passível de ser interrogado. Pelo contrário. Atraiu e fortaleceu relacionamentos entre os membros da geração do *Pasquim*, que, neste momento, de fato, sente-se parte do jornal e de uma “turma”. O termo “patota”, por mais generalista que seja, é consonante com esse sentimento e foi impresso diversas vezes no jornal. Também fica claro que o momento “de exceção” do *Pasquim* e as circunstâncias da publicação do jornal durante a prisão dos jornalistas consolidaram a linguagem e o estilo do jornal.¹¹¹

Mesmo após a soltura da equipe, a censura prévia continuou ocorrendo no Rio de Janeiro. O censor mais marcante dessa segunda fase foi o general Juarez Paz Pinto, pai de Helô Pinheiro, a garota de Ipanema, que tinha uma relação no mínimo interessante com a “patota”. O material a ser avaliado era entregue ao censor na praia, ele lia ali mesmo no posto 6, entre uma partida de biriba ou outra e depois ele mesmo ia entregar na redação.¹¹² Bernardo Kucinski, em sua obra *Jornalistas e revolucionários* também narra uma série de situações envolvendo o censor, de acordo com depoimentos de Jaguar.

O mais gozado era que ele recebia a gente numa garçonnière, debaixo de um enorme retrato de Brigitte Bardot com os peitos de fora. De vez em quando chegavam umas meninas lá, ele apresentava a gente visivelmente orgulhoso, ‘esse aqui é o Jaguar, de *O Pasquim*, o Ivan Lessa, estou aqui censurando *O Pasquim*, vai lá pro quarto que daqui a pouco eu vou’. Mas aí, evidentemente ele ficava nervoso, a gente espichava as discussões e, para evitá-las ele ia aprovando.¹¹³

Segundo Marcia Neme Busalaf, tudo muda em dezembro de 1973 quando a censura do *Pasquim* transfere-se para Brasília, se esvaziando completamente o espaço de relações e possibilidades da equipe do jornal com os censores. O material era enviado por correio para a capital para ser analisado, sem qualquer possibilidade de questionamento sobre os vetos; depois era reenviado para o Rio de Janeiro e a equipe tinha que aproveitar o que não fora vetado para montar a edição e mandar para a gráfica. De acordo com depoimento de Miguel Paiva eles tinham que mandar para Brasília muitas vezes uma edição com o triplo de material que normalmente fariam para poder ter material liberado o suficiente para compor uma edição normal.¹¹⁴

¹¹¹ Ibid. p. 158.

¹¹² Idem.

¹¹³ Entrevista de Jaguar em Gazeta de Pinheiros, 11/12/1988. Apud. In: KUCINSKI, B. op. cit., p. 217- 218.

¹¹⁴ BUZALAF, M. N. op. cit., p.166.

Bernardo Kucinski reproduz em seu livro uma carta de Ziraldo, que relata o martírio semanal a que o *Pasquim* estava submetido pela censura prévia de Brasília.

Segunda-feira é um dia de morte na sede d' O Pasquim. Se explica. Toda matéria ainda está em Brasília, aguardando liberação da censura. E a Nelma fica aqui, tensa, tentando falar com um tal de Irmão - este é o apelido do cara - que é o quebra -galho que a Nelma arrumou lá em Brasília pra ir lá na Policia Federal, pegar o material e devolver pra gente, por um malote de favor. Se ele não pegar o negócio no aeroporto, levar na policia, pegar na policia e botar no avião numa transa ajeitada pela Nelma, babau, não tem O Pasquim. Nelma acabou de me informar que não agüenta mais essa prostituição. Tem que ficar fazendo voz sexy pro filho-da-puta que ela nunca viu. A gente tem que ter uma estrutura de cão pra agüentar o rojão. E ainda não sabemos que hora o material vai pintar aqui no Rio. Amanhã a Nelma avisa: chegou. E corre todo mundo pr'O Pasquim, pra ver o que sobrou. É uma brincadeira sinistra. (...) O Ivan Lessa rola no chão, espuma, chora - literalmente - baba, sai da sala, desiste, se desespera. Sérgio Augusto fica fazendo tudo igual... como sou mineiro, saio correndo com o que sobrou nas mãos dizendo: 'ainda dá pra fazer um número, deixa que dá'. O Ivan fica enfurecido com a minha atitude. Meia hora depois, passa o inferno e todos nós sentamos ofegantes e animadíssimos, pra ajeitar o número e começar uma maneira de enganar os homens na semana seguinte. Aí, na quarta e na quinta paginamos e terminamos o número. Sexta ele vai pra gráfica e nós já temos que mandar novamente o material pra Brasília. Esta é a rotina. Uma coisa, nós aqui na redação decidimos, num momento de lucidez: nós não vamos ficar loucos.¹¹⁵

A situação perdura até a edição de número 300, em 29 de março de 1975, quando oficialmente é decretado o fim da censura prévia no *Pasquim*, que teria acabado “tão misteriosamente como começou”, segundo Millôr em seu célebre artigo *Sem censura*, publicado no editorial do mesmo número.

Cinco anos depois, tão misteriosamente como começou - ‘ordens superiores’ - a sinistra censura sobre este jornal se acabou. O Dr. Romão, o último interventor de plantão dos vinte ou trinta que passaram pela tarefa nesses mil e quinhentos dias de violências, comunicou a Nelma ‘Vocês agora não precisam mandar mais nada para a censura’. Mas, vício do ofício, não conteve a ameaça ‘Agora a responsabilidade é de vocês’. A responsabilidade sempre foi nossa. Quando estive em visita ao Pasquim, um homem, pela conversa, pertencente aos extremos da extrema direita (...) não conseguiu, definitivamente, entender uma coisa: que tivesse havido tantas prisões, no Pasquim, por crime de imprensa, estando o jornal sob censura prévia. O fato é que, mesmo sob censura prévia, a responsabilidade sempre foi nossa. (...) Dez dos principais redatores ficaram presos durante exatamente dois meses, sessenta dias, sem culpa formada, com interrogatórios constantes mas sem nexos, até que, muito tempo depois de todos soltos, o inquérito foi arquivado. No ínterim o jornal caíra de cem para setenta mil exemplares e a publicidade

¹¹⁵ Carta de Ziraldo a Claudius, s. d. arquivo MM. Apud. In: KUCINSKI, B. op. cit., p. 221 e 222.

paga se retraía ao nível zero. Agora o Pasquim passa a circular sem censura. Mas sem censura não quer dizer com liberdade. Pois a ordem de liberação, como a ordem de repressão, não partiu de nenhuma fonte identificável. (...) De modo que – não nos enganamos! – assim como a ordem veio, pode ser negada amanhã de manhã e o jornal apreendido no momento em que você lê este artigo. A ausência de censura no Pasquim é, assim, neste momento e neste país, um privilégio amedrontador e quase insuportável. (...) Mas continuaremos a trabalhar, com a liberdade interior, que é nossa e nunca nos tiraram, e com o medo, que é humano.¹¹⁶



Figura 11: Charge de Millôr publicada em *O Pasquim* na edição 46, de maio de 1970.

Em sua obra, Kucinski analisa o *Pasquim* sob a ótica do que teria sido a imprensa alternativa dos anos 1960 e 1970, traçando um panorama sobre o surgimento, os caminhos percorridos e o legado deixado pela imprensa alternativa brasileira em nossa sociedade. O *Pasquim* é analisado tanto em meio à conjuntura da época, quanto em suas particularidades, que contribuíram para torná-lo um grande sucesso editorial e um precursor de mudanças não apenas comportamentais, mas também na linguagem jornalística e publicitária.

Em sua análise, Bernardo Kucinski considera a existência de duas grandes classes de jornais alternativos, uma delas era composta pelos jornais predominantemente políticos, cujas raízes remontavam à ideologia nacionalista dos anos de 1950 e à popularização da ideologia marxista dos anos de 1960. Suas principais características eram o didatismo e o dogmatismo

¹¹⁶ FERNANDES, M. *Millôr no Pasquim*. São Paulo: Circulo do Livro, 1977, p. 184 e 185.

presentes em reportagens e artigos com forte teor político, em que tanto eram levantadas questões envolvendo o endividamento externo, o agravamento das mazelas sociais, quanto eram discutidos temas clássicos das esquerdas como o caminho para a revolução brasileira.

A outra classe de jornais alternativos era oriunda das influências dos movimentos de contracultura norte-americanos, e por meio deles também se influenciava do orientalismo, do anarquismo e do existencialismo de Jean Paul Sartre. Eram jornais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural. O *Pasquim* insere-se nesta segunda classe de alternativos, que além de instituir o culto a cultura *underground*, ainda iniciou um movimento próprio de contracultura, transformando as linguagens do jornalismo e da publicidade. Porém, esses jornais de cunho contra-cultural não deixavam de atuar no plano da contingência política, por meio da oposição sem tréguas ao regime militar.¹¹⁷

Nesse plano, mantinham-se nos marcos de uma cultura convencional de esquerda e da crítica intransigente. Seus protagonistas, muitos deles antigos militantes da esquerda, haviam adotado o existencialismo mais como fuga instintiva do dogmatismo das esquerdas e da própria realidade opressiva do que como adesão a uma nova concepção de ser. Não criticavam a cultura estabelecida das esquerdas; apenas, não mais a adotavam como filosofia de vida.¹¹⁸

O autor também identifica os dois principais aspectos que teriam se articulado e contribuído para o surgimento da imprensa alternativa: a ambição das esquerdas em protagonizar as transformações que propunham, e a demanda, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos em que pudessem se expressar. Pois o trabalho na grande imprensa e nas universidades, em muitos casos, já estava fora de cogitação. Fundindo até certo ponto a história das esquerdas brasileiras com a história da imprensa alternativa.¹¹⁹

Segundo Kucinski um outro fator que teria contribuído para o florescimento dos alternativos, seria a regressão da grande imprensa a funções estritamente mercantis, sofrendo uma grande inflexão em seu papel social e delegando ao Estado autoritário a tarefa de defender seus interesses, cabendo aos alternativos fazer “política” propriamente dita.¹²⁰ Como resultado dessa retração, a grande imprensa vê seu público leitor restringir-se cada vez mais, gerando uma queda significativa na circulação e o desaparecimento de vários jornais diários.¹²¹

¹¹⁷ KUCINSKI, B. op. cit., p. 14 e 15.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Ibid. p. 16 e 17.

¹²⁰ Ibid. p.22.

¹²¹ Ibid. p.23.

Por isso, na origem de toda aventura alternativa havia a liderança de jornalistas, ansiosos por se libertarem das restrições da grande imprensa e um episódio específico de fechamento de espaços da grande imprensa, um incidente que empurrava jornalistas em direção a uma alternativa, às vezes ainda mal formulada, imprecisa. O *Pasquim* só surgiu depois que foram fechados três dos principais espaços de humor criados na grande imprensa por Ziraldo, o suplemento “Cartum”, do *Jornal dos Sports*, “O Centavo”, no *Cruzeiro* e “Manequinho”, no *Correio da Manhã*, todos extintos em 1967. Com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas câmaras de tortura do Exército, em São Paulo, em outubro de 1975, rompeu-se o precário equilíbrio nas relações de trabalho no conjunto da grande imprensa, ao mesmo tempo em que se esgotou o modo complacente pelo qual os jornais se relacionavam com o regime, dando origem a uma nova geração de jornais alternativos importantes.¹²²

O autor também discute as razões que teriam levado ao desaparecimento dos jornais alternativos, procurando ir além do fator exógeno, que explica o seu surgimento, a resistência à ditadura. É certo que com a abertura, a grande imprensa foi apropriando-se dos temas até então exclusivos dos alternativos, recontratando muito dos seus jornalistas, contribuindo para o esvaziamento de seu papel social, pois a partir dali fazer oposição ao governo não era mais exclusividade da imprensa alternativa.¹²³ Para ir além na questão, o autor analisa o modelo ético-político da imprensa alternativa, e identifica como um de seus principais aspectos o desprezo ao lucro e aos fatores de ordem prática que envolvessem administração, organização e comercialização tornando-os vulneráveis às pressões externas e às suas próprias contradições.¹²⁴ Outro fator que contribuía muito para o seu enfraquecimento era o sectarismo, um traço ideológico que permeava não apenas as divergências internas, mas também as novas questões de cunho ético surgidas com o desenvolvimento da conjuntura política, sendo que vários desses jornais encontravam-se vinculados a partidos políticos e a movimentos basistas.

Nas articulações predominantemente jornalísticas, como foram *Bondinho*, *O Pasquim* e o exemplar *Coojournal*, pesaram a falta de uma tradição cooperativista. Em outros, como *Movimento*, pesou a ausência de valores democráticos nas relações cotidianas, por sua vez oriunda de uma supervalorização da ideologia, em detrimento do comportamento – e, nessa ideologia, da ação revolucionária em detrimento da relação democrática. A não valorização do respeito mútuo, do direito de divergir, a incapacidade de operar novas propostas participativas que surgiram nos jornais basistas, em especial após 1976, contribuíram para fragilizar os jornais alternativos. Em países com tradições interpessoais mais democráticas, alguns jornais do ciclo alternativo sobreviveram e se consolidaram: *Village Voice*, nos Estados

¹²² Ibid. p. 24.

¹²³ Ibid. p. 25.

¹²⁴ Idem.

Unidos, *Time Out* e *Private Eye*, na Grã-Bretanha, *Liberation*, na França. Mas todos eles mudaram de caráter, e hoje são parte da imprensa convencional.¹²⁵

Por isso, Kucinski conclui que o desaparecimento dos alternativos coincidiu com o fim de um ciclo, que no Brasil foi o fim da ditadura brasileira, sem contudo ter relação direta com ela. Era o fim de uma era cuja ética era representada pelas propostas de transformação social e pela crença na realização social por meio da ação coletiva. E nesse contexto o autor situa o surgimento inesperado do Partido dos Trabalhadores, que contribuiu para aglutinar amplos setores da esquerda em torno de novos paradigmas.

Estava eliminada a supremacia do dogma. O novo partido, que reunia católicos, comunistas, socialistas e sindicalistas pragmáticos, negava a própria necessidade de haver uma doutrina. Com o PT foram implodindo um após o outro todos os partidos e agrupamentos leninistas, em especial o que também implodiram jornais alternativos apoiados na sua militância.¹²⁶

No caso do *Pasquim*, seu declínio não se associa apenas a questões conjunturais, como a abertura do regime militar e o fim de um ciclo na sociedade brasileira, mas também a um processo de envelhecimento de linguagem. O *Pasquim*, que durante grande parte dos anos de 1970 atingira um público leitor muito amplo de adolescentes e jovens adultos nas grandes cidades e no interior, foi perdendo a capacidade de se renovar e criar, ao não se institucionalizar como entidade capaz de absorver as novas gerações e com elas interagir, enfim, tornara-se o jornal dos pais e não mais dos filhos. “Os jovens já não sabiam o que era *O Pasquim*”.¹²⁷

E para que possamos compreender melhor o processo de declínio do *Pasquim*, é preciso compreender sua gênese. Com o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, o chamado jornalismo “sério” passou por um processo de encolhimento, enquanto isso houve uma expansão do humor na grande imprensa, sendo Ziraldo um dos seus principais nomes, em torno dele gravitaram toda uma nova geração de chargistas, entre os quais Miguel Paiva, Juarez Machado e vários outros, sendo o mineiro Henrique Filho, o Henfil, uma das maiores revelações, e os fradinhos, seus personagens de maior sucesso, uma expressão cômica dos conflitos instalados na sociedade brasileira após o golpe de 1964.¹²⁸

Em sua obra Henfil explorou um conjunto de questões sempre vinculadas ao contexto ditatorial como é o caso da violência praticada pelo regime. Nessa perspectiva o humor

¹²⁵ Ibid. p. 27 e 28.

¹²⁶ Ibid. p. 28.

¹²⁷ Entrevista com João Carlos Rabello, realizada em 30/12/1979. Apud: In: KUCINSKI, B. op. cit. p. 230.

¹²⁸ Ibid. p. 205 e 206.

produzido pelo artista estava diretamente conectado à prática social. Também é importante mencionar o engajamento do artista em debates políticos, quer apoiando os perseguidos do regime, quer participando de campanhas como a da Anistia e das Diretas Já.¹²⁹

A crítica à ditadura surgiu como expressão de poderes contra uma impotência, metáfora de pluralidade de vozes no contexto de combate ao regime. E o balanço sobre a ditadura através de alguns de seus personagens refaz avaliações presentes em muitas narrativas anteriores de Henfil com os Fradim e outras criações. Importa levar em conta especificidades da experiência histórica brasileira que ele vivia, inclusive os projetos culturais de esquerda nela vigentes ao redor dos anos 1960. (...) Junte-se a isso idiosincrasias de uma biografia tais como experiência da hemofilia, trajetórias de classe média mineira, formação familiar, (...) Através de um riso dolorido, Henfil apresenta uma ditadura que incluía tensões internas, fissuras, fragilidades. E seus avessos, apesar de tantas dificuldades, existiam.¹³⁰



Figura 12: Os fradinhos desenhados por Henfil, na edição 19, de novembro de 1969, de *O Pasquim*.¹³¹

¹²⁹ SILVA, M. Henfil rindo da ditadura – Fradim (1971/1980). In: NAPOLITANO, C. J. et alii. (Org.). O golpe de 1964 e a ditadura militar em perspectiva. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 138-142.

¹³⁰ Ibid. p. 149.

¹³¹ A tirinha expressa as personalidades opostas, porém complementares dos fradinhos. De um lado o otimismo ingênuo do Magrim, se contrapondo ao sarcasmo irônico do Baixim.

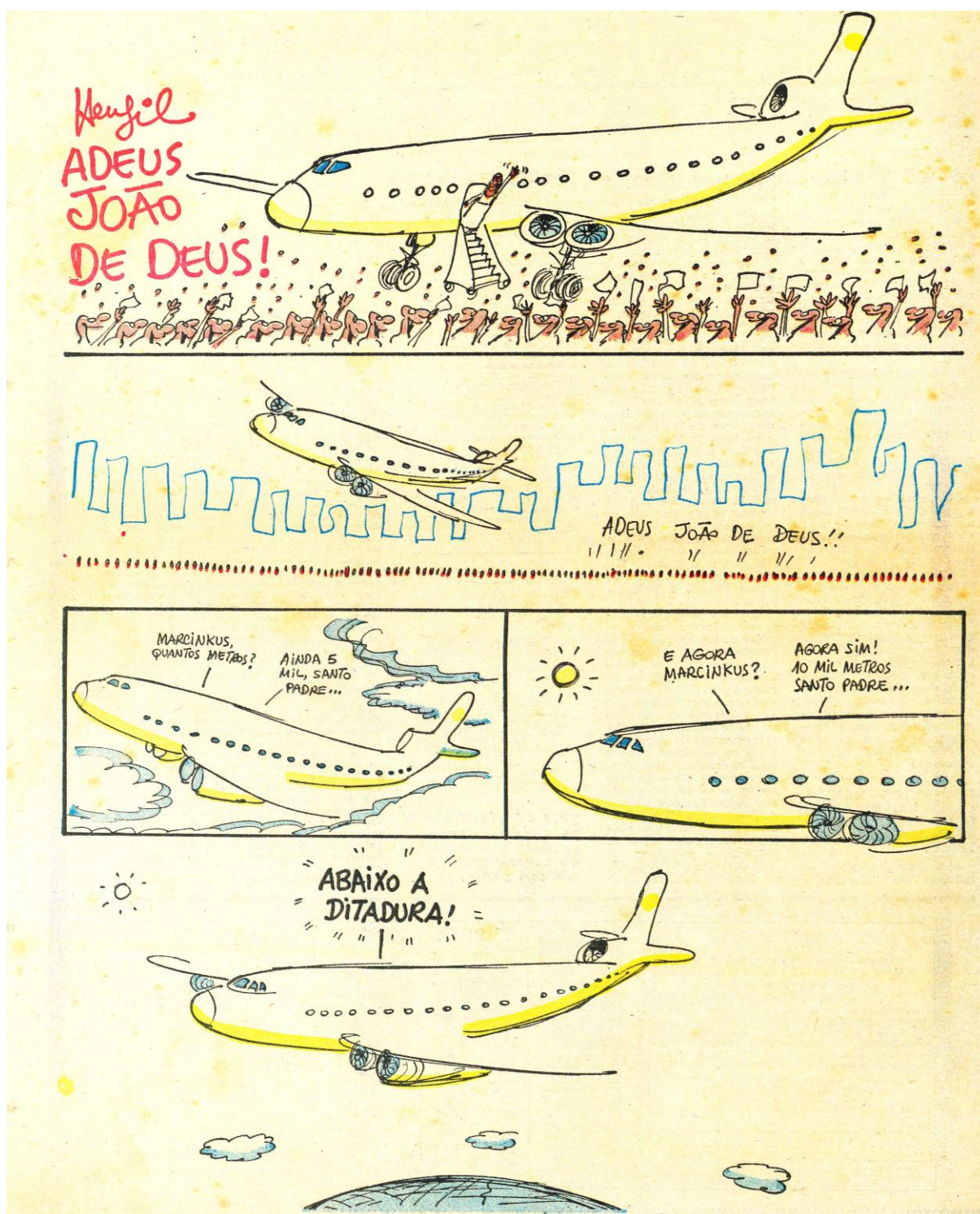


Figura 13: Na edição de 577 de julho de 1980, Henfil ironizou a visita do Papa João Paulo II ao Brasil por suas posições controversas em relação ao regime militar e outros assuntos.¹³²

¹³² Em pleno regime militar O Papa João Paulo II defendeu justiça social, liberdade sindical, reforma agrária, direitos humanos e educação sexual. Por outro lado, condenou a Teologia da Libertação - escola controversa da Igreja Católica que, com influências marxistas, enfatiza a situação social da população - e o aborto.

Em março de 1967 Ziraldo lança o suplemento *Cartum JS* no Jornal dos Sports, e na revista O Cruzeiro ele lança o caderno de humor *O Centavo*. Porém ambos os espaços são fechados no final de 1967 por conta do constrangimento que as charges traziam às famílias proprietárias. Os humoristas passam então a trabalhar num suplemento humorístico do Correio da Manhã, *Manequinho*, fadado a desaparecer após o AI-5. Esses incidentes envolvendo fechamentos de espaços de humor na grande imprensa, fortaleceram a necessidade de publicar uma revista independente, que fosse porta-voz de todos os humoristas brasileiros, e que produzisse um humor comprometido com a realidade local, que contrariasse o humor estrangeiro preferido pelos grandes jornais.¹³³

Com projeto gráfico de Carlos Prosperi, o *Pasquim* começa a ser concebido por um grupo inicial de jornalistas. O primeiro impasse envolvendo a fundação do novo jornal foi o modelo administrativo a ser adotado, pois os jovens humoristas liderados por Henfil propunham o modelo cooperativo, em que todos teriam os mesmos direitos. Esse modelo foi prontamente rejeitado por Millôr, que propôs um modelo de divisão qualitativa, em que metade das cotas caberia aos veteranos e a outra metade caberia aos artistas mais jovens. Jaguar rejeitou ambas as propostas, e após muitas discussões definiu-se uma sociedade por cotas, distribuídas entre Murilo Reis, empresário dono da distribuidora, que ficou com 50%, e outros jornalistas e humoristas, Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Carlos Prosperi e Cláudio Ceccon, que ficaram com 10% cada. Esse modelo de gerenciamento causou uma dissidência, e num primeiro momento Henfil, Ziraldo e nem mesmo Millôr quiseram participar. Superada a questão o trio compôs a equipe do *Pasquim* ao longo de toda a sua trajetória.¹³⁴

Durante toda a sua existência como imprensa alternativa, *O Pasquim* foi uma sociedade por cotas instável, em que mudava a composição acionária, a cada crise. Mas não foram obedecidas regras básicas de administração, controle financeiro e de estoques, o que levou ao estrangulamento de um projeto editorialmente bem sucedido. O grupo não se via como uma empresa, nem mesmo como uma redação convencional, mas como uma patota, um grupo de amigos que tinha prazer de fazer de suas relações pessoais e idiossincrasias matéria de jornal.¹³⁵

¹³³ Ibid. p. 206 e 207.

¹³⁴ Todas essas informações sobre a formação do *Pasquim* foram obtidas por Bernardo Kucinski por meio de entrevistas com Millôr, Jaguar e Ziraldo em 1990. Pois como era de se esperar, como parte de sua desorganização o *Pasquim* não deixou atas de sua história. Ibid. p. 207 e 208.

¹³⁵ Ibid. p. 208.

E talvez tenha sido essa característica, uma das principais responsáveis por fazer do *Pasquim* um êxito editorial desde o início, pois imperava na “patota” uma organização da pauta não burocrática e extremamente criativa, ou segundo as palavras de José Luiz Braga, “A uma concepção utilitária do trabalho, que pretende instituí-lo em dever e sacrifício, a criação pasquiniana se apresenta como um exercício lúdico motivado pelo gozo”¹³⁶

Por suas raízes, profundamente cariocas, Jaguar imaginou o *Pasquim* como um jornal representativo do bairro de Ipanema, a exemplo do novaiorquino *Village Voice*, pioneiro da imprensa *underground* americana, fundado no boêmio bairro do Village de Nova Iorque em 1955. Porém, o *Pasquim* foi além de um jornal de bairro, pois sua visão crítica extraída do microcosmo carioca, em que era produzido, atingia e era compartilhada por artistas e jovens de todo país. Até porque seus principais alvos eram a ditadura militar, a classe média moralista e a grande imprensa, e apesar de particularidades relativas ao local específico em que era gestado, sua voz encontrava eco onde quer que ele fosse distribuído.¹³⁷

Um outro aspecto o diferenciou do *Village Voice*, foi que logo na edição Nº 32, em janeiro de 1970, apenas seis meses após seu lançamento, o *Pasquim* já vendia 225 mil exemplares, ao contrário do seu inspirador novaiorquino que teve um crescimento lento e que só começou a dar lucro sete anos depois de lançado.

A característica mais marcante do *Pasquim*, responsável por torná-lo único no meio editorial brasileiro, foi a revolução na linguagem que promoveu não apenas no cotidiano das pessoas, mas também nos meios jornalísticos e publicitários. Aparentemente essa revolução teria se iniciado por acaso, quando Jaguar, praticamente transcreveu uma entrevista feita por ele e por Paulo de Tarso com Ibrahim Sued, para as páginas do *Pasquim* sem colocá-la na famigerada linguagem jornalística, sem fazer o tal do copy-desk, que ele desconhecia por ser “apenas um chargista”. A entrevista foi publicada daquela maneira natural, exatamente como fora feita, por falta de tempo de reescrevê-la, e o resultado foi a aprovação dos leitores, que gostaram daquela forma inovadora de entrevistar, abusando do tom informal proposto pela oralidade.¹³⁸

Além disso, as primeiras edições do *Pasquim* já exibem traços, seções e maneirismos que o caracterizariam durante toda a sua existência: a grande entrevista, provocativa e dialogada, que introduziu o estilo coloquial no jornal; a coluna *As Dicas*, uma inovação que depois seria imitada por toda a imprensa brasileira; o bairrismo; a página de *underground* de

¹³⁶ BRAGA, J. L. op. cit., p. 215.

¹³⁷ KUCINSKI, B. op. cit. p. 209.

¹³⁸ Ibid. p. 210.

Luis Carlos Maciel, o personagem imaginário Pedro Ferreti, pseudônimo compartilhado por todos os redatores, criado para criticar anonimamente; o ratinho Sig, criado por Jaguar em homenagem a Sigmund Freud; os artigos ácidos de Paulo Francis; as tiras do chopnics, personagem criado por Jaguar e Ivan Lessa ainda na época do Jornal dos Sports combinando as ideias de beatniks, movimento contracultural norte-americano e o carioquíssimo chope.

Em relação ao bairrismo, podemos verificar que desde os primórdios, o jornal carioca estabeleceu um divertido embate com os leitores paulistas. Na edição de Nº 14, Millôr provoca os paulistas com o artigo “Parem com isso meninos!”, cujo objetivo era claramente alimentar uma suposta rivalidade entre paulistas e cariocas e aumentar as vendas do *Pasquim* em São Paulo.

Sabendo que São Paulo é o maior mercado brasileiro (por favor, paulistas, não se ofendam, não estou chamando São Paulo de mercado!) e que as vendas do PASQUIM naquela megalópole (megalópole eu sei que os paulistas gostaram!) eram assaz baixas, resolveu este jornal cutucar com vara curta o brio bandeirante, a fim de ampliar as vendas do produto no portentoso Estado irmão (ô puxada, hein Millôr?!) Os paulistas foram nessa e responderam indignados – daí o atual sucesso d’ O PASQUIM em São Paulo. Os católicos irlandeses não comprariam com mais interesse um PASQUIM protestante. (...) aconselho, porém o pessoal do PASQUIM, a ir mais devagar com o andor, pois, como sabem os técnicos, o santo é de barro. Afinal de contas justiça seja feita, e eu a faço, eu que sou carioca desde pequenininho: que é que o Rio tem de mais e São Paulo tem de menos? Se os cariocas vive se vangloriando de terem inventado o frescobol é só porque não conhecem nada de história. Quem inventou o frescobol foi um paulista – o carioca entrou apenas com o bol. (...) EM TEMPO – também é um hábito antigo do paulista se queixar do clima do Rio. E, no entanto, este se equilibra admiravelmente entre dias infernalmente quentes e dias de calor insuportável. Nem todo mundo pode ter aquele clima admirável de São Paulo, que vai desde dias de garoanojenta até noites de umidade doentia.¹³⁹

A provocação aos paulistas prossegue na mesma edição na seção *As Dicas* sob o título “Colher de Chá (Sem Chá, naturalmente)”:

Alô, alô paulistas, é só pra acabar com essa história de que o PASQUIM tem má vontade com São Paulo, etc e tal. Resolvemos lançar em âmbito nacional, a gíria de vocês, *fajuto*. (...) O sentido da gíria, como, aliás, de toda boa gíria, é um tanto vago porque as palavras novas vêm mesmo pra isso, pra cobrir buracos de sentido existentes na língua. Fiquem contentes, paulistas: agora a palavra vai pegar. Porque, vocês sabem, se ela ficasse só aí em São Paulo, né?¹⁴⁰

¹³⁹ FERNANDES, M. op. cit., p. 28 a 32.

¹⁴⁰ Ibid. p. 32.

A coluna atesta a provocação citada acima, a coluna As Dicas, já era um grande sucesso e ia além da indicação de bares e restaurantes. Em diversos momentos ela foi o local ideal para a crítica e o deboche sobre a situação política do Brasil. Na edição de Nº 136, era anunciado “Previsão para 1970”:

O Brasil sofrerá reformas generalizadas, trazendo mudanças generalizadas. Haverá emprego generalizado, educação generalizada, participação generalizada no produto bruto, euforia generalizada. Porque somos uma nação generalizada.¹⁴¹

A ironia caustica prosseguiu na seção em várias outras edições, como no caso da de Nº 150, em que Millôr aproveita pra debochar sob o título “Democracia ao alcance de todos”:

Falam muito de democracia, escrevem muito democracia, comem e jantam democracia, mas o único democrata autêntico que eu conheço se chama Papá Doc: fuzila inimigos, amigos e até parentes em igual número e com os mesmos requintes de atenção (até pessoal), imparcialidade e isenção.¹⁴²

A técnica do deboche foi inaugurada com uma chamada de capa ridicularizando a chegada do homem a lua, que era tratada por toda a grande imprensa com grande seriedade. As capas do *Pasquim*, também, se tornaram um caso à parte, aquelas que retratavam os grandes nomes da música popular brasileira ou do teatro ou, ainda, algum oposicionista de peso do regime militar, multiplicavam as vendas, como aconteceu com a edição Nº 40, de 26 de março de 1970, que trouxe Dom Helder Câmara.¹⁴³ Outro evento importante a ser considerado foi a introdução do palavrão na linguagem jornalística. A histórica entrevista com Leila Diniz¹⁴⁴ publicada na edição Nº 22, já mencionada anteriormente, é um exemplo disso. A entrevista é marcante e exerceu larga influência nos meios jornalísticos por sua extrema

¹⁴¹ Ibid. p. 109.

¹⁴² Ibid. p. 116.

¹⁴³ KUCINSKI, B. op. cit., p.211.

¹⁴⁴ Leila Roque Diniz nascida em 25 de março de 1945 na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, foi modelo e atriz de Teatro, TV e cinema. Seu primeiro trabalho de destaque foi o filme Todas as mulheres do Mundo, de 1966 que projetou Leila como atriz e personalidade. Dirigido pelo cineasta Domingos de Oliveira que era casado com Leila na ocasião, o filme incorporou várias referências à vida em comum do casal, causando um grande frisson na época. A atriz protagonizou novas polêmicas por conta de sua entrevista ao Pasquim em 1969, considerada escandalosa pelos mais conservadores, e por posar para fotos de biquíni, estando grávida de oito meses em 1971, em uma atitude considerada ousada pra época. Alegando razões morais, a TV Globo não renovou contrato com a atriz, que então recebe o apoio do apresentador Flávio Cavalcanti. Em 1970, ela se torna jurada no programa dele e passa a viver no sítio do apresentador, num momento em que é acusada de ter ajudado militantes de esquerda. A atriz trabalhou com vários cineastas como Nelson Pereira dos Santos, Paulo César Saraceni e Carlos Coimbra. No dia 14 de Julho de 1972, quando a atriz retornava de um festival de cinema na Austrália, o avião da Japan Airlines em que viajava explodiu no ar, quando sobrevoava Nova Délhi, na Índia. O falecimento de Leila Diniz, aos 27 anos, causou comoção nacional e deu início à formação do mito em torno da mulher considerada revolucionária, que rompeu tabus e conceitos através de suas idéias e atitudes. Adoro Cinema: personalidades. Disponível em: < <http://www.adorocinema.com/personalidades/personalidade-544119/biografia/>> . Acesso em: 8 jun. 2016.

informalidade, tanto na linguagem, quanto no modo como Leila é apresentada ao público, em sua própria casa, logo após sair do banho, com uma toalha envolvendo seus cabelos molhados, falando abertamente sobre sua intimidade. Muitos dos inúmeros palavrões foram substituídos por * sem prejudicar a leitura e o entendimento e a partir daí os chamados palavrões foram incorporados livremente no cotidiano do jornal.

TARSO – Você prefere fazer cinema ou novela de televisão? Porque cinema é meio chato, demorado.

LEILA – Que isso? Você está falando isso pra me provocar ou acha mesmo? Cinema é a glória. Olha, Tarso, às vezes, as pessoas gostam de dizer: isso não tem sentido. Eu gosto pra (*) de fazer novela e de fazer cinema. Pra mim, não tem a menor importância representar Shakespeare, Glória Magadan ou o que quer que for, desde que me divirta e ganhe dinheiro com isso.

JAGUAR – Você acha que teatro é um saco?

LEILA – Acho que teatro é um saco. Mas não posso dizer isso porque nunca fiz um troço porreta em teatro! Só fiz papelzinho, papel pequeno. Eu comecei em teatro. Eu comecei com a Cacilda. Ela veio ao Rio fazer “O preço de um Homem”, o Vaneau fez teste e eu fiz. Foi em 64. (...)

JAGUAR – Quantos casos você já teve, depois da separação?

LEILA – Casos mil; casadinha nenhuma. Na minha caminha, dorme algumas noites, mais nada. Nada de estabilidade. (...)

TARSO – O que você acha do Domingos como diretor?

LEILA – Acho excelente. Principalmente como diretor de ator.

TARSO – Ele não é meio água-com-açúcar?

LEILA – Não, pô! Eu conheço o Domingos tanto. O que as pessoas não vêem nele, eu vejo. É difícil você falar de uma pessoa com quem você viveu. Você vê mil trechos que os outros não vêem. (...)

JAGUAR – O que você achou de trabalhar com o Nelson Pereira dos Santos?

LEILA – Nelson é a doçura da minha vida, amor, carinho, tudo mais. (...)

TARSO – Você gosta de mulher?

LEILA – Gostei de mim, quando fui tomar banho pelada a noite e tem aquela água que fica brilhando com a lua. Você quer morrer: fica com aquelas gotinhas prateadas no corpo; divina e maravilhosa. Parati é alucinante.¹⁴⁵

¹⁴⁵ DINIZ, Leila. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1969, p. 9-13. O Martelo.com: musas. Disponível em: <<http://www.omartelo.com/omartelo23/musas.html#alto>> . Acesso em: 8 jun. 2016.

Millôr revela a verdade: -MEU NOME É HERMANN; MAS PODE ME CHAMAR DE LAURA!

Beware of the team of Pasquim, Laura! You are desmunhequeiting too much. They will see that you are ~~an animal~~, ~~a beast~~ gay! ROBERT.

O PASQUIM

Rio, 20 a 26/11/69 — N.º 22 — NC-R\$ 0,50 — Todo mundo acha que O PASQUIM está por cima da carne seca; podemos assegurar que, em matéria de carne, nossa preferência é outra (Millôr Fernandes)

LEILA DINIZ: &\$€7!

EU CARREGO ESTE JORNAL NAS COSTAS!!

APESAR DO TARSO MILLÔR: MENIL, FRANCIS, ZIRALDO, SERRÃO CABRAL, CHICO PINHEIRO, MARCOS VASCONCELOS, RUY CASTROMOURA, ETC. E TAL.

Figura 14: O Pasquim, edição 22, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1969.

Na edição de número três, a palavra “bicha” apareceu pela primeira vez no jornal, e seu uso foi se tornando cada vez mais comum no semanário e na própria linguagem falada,

rapidamente incorporada no cotidiano do público.¹⁴⁶ O texto “Bicha”, de Tarso de Castro, publicado na edição de Nº 54 de 2 de julho de 1970, é um exemplo do uso, no caso exaustivo da expressão pelo periódico, terminando por esvazia-la até certo ponto de seu significado e do seu efeito agressivo e ofensivo.

Millôr Fernandes chegou da Europa e é bicha: Martha Alencar é bicha e o marido dela, o Hugo Carvana bicha; o Sérgio Cabral, por sua "vez, tem vergonha, acha que pai de família não deve confessar isso mas eu sei é bicha; o Paulo Francis, que fica fazendo aquele bico, é bicha; o Chacrinha, nem se fala, é bicha; (...) o Chico Buarque é bicha; o Caetano Veloso é bicha; o Gilberto Gil é bicha; o Roberto Carlos é bicha; o Erasmo Carlos é bicha; (...) meu Deus, como o Paulo José e Dina Sfat são bichas; ah, sim, o Ênio Silveira é bicha; como esquecer que a Danusa é tão bicha como a Leão; bicha, também, pois, a Nara Leão, e o Cacá Diégues, que é marido dela, é bicha; e o Glauber Rocha, como todos os baianos, é bicha; a Rosinha, mulher do Glauber, é uma tremenda bicha; o Antônio Guerreiro é bicha; o Jaguar, que eu ia esquecendo, é bicha; (...) Minas Gerais é um viveiro de bichas; Ziraldo, por exemplo, quem pode negar? É a maior bicha de Caratinga; aliás, se vocês não sabem, esse tal de Caratinga também era bicha; o filho do Jaguar, tão pequenino já é bicha; também, o professor dêle é bicha, sô; (...) Este parágrafo é bicha. (...)olha aqui, ô Matarazzo, não queira me comprar:, tôda a família é bicha; e tem mais: vocês lembram da Maysa, ex Matarazzo? Pois é bicha, bicha é a torcida do Flamengo; e a do Botafogo se existisse, bicha seria; os velhinhos do Vasco são bichas; o Fluminense, vocês sabem, andam de salto alto; todos os brasileiros são bichas; Europa, França e Bahia – tudo bicha; Ásia, África, América e Passo Fundo, tudo bicha; inclusive o Jaguar, tudo bicha; é a maior bichite da história do mundo; que, por sinal, é bicha. O único macho do mundo é o Néelson Rodrigues.¹⁴⁷

Por sua linguagem informal e pela ousadia com que lidava com as mais diversas questões, o *Pasquim* conseguiu estabelecer uma relação direta com seu público leitor, e isso é demonstrado na extensa seção de cartas do semanário. Respondidas provocativamente por Ivan Lessa, de forma agressiva e debochada, as messivas desenvolvem no leitor um senso crítico junto ao jornal, em uma relação adulta, e sem paternalismo. E, segundo Kucinski, essa relação contribuiu para promover mudanças no comportamento do brasileiro.¹⁴⁸ Abaixo seguem alguns exemplos de cartas publicadas na edição Nº 484 do *Pasquim*, e que demonstram muito bem essa relação:

“Eu sou leitor do PASQUIM a (sic) bastante tempo. Não só eu, mas inúmeras pessoas, ficaríamos satisfeitos se vocês fizessem uma colossal (sic) entrevista com o mestre CHICO BUARQUE DE HOANDA (sic). Estou na

¹⁴⁶ KUCINSKI, B. op. cit., p. 214.

¹⁴⁷ BUSALAF, M. N. op. cit., p. 198-200.

¹⁴⁸ KUCINSKI, B. op. cit., p. 214 e 215.

mesma causa de vocês.” JOÃO CARLOS DE ALEXANDRIA (R. Conselheiro Aguiar, 156/456, Recife, PE)

O PASQUIM não é um dos jornais mais bem escritos do mundo, verdade. Abusamos um pouco da descontração, de certas liberdades com o idioma. Não acatamos as resoluções da Academia Brasileira de Letras freqüentemente, uma vez que não vemos porque aquela velharada vai tirar ou botar acento na hora em que lhes de na mente senil. Em outras palavras, o nosso português é meio sobre o asterisco. Mas, mesmo em nossos piores momentos, jamais chagamos a chafurdar na lama ignóbil a flor do Lácio, que você, João Carlos, segurou nas patas dianteiras e, qual borrabotas iletrado, houve por bem maculá-la. Mentes ainda quando dizes ser leitor a – é verbo, Ô idiota; – bastante tempo. Entrevistamos o garotão verdiolhifero mais de uma vez. Colossal? Isso é um troço que se toma pro coloso, aquele órgão que fica entre o pâncreas e o “Versus”, estou certo? Não, não estás na mesma causa nossa. Somos contra, note bem: contra o analfabetismo.

“Gostaria de completar minha coleção do PASQUIM. Faltam-me os números 146, 306 e 400. Algum leitor poderia me ajudar? Estou disposto a pagar qualquer quantia dentro do razoável.” HEITOR GUARELLI FILHO (R. Marechal Semprini, 211, apt. 108, Tijuca, Rio, RJ)

Deixe de ser canalha. Você é estelionatário? ¹⁴⁹

No primeiro exemplo, os editores debocham abertamente e de forma bem humorada dos vários erros de ortografia e concordância existentes na carta e questionam o fato do leitor, pretensamente antigo, se considerar “na mesma causa que o *Pasquim*”. Já no segundo caso, a resposta é mal humorada, curta e grossa, considerando uma afronta o fato do leitor querer pagar “alguma quantia dentro do razoável” pelas edições do *Pasquim*.

Embora tenha contribuído para promover um comportamento mais libertário “na gente comum”, o *Pasquim* sofreu diversas críticas por parte de outros alternativos como *Beijo*, fundado por dissidentes do *Opinião*, que denunciou o *Pasquim* como falsamente libertário, em relação à questão do homossexualismo, que assim como o feminismo era alvo de chacota e provocação por parte do semanário.¹⁵⁰

Kucinski salienta a importância do humor destilado nas páginas do *Pasquim* naquele difícil período. “Sua agressividade, suas incursões no inconsciente do opressor, a desmoralização do imaginário repressivo, tudo isso gerava uma profunda irritação no aparelho militar.”¹⁵¹ E foi justamente por ser um jornal de humor que o *Pasquim* teve mais possibilidades de driblar a censura, diferente de outros jornais políticos que estavam presos a necessidade de um convencimento lógico. Ou seja, o humor foi seu maior trunfo.

¹⁴⁹ *Pasquim*, Rio de Janeiro, 6 out. 1978.

¹⁵⁰ *Ibid.* p. 215.

¹⁵¹ *Ibid.* p. 220.

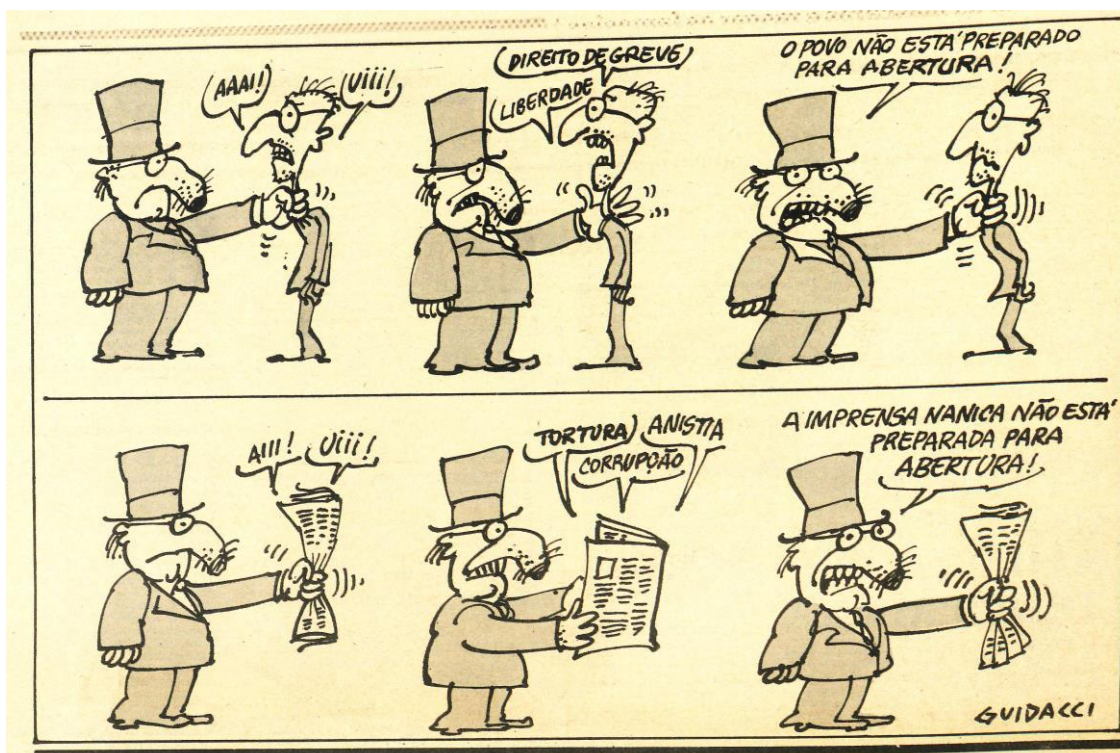


Figura 15: *Pasquim*, edição 492, Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1978.

Para Georges Minois o século XX foi o período em que o homem encontrou na derrição, no riso amargo, a força para zombar de seus males, tais como, guerras mundiais, genocídios, crises econômicas, terrorismo, ameaças atômicas, regimes totalitários e muitos outros. Para o autor “O riso foi o ópio do século XX (...). Essa doce droga permitiu à humanidade sobreviver às suas vergonhas. (...) O riso tornou-se o sangue e a respiração dessa sociedade humorística que é a nossa.”¹⁵² Ele caracteriza o riso do século XX como humanista. Um riso repleto de compaixão, mas ao mesmo tempo de desforra. E nessa dimensão do humor como defesa coletiva, como reação de autoderrisão de um grupo, que tem como objetivo marcar sua originalidade e reforçar seu espírito corporativo o autor aponta a importância dos “humores profissionais”¹⁵³

Nesse aspecto, podemos refletir sobre o papel do *Pasquim* em seu contexto político e social de criação. O fato de o jornal ter sido lançado seis meses após o AI-5 é muito significativo, pois com seu humor inteligente e provocativo ele zombava de assuntos que eram um tabu em vários círculos, como as perseguições políticas promovidas pelo Estado, a

¹⁵² MINOIS, G. O século XX: morrer de rir. In: *História do riso e do escárnio*. Trad. Maria Helena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Unesp, 2003, p. 553.

¹⁵³ *Ibid.* p. 558-559.

tortura, o desaparecimento de pessoas. O grupo de artistas e jornalistas fundadores do *Pasquim* afirmava abertamente sua posição crítica em relação ao governo ditatorial, mas sempre através do humor, do escárnio e da ironia. A crítica estava presente, era visível, mas sempre pelo viés da brincadeira e do descomprometimento. Daí a importância do papel da ironia e da autoironia largamente presente no humor do *Pasquim*, pois para Jankélévitch:

O ironista sempre pisa em falso, porque nunca adere completamente. Ele toca de leve os problemas, jamais se engaja a fundo, não corre o risco do desencanto, pois nunca toma como seu nenhum valor. (...) O homem sério é frágil, vulnerável, uma vez que enfrenta o destino de peito aberto, num combate em que se engaja totalmente, expondo-se aos golpes da sorte; pronto para morrer por seus ideais, ele recusa a fuga. A ironia, ao contrário, permite usar de artimanhas com a vida.¹⁵⁴

As charges e cartuns do *Pasquim* também usavam e abusavam do humor negro, que segundo André Breton era um inimigo mortal da sentimentalidade, e podia ser definido como “uma expressão nobre do espírito humano, que lhe permite dominar os males da existência e as convulsões da história.”¹⁵⁵ Era um riso que refletia o desencantamento com o mundo, que levava o leitor a rir do que havia de mais terrível acontecendo na sociedade brasileira. Nessa dimensão o humor tornou-se um instrumento de luta contra o poder, e estava do lado da oposição. Toda zombaria mais ou menos subversiva produzida pelo jornal era estreitamente vigiada pelo poder, por meio da censura prévia e poderia resultar em desfechos que foram desde o recolhimento de edições inteiras provocando grandes prejuízos financeiros até outros mais graves, como a prisão de membros da equipe. Mas é bem possível que o humor seja a característica que tenha permitido tamanha longevidade, pois o jornal foi um dos poucos da imprensa alternativa que circulou por mais de uma década de forma totalmente independente.

¹⁵⁴ Apud. MINOIS, G. op. cit. p. 570.

¹⁵⁵ Ibid. p. 582.



Figuras 16, 17 e 18: Charges que ilustram a entrevista com o General Pery Bevilacqua publicada na edição 455 de março de 1978 do *Pasquim*, e ironizam a posição favorável do entrevistado em relação ao projeto de anistia recíproca, que beneficiaria sobretudo, os agentes da repressão.

Com o fim da censura era de se esperar que o jornal se estabelecesse definitivamente na imprensa brasileira, até porque em 1976 os livros da Editora Codecri, nova razão social do *Pasquim*, eram os mais vendidos do Brasil, sendo que o livro de Fernando Gabeira, *Que é isso companheiro?* teve vinte reimpressões. E o *Pasquim* possuía um rol de anunciantes constantes, desde comerciantes locais, passando por editoras de livros diversas e até mesmo grandes anunciantes, como a Varig e a Goodyear.

Mas, segundo Kucinski, a maior fragilidade do *Pasquim* talvez tenha sido seu espírito antiempresarial, refletido nos desmandos financeiros, já que sua considerável receita era gasta de maneira caótica e perdulária, sendo que Tarso de Castro foi responsabilizado unanimemente pela dissipação, fator que contribuiu para deteriorar as relações internas. “No primeiro ano, O *Pasquim* teve lucro de Cr\$ 700 mil, e nunca tinha dinheiro” segundo Ziraldo.¹⁵⁶ “Quem dirigia o jornal, no começo, era o Sérgio Cabral e o Tarso. Sérgio Cabral deixava os talões assinados e o Tarso gastava tudo” de acordo com Jaguar.¹⁵⁷ Fato que Millôr confirma: “Tarso de Castro havia se apoderado do controle e gastava no que queria, aproveitava-se da desorganização.”¹⁵⁸

CODECRI. A editora que vai fundo.

O Aldir Blanc já brilhava como um dos melhores letristas da música popular brasileira. Foi a Codecri, pelas páginas do *Pasquim*, que inventou o Aldir cronista. Agora suas crônicas estão reunidas num livro engraçadíssimo, pungente e humano. A picardia, a malandragem e o linguajar carioca fazem de Aldir o mais legítimo herdeiro de Sérgio Porto.

RUA DOS ARTISTAS E ARREDORES.
Aldir Blanc.
196 páginas. Cr\$ 96,00.

Em 1.500, eles somavam 3,5 milhões. E eram os donos da terra. Hoje não passam de 120 mil. Encurralados, colonizados, mutilados, oprimidos, primeiro em nome de uma “pacificação” e agora de uma “emancipação”. Edilson Martins vem denunciando em oito anos de trabalho jornalístico as atrocidades e o extermínio das culturas indígenas.

NOSSOS ÍNDIOS NOSSOS MORTOS.
Edilson Martins.
312 p. Cr\$ 120,00.

“Mister Curitiba”, conto que abre este livro de Dalton Trevisan, foi premiado no 1.º concurso de contos eróticos da revista “Status”. Agora, “A Trombeta” foi consagrado pelo I.N.L. como o melhor livro de contos editados no Brasil nos últimos três anos, por representar “um momento importante da evolução do moderno conto brasileiro”.

A TROMBETA DO ANJO VINGADOR.
Dalton Trevisan.
144 p. Cr\$ 50,00.

Valério Meinel foi o jornalista que desvendou o assassinio de Cláudia, o que lhe valeu o “Prêmio Esso”. Recentemente, conquistou também o “Prêmio Telesp de Jornalismo”. Todos os episódios de corrupção e as informações sigilosas sobre as investigações do caso Cláudia estão nesse romance-reportagem corajoso e revelador.

PORQUE CLÁUDIA LESSIN VAI MORRER.
Valério Meinel.
360 p. Cr\$ 150,00.

22 PASQUIM

Figura 19: *Pasquim*, edição 492, Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1978.

Acima, temos o anúncio de vários livros publicados pela Editora Codecri, vendidos por reembolso postal no próprio *Pasquim*. A venda por reembolso postal era bastante comum naquela época, sendo que outras editoras, como a Civilização Brasileira também anunciavam suas publicações no semanário. O *Pasquim* contava também com um rol de anunciantes fiéis

¹⁵⁶ Entrevista com Ziraldo em 11/01/1990. Apud. In: KUCINSKI, B. op. cit., p. 223.

¹⁵⁷ Entrevista com Jaguar em 13/01/1990. Apud. In: KUCINSKI, B. op. cit., idem.

¹⁵⁸ Entrevista com Millôr em 11/01/1990. Apud. In: KUCINSKI, B. op. cit., idem.

como é o caso da marca de moda jovem Waikiki, que anunciou durante vários anos no *Pasquim* e grandes empresas como a Varig.¹⁵⁹ Segundo Kucinski, na segunda metade dos anos de 1970, o *Pasquim* era mantido financeiramente pela Editora Codecri, pois as vendas haviam caído verticalmente, tornando o *Pasquim* inviável. De acordo com o autor, isso ocorreu também em parte devido às dificuldades na distribuição e ao monopólio da editora Abril, que também dificultou a venda e a distribuição de vários outros alternativos.¹⁶⁰

Com o fim da censura prévia, o jornal entrou em uma nova fase, de maior autoconsciência política, em que um de seus principais focos foi o apoio à anistia, sendo que em 1978, no apogeu da campanha, o jornal chegou a vender 83 mil exemplares, conseguindo uma sobrevida.¹⁶¹ O *Pasquim* se destacou dos demais periódicos nesse aspecto, pois entre os anos de 1978 e 1980, ficou conhecido como o “jornal dos anistiados”, por trazer entrevistas com Francisco Julião no México, Márcio Moreira Alves em Lisboa e Vladimir Palmeira em Paris. Durante todo o período que vai do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, o semanário direcionou sua linha editorial para a cobertura dos movimentos sociais em expansão e para a procura por todos os assuntos que reforçassem sua posição de apoio à sociedade civil.

Aos poucos o *Pasquim* foi se modificando, pois os assuntos políticos passam a ocupar um espaço cada vez maior alterando o perfil do semanário de forma definitiva. Mesmo não tendo abandonado sua vocação para o humor, foi se tornando um jornal alternativo com uma pauta muito semelhante a tantos outros que circulavam. Esse aspecto definiu o futuro do jornal irreversivelmente, pois os tempos eram outros e o jornal tentou se adequar aos interesses de seu público leitor.

Nesse período, as edições do *Pasquim* estavam mais combativas do que nunca, fosse denunciando a violência policial e as ações praticadas pelo esquadrão da morte, fosse promovendo um concurso cultural em prol da campanha pela anistia. Com as entrevistas que figuravam em todas as edições, o periódico dava voz aos até então silenciados pelo exílio, em entrevistas marcantes com lideranças da esquerda do porte de Gregório Bezerra e Lula. Em outras, como a do general Tácito de Freitas e Pery Bevilacqua, dava voz ao outro lado, que também tinha seus próprios interesses na abertura política e no retorno dos exilados. O debate em torno da abertura política ocupou muitas páginas do jornal em todas essas edições, tanto nos cartuns, quanto nos textos dos colunistas. Nesse momento, a coluna de Sérgio Augusto,

¹⁵⁹ Exemplos de anúncios dessas empresas publicados no *Pasquim* encontram-se em anexo.

¹⁶⁰ Ibid. p. 226.

¹⁶¹ Ibid. p. 227.

“É isso aí”, repleta de críticas bem humoradas ao jogo político partidário que envolvia todo o processo de abertura, sem poupar personalidades políticas e grande imprensa por seus posicionamentos, se destacava.¹⁶²

Um outro aspecto decorrente desse processo de politização foi a partidarização do jornal. Segundo Kucinski, Ziraldo e Jaguar levaram o *Pasquim* a uma disputa político-partidária contrária às suas raízes anárquicas. Ziraldo propôs colocar o *Pasquim* a serviço da candidatura de Miro Teixeira ao governo do Rio de Janeiro, Jaguar entrou no jogo, mas apoiando Brizola. Esse embate provocou a desmoralização do *Pasquim* junto ao seu público e provocou a cisão do grupo.¹⁶³ Essas questões políticas somadas ao prejuízo financeiro resultante da apreensão das edições de Nº 599 e Nº 628, foram decisivas para o encerramento da publicação no final do ano de 1982.¹⁶⁴ Um outro aspecto a ser levado em consideração é que o *Pasquim* passou por um rápido processo de envelhecimento da linguagem. Segundo Kucinski, o *Pasquim* acabava por promover uma visão muito esquemática da sociedade “De tanto desenhar o forte batendo no fraco, o policial massacrando o estudante, o torturador e o torturado, o humor d’O Pasquim foi se contaminando pelo clichê do bom e do mau.”¹⁶⁵ Essa visão esquemática não encontrava mais eco nos anos de 1980, que viria a ser muito mais receptivo ao humor absurdo e anárquico promovido pelo *Planeta Diário*.¹⁶⁶



Figura 20: *Pasquim*, edição 500, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1979.

¹⁶² A coluna publicada na edição Nº 476 encontra-se em anexo.

¹⁶³ Ibid. p. 228.

¹⁶⁴ O *Pasquim* ainda continuou sendo editado por vários anos, mas como complemento de outros jornais maiores, sem autonomia e sem sua equipe original.

¹⁶⁵ Ibid. p. 230.

¹⁶⁶ Idem.

É desalentador pensar que um jornal vigoroso como era o *Pasquim*, que superou o autoritarismo e a censura e se manteve ativo nos anos de chumbo, não conseguiu sobreviver à arbitrariedade do fim do regime militar e às novas demandas de uma sociedade em plena crise econômica e de paradigmas. Mas, antes de sua derrocada, o *Pasquim* esforçou-se muito para continuar sendo relevante e manter a proximidade com seus leitores, tanto em relação aos temas quanto em relação ao formato. A fase que abrange os anos de 1978 a 1980, é de imensa importância para a história da publicação, pois as grandes entrevistas, que deverão ser analisadas no próximo capítulo, trouxeram as vozes das personalidades políticas mais importantes do período, e foram, em certa medida, fundamentais para promover causas como a campanha pela anistia junto à mídia e à sociedade civil. Sendo assim, o jornal que cumpriu seu papel político e ideológico de oposição ao longo dos muitos anos que durou o regime militar, também atuou em um momento chave de nossa história recente, o processo de abertura política brasileira.

3 UMA ANÁLISE DAS GRANDES ENTREVISTAS

Desde sua primeira edição em junho de 1969, a grande entrevista sempre foi um dos principais componentes do *Pasquim* e sem dúvida um dos maiores diferenciais do jornal, tanto em relação ao seu formato e linguagem, quanto em relação ao seu conteúdo. A começar pelo modo como eram chamadas pela equipe do jornal, as grandes entrevistas, de fato elas eram longas, ocupavam diversas páginas do semanário, traziam sempre um entrevistado de peso, que revelaria ao público detalhes sobre seu modo de pensar e sobre sua história por meio de respostas confidenciais aos entrevistadores do *Pasquim*. A grande extensão das entrevistas geralmente ocorria devido ao grau de aprofundamento da conversa, que poderia durar horas, e devido à ausência de edição, tão comum em tantos outros veículos de comunicação.

Em relação à linguagem, as grandes entrevistas apresentaram seu diferencial logo na primeira edição, quando Jaguar, que era chargista, praticamente transcreveu uma entrevista feita por ele e por Paulo de Tarso com Ibrahim Sued, para as páginas do *Pasquim* sem colocá-la na linguagem jornalística. A publicação da entrevista da maneira natural, exatamente como fora feita, teve grande aprovação dos leitores, que gostaram daquela forma inovadora de entrevistar, abusando do tom informal proposto pela oralidade. Daí em diante todas as entrevistas que foram feitas pelo jornal seguiram esse padrão, que se diferenciava enormemente das que eram produzidas por outros jornais e revistas.

As entrevistas transmitiam um grau de informalidade tão evidente, que geravam uma sensação imediata de cumplicidade não apenas entre o entrevistado e os entrevistadores, que eram vários, as vezes toda a equipe de uma só vez, mas que também refletiam uma cumplicidade que acabava por envolver o leitor. Além do fator empatia, o fato de diversas entrevistas ocorrerem na própria casa do entrevistado, não raras vezes conhecido ou amigo de membros da equipe do *Pasquim* ampliava esse sentimento de familiaridade, viabilizando a entrevista.

A Entrevista é, portanto, muito complexa, dependendo sempre de fatores internos e externos, do conhecimento do entrevistador a respeito do tema, da inter-relação entrevistador-entrevistado, para que seja, inicialmente, viabilizada com facilidade. Concordamos com Valles (2000) e Strauss (1973) quando aconselham, como procedimento viável, para o desenvolvimento da Entrevista qualitativa, o tom natural de uma conversação e não de um diálogo propriamente dito. (...) a naturalidade leva

sempre a uma relação de confiabilidade e, conseqüentemente, a bons resultados nas respostas dos questionamentos propostos aos entrevistados.¹⁶⁷

Além da publicação da conversa, que rolava solta, durante horas, os jornalistas também descreviam gestos, expressões faciais de contentamento, nervosismo e desânimo do entrevistado durante a conversa. Um caso interessante, e que ilustra isso muito bem é a entrevista com o jornalista Joel Silveira¹⁶⁸ no dia de seu aniversário de 60 anos, publicada na edição Nº 482 (22 a 29/09/1978). Jaguar, que conduz a entrevista, já revela logo de início a quantidade de *whisky* consumida por entrevistado e entrevistadores durante a conversa. Joel fala de forma divertida e sentimental sobre sua família, sua infância e juventude no Sergipe, o início de sua carreira no jornalismo no Rio de Janeiro, sua atuação como correspondente de guerra na Itália pelos Diários Associados, e também sobre política. Toda a entrevista ocorre num tom leve e informal, sendo que até mesmo Dona Iracema, que tentava servir café fresco a Joel, é brevemente entrevistada. A revelação do *Pasquim* sobre o estado de embriaguez dos jornalistas talvez ajude a criar uma identificação e familiaridade maior do leitor a esse clima.

Jaguar – Já que você detesta jornalismo por que foi escolher logo a profissão que dá menos dinheiro?

Joel – Eu escolhi? Queria ter a profissão do Magalhães Pinto mas a única coisa que aprendi foi fazer promissórias (*enche outro copo*). Pra quem nasce em Sergipe as opções são mínimas. Com 18 anos vim pra cá porque briguei com meu pai, um tremendo fascista (*como se alguém duvidasse*): é meu pai foi o precursor do fascismo no Brasil! (...)

Jaguar – Era latifundiário?

Joel – Devido às suas dimensões geográficas é impossível haver latifúndio em Sergipe. Lá é tão pequeno que o sol nasce em Alagoas e se põe na Bahia. (...)

¹⁶⁷ ARNOLDI, M. A. G. C. ; ROSA, M. V. F. P. C. A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 27.

¹⁶⁸ Nascido em 23 de setembro de 1918 em Lagarto, SE, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1937 a pretexto de estudar direito, mas acabou trabalhando como jornalista. Seu primeiro emprego foi no semanário Dom Casmurro, depois foi repórter e secretário da revista Diretrizes, semanário de propriedade de Samuel Wainer, onde permaneceu até a redação ser fechada pelo DIP, em 1944. Escreveu também para os Diários Associados, Última Hora, O Estado de S. Paulo, Diário de Notícias, Correio da Manhã e Manchete. Foi escolhido por Assis Chateaubriand dos Diários Associados para ser correspondente de guerra junto à F.E.B., apesar de parecer contrário do DIP e do General Dutra, então Ministro da Guerra. Após o golpe de 1964, foi preso por duas vezes, durante o governo Castelo Branco. Já no governo Médici, foi preso mais cinco vezes. É reconhecido por ser um dos precursores do jornalismo internacional e do jornalismo literário no Brasil e publicou cerca de 40 livros. Foi agraciado com o prêmio Machado de Assis, o mais importante da Academia Brasileira de Letras, em 1998, pelo conjunto de sua obra. Foi ganhador dos prêmios Líbero Badaró, Prêmio Esso Especial, Prêmio Jabuti e o Golfinho de Ouro. Pouco antes de falecer, Joel Silveira foi homenageado do Segundo Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo. PORTARI, D. Repórter velho de guerra. Observatório da Imprensa, São Paulo, 15 de fev. 2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/reporter-velho-de-guerra/>> Acesso em : 25 jul. 2016.

Jaguar – Na verdade ninguém lembra de Sergipe. Outro dia fui fazer um lead pruma entrevista com um senador de lá e disse que ele era de Alagoas.

Joel (*assustado*) – Olha, você não sabe com quem mexeu! Gilvan Rocha é uma das pessoas mais brilhantes desse país, mas agora que você disse que ele nasceu em Alagoas pode ir beijar os pés dele que vai continuar te odiando pelo resto da vida. (*consola Jaguar*): Escuta vou tentar conversar com ele (...)

Jaguar – Joel, e a guerra que ganhamos contra o nazi-fascismo?

Joel – Estive lá.

Fausto – Como é que você e o Scliar conseguiram passar meses sem mulher?

Joel – A natureza humana se acomoda a tudo. (*baixinho*): Nunca comi tanto! (...)

Fausto: Dona Iracema, a senhora preocupou-se muito quando ele estava lá?

Iracema – Sim.

Fausto – Quanto tempo ele ficou?

Iracema – 10 meses.

(...)

Jaguar – Mas conta ai sobre a FEB.

Joel – (*tentando sair pela tangente*). A historia da FEB ta muito mal contada e um dia vai precisar ser narrada direitinho. No momento não convém. Come mais queijo Fausto Wolff. (*novas insistências*)

Fausto – O senhor já ouviu falar de um sargento Wolff?

Joel – Vi ele morrer. Nessa patrulha quem tava comigo era o General Otávio costa. Era o dia 13 de abril, véspera de Montese. O sargento Wolff saiu numa patrulha e nós fomos também, mas houve um momento em que ele foi mais na frente, e foi cortado no meio.

Fausto (*mentindo descaradamente aplicando a regra nº 2 do reporte segundo Joel*) – Era meu tio.

Joel (*como se fosse esbofeteado*) – Seu tio?? Sargento Wolff?! Deixa de safanagem. (*pausa*) É mesmo? (*Fausto confirma*) Quando cheguei aqui a sua avó saiu do Paraná e veio ao Rio pra saber... mas você é mesmo sobrinho do sargento Wolff? Ora, que coisa! Mas então a mãe dele veio aqui querendo que eu dissesse que ele não tinha morrido, que tinha sido aprisionado, foi a coisa mais pungente da minha vida.¹⁶⁹

Outro recurso utilizado pelo *Pasquim* para transmitir o estado de espírito dos entrevistados e o clima, por vezes tenso ou descontraído da entrevista, eram as fotografias que ilustravam essas conversas. Elas flagravam os entrevistados em momentos de intimidade e também captavam seus momentos de eloquência. Algumas vinham acompanhadas do simpático ratinho Sig, que sempre soltava algum comentário espirituoso a respeito do entrevistado ou da entrevista, misturando a linguagem do fotojornalismo com a das histórias em quadrinhos.

¹⁶⁹ SILVEIRA, Joel. Joel Silveira do alto dos seus 60 anos: “Meu voto pra presidente é pro Faoro!”. *Pasquim*. Rio de Janeiro, 22 set. 1978, p. 10-15.

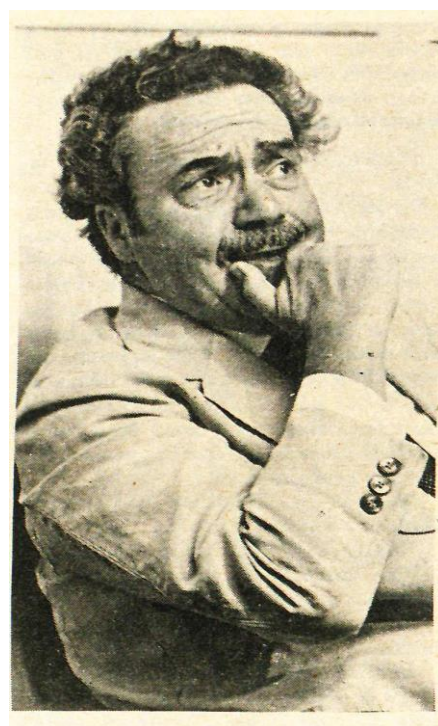
Um exemplo são as fotos do senador Paulo Brossard¹⁷⁰ que acompanharam sua longa entrevista de 8 páginas na edição Nº 448 (27/01 a 22/02 de 1978).



Figura 21: Brossard e a equipe do *Pasquim* durante a entrevista.

¹⁷⁰ Nascido em Bagé, RS em 23 de outubro de 1924 Paulo Brossard de Souza Pinto formou-se em direito em 1947. Foi advogado, professor, ruralista, político, jurista e juiz, destacando-se pelo notável saber jurídico, pela oratória brilhante e inflamada, e pelo ardor com que defendia suas causas. Em 1966, elegeu-se deputado federal pelo MDB - Movimento Democrático Brasileiro e, em 1975, senador. Em 1985, integrou a Comissão Afonso Arinos, incumbida de elaborar o anteprojeto constitucional, a ser oferecido como subsídio à Assembleia Nacional Constituinte. Nesse mesmo ano, a convite do presidente José Sarney, foi nomeado para o cargo de consultor-geral da República, que exerceu até 1986. Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal pelo presidente José Sarney, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Djaci Falcão em 1989. Foi aposentado, por idade, em 24 de outubro de 1994, deixando significativa e brilhante contribuição para a jurisprudência do STF. Foi correspondente do O Estado de São Paulo, redator do Estado do Rio Grande, colaborador da Folha de São Paulo e do Correio Braziliense, escrevendo semanalmente, desde 1983, no Zero Hora de Porto Alegre. Recebeu o título de cidadão de São João del Rey, em 1987, e de Porto Alegre, em 2000. A produção literária de Paulo Brossard engloba inúmeros artigos, pareceres, discursos e obras. Faleceu em 12 de abril de 2015, aos 90 anos. MORRE o ministro aposentado Paulo Brossard. *Migalhas*. São Paulo, 13 abr. 2015. Disponível em:

<<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI218798,11049Morre+o+ministro+aposentado+Paulo+Brossard>>. Acesso em: 10 jun. 2016.



Figuras 22, 23, 24 e 25: Brossard em “momentos” durante a entrevista.

Em relação ao conteúdo das entrevistas, era o mais diversificado possível. E isso ocorria devido a grande variedade dos entrevistados, que podiam ser tanto do meio artístico e

intelectual, tais como Roberto Carlos, Caetano Veloso, Elis Regina, Mario Pedrosa, Carlos Drummond de Andrade e Paulo Freire; quanto do meio político, como os ex-presidentes Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, expoentes da esquerda brasileira como o então líder metalúrgico Lula, exilados políticos como Gregório Bezerra e Lysâneas Maciel; e até mesmo, figuras míticas da marginalidade carioca como o ex-presidiário João Francisco dos Santos, conhecido como Madame Satã. O *Pasquim* foi um jornal que entrevistou, sempre de forma memorável, de Dom Helder Câmara a Elke Maravilha, e sempre de forma muito inteligente conseguiu extrair uma certa espontaneidade de seus entrevistados, que acabavam se abrindo com sinceridade durante as entrevistas.

Podemos afirmar que as entrevistas publicadas no *Pasquim* eram de um modo geral, livres, ou semiestruturadas. No caso das semiestruturadas, as questões eram formuladas de forma a permitirem que o entrevistado discorresse e verbalizasse seus pensamentos, tendências e reflexões sobre temas apresentados muitas vezes com questionamentos profundos e também subjetivos.

Nesta Entrevista questões gerais são levantadas. As questões nesse caso são abertas e devem evocar ou suscitar uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados. Devem visar, também, facilitar as lembranças dos informantes e que eles principiem a falar sobre o tema, para que se instalem, aí, noções de credibilidade. (...) Tornam-se Entrevistas longas, que irão permitir tanto a análise quantitativa das respostas às questões que abordam pontos objetivos, quanto. E em especial, uma análise qualitativa dos discursos dos informantes.¹⁷¹

Um exemplo desta semiestruturação é a entrevista com o General Pery Bevilacqua¹⁷² publicada na edição de Nº 455 (17 a 23/03/1978). Os jornalistas vão conduzindo as perguntas

¹⁷¹ SILVA. Apud. ARNOLDI, M. A. G. C. ; ROSA, M. V. F. P. C. A. op. cit., p. 31.

¹⁷² Pery Constant Bevilacqua nasceu no dia 9 de junho de 1899, no Rio de Janeiro. Em 1938, tornou-se oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Dutra, exercendo a função até 1940. Durante a crise que se instalou no país após a renúncia do presidente Jânio Quadros em (25/8/1961), agravada pelo veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart, Bevilacqua foi o primeiro oficial-general a se opor a tentativa de violação da Constituição. Em setembro de 1962, assumiu o comando do II Exército, com sede em São Paulo. Indispondo-se cada vez mais com o movimento sindical, em dezembro de 1963 foi afastado do cargo e em seguida nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, posto que não lhe dava comando de tropas. No final da tarde de 31 de março de 1964, Bevilacqua alertou Goulart para a necessidade dele optar imediatamente ou pelas forças armadas ou pelos sindicatos. Nesse mesmo dia, o governo foi derrubado. Em 1965, foi empossado ministro do Superior Tribunal Militar (STM), manifestando-se por diversas vezes contra os inquéritos policial-militares que investigavam as atividades de civis e contra o julgamento de civis por autoridades militares. Em janeiro de 1969, foi aposentado do cargo de ministro do STM, atingido pelo Ato Institucional nº 5. Em maio, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. Embora não integrasse o Comitê Brasileiro pela Anistia percorreu diversas cidades do país discursando em favor de uma anistia "ampla, geral e irrestrita". Em novembro de 1980, foi-lhe concedida aposentadoria como ministro do STM. Faleceu no Rio de Janeiro em 27 de abril de 1990. CPDOC. In: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/peri_bevilacqua>. Acesso em: 10 jun. 2016.

para um determinado caminho, mas ao mesmo tempo permitem que o general discorra seus pensamentos e tendências sobre as questões apresentadas.

Chico Jr. – O sr. acha que a Revolução meteu os pés pelas mãos?

Pery – Acho que ela se desviou completamente, comprometendo seus objetivos. O AI-5 é um filho adulterino da Revolução e é ele que está dominando. Quando o General Mourão levantou-se em Minas declarou que seu motivo era voltar ao respeito pelas leis e pela Constituição e ele tinha honestidade de propósito, tanto que quando marchou sobre o Rio de Janeiro, quando toda a tropa que dispunha podia ser pouca, desviou tropas de Belo Horizonte a Brasília a fim de garantir o funcionamento do Congresso. O objetivo declarado da Revolução era restaurar a democracia. O que é democracia? É antes de tudo um sistema de convivência com dignidade, portanto com liberdade, e baseia-se no voto livre do cidadão.

Mario Augusto Jacobskind – Já o conceito do José Bonifácio é bem outro.

Pery – O movimento de 31 de março se dizia restaurador.

Zirardo – Mas como é que se pensa em conviver com dignidade se pelo que se lê nos jornais não se pensa em anistia mas em revisão, o pacote de abril fica, a Lei Falcão fica.

Pery – Então esta adiada a volta ao Estado de Direito, que não admite nada disso. A Lei Falcão é uma coisa monstruosa. Não se compreende como uma democracia deixa de fazer uso dos recursos que a civilização possui para a comunicação em massa, justamente aquela dos candidatos com seus eleitores. Como é que se pode suprimir o rádio e a televisão, instrumentos de alta produtividade democrática, e pretender exercer a democracia? É um absurdo!

Mario Augusto – Como poderíamos então chegar ao Estado de Direito?

Pery – A primeira coisa é a revogação do AI-5, depois a anistia, ampla, irrestrita e recíproca. Para que produza os benefícios de que é capaz é preciso que não haja exceções e que os dois lados sejam anistiados. Há crimes praticados antes e depois de 31 de março. É preciso esquecer os agravos recíprocos porque a anistia é o restabelecimento de uma unidade moral. É muito mais cerebral do que sentimental, algo de alta sabedoria política e não um sentimentalismo como alguns dizem.

Mario Augusto – Anistia não se dá pra quem é punido de alguma forma?

Pery – Mas pode ser ampla, e com ou sem processo, para condenados e absolvidos. Há uma porção de gente que foi condenada sem processo!

Zirardo – E sem direito de defesa.¹⁷³

No caso das entrevistas livres, podemos perceber a inexistência de uma lista de perguntas elaboradas antecipadamente, geralmente são relatos de vida, com interferência mínima do entrevistador. “Tem-se, nesse caso, uma narrativa que segue uma sequência em função do que e como o sujeito recorda, da seleção que ele faz do acontecimento e pessoas a ele relacionadas e do que ele pretendo relatar.”¹⁷⁴ No *Pasquim*, são muitas as entrevistas que seguem esse perfil, inclusive muitas dadas por exilados políticos da ditadura civil-militar, que

¹⁷³ BEVILACQUA, Pery. O general da anistia. *Pasquim*. Rio de Janeiro, 17 mar. 1978, p. 4-9.

¹⁷⁴ ARNOLDI, M. A. G. C. ; ROSA, M. V. F. P. C. A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 31

tem no jornal um espaço para relatar de forma completa e sem interrupções as circunstâncias da sua luta, das perseguições e prisões que sofreram, da ida para o exílio. Enfim, constituem um conjunto de entrevistas bastante rico, tanto pelas trajetórias individuais de cada um desses entrevistados, quanto pelo amplo mosaico de posições políticas e tendências de diferentes grupos sociais que formaram a sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1970. Há relatos de vida de antigas lideranças estudantis e sociais, intelectuais, jornalistas, advogados, políticos. Todos narrando sua história pessoal de vida em torno dos acontecimentos de 1964 e após essa data, promovendo uma reflexão sobre a recente história do Brasil.

Um exemplo desse tipo de entrevista é a do advogado Francisco Julião¹⁷⁵, exilado no México, e perseguido pelo regime militar por conta de sua atuação junto as Ligas Camponesas de Pernambuco. Sua entrevista de tão extensa, foi publicada em duas partes, nas edições de Nº 497 (5 a 11/01/1979) e 498 (12 a 18/01/1979). A introdução de Henfil a respeito do entrevistado deixa bem claro o tom da entrevista.

Julião esta vivo e morando em Cuernavaca, no México. Para os da Patrulha Odara informo que Francisco Julião (exilado há 14 anos, advogado, poeta, deputado) não passou o Natal em casa porque foi um dos fundadores e maior símbolo das Ligas Camponesas, que levantaram a dignidade do nordeste até 1964. Mito da minha infância, Julião, depois desta entrevista de 6 horas, vai

¹⁷⁵ Francisco Julião Arruda de Paula nasceu a 16 de fevereiro de 1915 em Bom Jardim, PE. Bacharelou-se em Direito em 1939 e no ano seguinte montou um escritório de advocacia em Recife. Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, ingressou no Partido Republicano (PR). Em 1947 desligou-se do PR, aderindo pouco depois ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1954 foi o primeiro parlamentar eleito por essa legenda no estado, ao conquistar uma cadeira na Assembléia Legislativa. Em 1948 assumiu a defesa jurídica dos membros da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (Sapp), primeira associação camponesa do estado organizada pelos moradores do engenho Galileia. Nos anos seguintes o tipo de associação adotada no engenho da Galileia se multiplicou no estado de Pernambuco. As associações camponesas formadas depois da Sapp ficaram conhecidas como Ligas Camponesas. Em agosto de 1955, representantes das ligas participaram do Congresso pela Salvação do Nordeste, organizado pela Prefeitura de Recife, que teve Julião como presidente de honra, num contexto em que já defendia a necessidade de uma mudança radical no sistema de propriedade da terra e de produção agrícola no Nordeste. Em 1958 foi reeleito com expressiva votação para mais um mandato na Assembléia Legislativa de Pernambuco, na legenda do PSB. Em 1959, venceu o processo judicial que garantiu a posse das terras do engenho da Galileia para seus moradores, baseando-se em uma lei recém-promulgada que determinava a desapropriação da propriedade com pagamento de indenização ao antigo dono. As Ligas Camponesas começaram a obter repercussão nacional e a despertar o interesse da imprensa. O movimento ultrapassou efetivamente as fronteiras de Pernambuco a partir de 1959 com a fundação da primeira Liga Camponesa paraibana. Em 1960, o jornal The New York Times publicou uma série de artigos sobre as Ligas, apresentando Julião como líder do campesinato brasileiro, apontando a gravidade da situação econômica e social do Nordeste que necessitava de uma reforma agrária radical. Em 1979, declarou ter sido sempre contrário às propostas que conduziam o movimento camponês à revolução armada e se opôs sistematicamente às ocupações de terras realizadas em Pernambuco em 1962 e 1963. Julião foi um dos atingidos pelo movimento militar de 1964. Preso e exilado, deixou o país em 28 de dezembro de 1965 com destino ao México. Com a anistia, retornou ao Brasil em 1979. Em 1986 concorreu a uma vaga de deputado constituinte por Pernambuco, na legenda do Partido Democrático Trabalhista (PDT), não tendo sido eleito. Em dezembro do mesmo ano, viajou para o México, onde faleceu em julho de 1999. CPDOC. In: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/francisco_juliao> . Acesso em: 10 jun. 2016.

virar meta da minha maturidade. Assim. Praticamente não houve perguntas no nosso encontro do dia 11 de novembro de 1978. Nós só fizemos o clima para que Julião falasse. Nós? Éramos Severo Salles (Professor na UNAN, exilado há 13 anos no México), Herbert (Betinho) Souza (também professor da UNAM, exilado desde 71, agora no México), Maria Souza (a fotografa da entrevista, exilada há 8 anos, agora no México) e eu (Henfil, exilado há 15 anos dentre do Brasil). Pois olha, lendo esse fantástico testemunho de vida, se pergunte bem devagar: mais vale mesmo um Julião fora do que 10 Figueiredos dentro? Não ta na hora da gente revesar não, hein? – (Henfil).¹⁷⁶

É interessante notar que no texto introdutório Henfil se refere aos da “Patrulha Odara” em tom de ironia. O termo Patrulha Odara foi criado por Henfil como resposta àqueles que se consideravam perseguidos pelas “patrulhas ideológicas de esquerda” que cobravam uma atitude política de contestação ao regime militar de artistas e suas obras. Henfil escolheu o termo Odara em referência à canção *Odara* de Caetano Veloso, que ele considerava alienada e alienante.¹⁷⁷ A entrevista é um grande relato de vida feito pelo entrevistado, Julião conta passagens de sua vida livremente, e os entrevistadores intervêm o mínimo possível, de modo a não atrapalhar o rico testemunho de vida do entrevistado.

Henfil – Quem te prendeu?

Julião – Eram umas quinze pessoas. Sei quem me denunciou, foi um camarada do Cleofas, que ia ser secretário e trabalhou muito, mas quando Cleofas perdeu não fez nada por ele, que estava em Brasília passando certas dificuldades. Essa pessoa, cujo nome não vou dar aqui, foi quem me rendeu. Lamentavelmente, por falta de experiência, essa pessoa que me arranhou esse lugarzinho tinha relações com uma pessoa que tinha relações com uma outra pessoa que trabalhava num banco, que foi caçar por ali e me viu. Ele me descobriu e fiquei assombrado: “Esse camarada não vai guardar esse segredo. Trabalha num banco, caçador, não vai guardar...” Disse a ele: “Você corre um risco muito grande. Se sabem que você sabe que estou aqui você pode perder seu emprego e pode passar por grandes problemas”. “Não, isso é uma coisa séria, tenho muito cuidado em manter essa relação...” Mas me viu. Puxa conversa, termina conversa, acabou revelando aos seus camaradas que eu caçava com ele. Esse foi o homem que me entregou, um homem muito amargado porque esperava ser algo em Pernambuco. Guardemos o nome dele. Se trata de anistia, vamos esquecer.

Betinho – Sua anistia contempla tudo quanto é dedo-duro também?

Julião – Bom, ou é anistia ou não é. Agora, quem foi torturado e esta em condições de apontar quem torturou, ou um parente que perdeu alguém na tortura, aí é um caso de justiça criminal. Considero que isso não tem nada a ver com a anistia política. O torturador é um criminoso como outro qualquer, deve ser levado aos tribunais e punido como assassino.¹⁷⁸

¹⁷⁶ JULIÃO, Francisco. Um pau-de-arara no exílio. Pasquim, Rio de Janeiro, 05 jan. 1979, p. 12-17.

¹⁷⁷ RIDENTI, M. Cultura. In: REIS, D. A. (Org.) Modernização, ditadura e democracia: 1964 – 2010. (História do Brasil Nação: 1808 – 2010, 5). Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: MAPFRE, 2014, p. 267.

¹⁷⁸ JULIÃO, Francisco. Um pau-de-arara no exílio: 2ª parte. Pasquim, Rio de Janeiro, 12 jan. 1979, p. 10-16.

A exemplo da entrevista de Francisco Julião, várias outras seguiram esse perfil livre, de depoimento de vida, com um mínimo de perguntas, inclusive várias com outros exilados políticos, tais como, o militante Gregório Bezerra, o líder estudantil Vladimir Palmeira, o parlamentar cassado Lysâneas Maciel, o educador Paulo Freire, o intelectual Mario Pedrosa, o ativista negro autoexilado Abdias Nascimento, entre outros. Além do formato parecido, com todas elas trazendo um relato de vida por parte do entrevistado, a temática abordada também era bastante semelhante, geralmente a perseguição política por parte do regime, a ida para o exílio e a questão da anistia, assunto amplamente abordado pela maioria dos entrevistados. A entrevista com o jornalista mineiro José Maria Rabelo¹⁷⁹ exilado com toda a sua família em Paris talvez seja uma das mais significativas nesse sentido.

A entrevista intitulada “Uma família brasileira no exílio” foi publicada no Nº 473 (21/27/07/1978), uma edição especial do *Pasquim*, toda ela de apoio à campanha pela anistia. Além da entrevista, a edição também trouxe o resultado de um concurso cultural “Um cartaz para anistia”, além de cartuns e crônicas abordando o assunto. Esta entrevista é bastante significativa não apenas por fazer parte de uma edição especial sobre a temática da anistia, mas também pelo sentimento de familiaridade e empatia que envolve o leitor. A entrevista foi uma conversa aberta e tocante com toda a família de José Maria Rabelo, que relatou sua peregrinação pelos diversos lugares que passaram fugindo das perseguições políticas, a difícil adaptação ao exílio, e ainda suas perspectivas sobre um possível retorno ao Brasil, após a promulgação da anistia.

Iza – Como é que vocês viveram, durante esse tempo?

Teresa – Vendemos tudo o que tínhamos, casa, um lote, as coisas do Binômio, com isso e mais o meu pequeno salário de funcionária dos Correios, mais um pouco que o Zé Maria mandava e a ajuda dos amigos. Por toda parte era uma imensa solidariedade. Inclusive foi graças a isso, a uma quotização feita pelos amigos, que o Zé conseguiu sair do país. Em dezembro de 65 estava chegando com a meninada. (...)

¹⁷⁹ Com apenas 23 anos o jornalista mineiro José Maria Rabelo e seu amigo Euro Arantes trabalhavam no Jornal de Comércio quando tiveram a idéia de fundar seu próprio jornal em 1952, o alternativo Binômio - Sombra e Água Fresca. O dinheiro veio de um grupo de deputados de oposição: num editorial, o Binômio anunciava: "Somos 99% independentes e 1% suspeitos, exatamente o oposto dos concorrentes". O sucesso foi instantâneo e depois de três semanas, o jornal dispensou o dinheiro dos deputados. Deboche com humor e denúncias das promiscuidades entre o governo e os poderosos do Estado eram o prato semanal. Euro Arantes, parceiro de Rabelo, dizia que o Binômio era "uma brincadeira de estudantes que a polícia levou a sério", incomodava tanto que a polícia tentou confiscar o jornal várias vezes. Em 1952, Belo Horizonte tinha 300 mil habitantes. O Binômio vendia 60 mil exemplares. Um feito extraordinário, mas que colocou Rabelo na mira dos militares. Com golpe de 64, se asilou na embaixada da Bolívia e junto com sua família passou 16 anos no exílio, só retornando ao Brasil no início dos anos de 1980. MELO, M. Jornal Binômio: do humor à perseguição política. Carta Capital on line, São Paulo, 9 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/binomio-o-jornal-que-foi-do-humor-a-perseguiçao-politica-922.html>>. Acesso em : 10 jun. 2016.

Iza – E aí Teresa, a adaptação no Chile foi difícil?

Teresa – No começo sim, mas eu sempre digo que o meu primeiro exílio foi em Minas Gerais. Ficava olhando aquelas montanhas e dava uma saudade do Rio, uma angústia... só mesmo tendo muito amor. (...)

Iza (pro Didi) – Como é que foi a sua prisão?

Teresa – Foi um mês depois do golpe e por pura teimosia porque ele não quis ficar em casa e foi visitar umas amigas. Ai a situação se agravou ainda mais. Zé Maria e Dudu asilados e o Didi preso. Eu então pegava aquela criançada, os cinco que restavam e ia pra Embaixada do Brasil tentar acertar pra mandar eles todos pra lá. Naquele tempo nós estávamos com o passaporte vencido e a situação cada dia mais horrível. Minha irmã, num espírito de grande solidariedade havia mandado imediatamente 7 passagens pra gente voltar e nós fazíamos o que era possível mas diziam que necessitávamos um visto do Ministério da Defesa brasileiro...

Dudu – O embaixador estava pouco se importando...

Teresa – Era um tal de Antonio da Câmara Canto, que até já morreu. Mas eu ficava horas e horas na Embaixada porque a situação era tão difícil – e vejam vocês que gente patife – era o único lugar onde eu ainda tinha um pouco de segurança e tranquilidade e eu pensava que eles iam me ajudar porque éramos brasileiros e as crianças não tinha nada a ver com isso. Comprava uns sanduíches, punha as crianças perto de mim, sentava lá e ficava pedindo, tentando convencer...

Dudu – E não era só com a gente. Era com todo mundo.

Teresa – Mas foi um negócio tão incrível o que eles fizeram... porque sabendo de tudo o que estava acontecendo eles deviam ter pegado essas crianças que eram crianças inocentes e ter posto num avião e...e... (começa a chorar) Não, isso eu não perdôo...

Ricardo (num pulo abraçando a mãe) – Ah, gordinha, vem pra cá, tamos na França, não chora mais, passou tudo isso, gordinha, ah... que queisso?

Teresa (chorando) – O que me faz lembrar disso tudo é aquela crueldade, aquela gente nos tapeando e eu dizia: eu até não me incomodo, eu fico no Chile mas cês botam essas crianças num avião pra tirar desse inferno (chorando). Eu não queria pra mim mas pra eles, todos menores de idade...

Zé Maria – A Embaixada do Uruguai e muitas outras deram passagem pra todos os filhos dos exilados. Até gente acusada de pertencer aos Tupamaros a embaixada uruguaia ajudou...

Teresa – O que essas crianças sofreram... o embaixador devia ter pegado todas as crianças e lavado pra casa dele. Eu resisti o quanto pude até que, não tendo mais jeito e me sentindo muito ameaçada, entrei num refugio das Nações Unidas com todos eles.

Didi (pra distrair a mãe e junto dela) – Menos eu, né Teresa, que tava passando umas feriazinhas no Estádio Nacional. (Teresa não resiste e ri) (...)

Iza – Agora chegamos ao ponto, Zé? Como é que você ta vendo as coisas no Brasil?

Zé Maria – Bem, existe neste momento uma contestação que atinge todas as camadas da vida nacional. As contradições que sacodem a sociedade brasileira estão estourando mesmo no seio das Forças Armadas. O que conhecemos até agora é apenas um indicio da intensa fermentação que as atinge de cima abaixo. Eu, por exemplo, me recuso à dicotomia que põe civil contra militar. (...)

Iza – Tô plenamente de acordo. Agora vamos falar de anistia: vem ai ou não?

Zé Maria – eu não acredito em anistia como um gesto generoso, altruístico, reconciliador da ditadura. Como não lhes reconheci nunca o direito de condenar-me não lhes reconheço nenhuma autoridade moral para absolver-

me. Quem vai reconquistar nossa prerrogativa de voltar a viver lá, no pleno exercício de nossa cidadania, é a luta do povo brasileiro, inclusive de muitos militares. Nós, os perseguidos políticos, somos uma pequeníssima parcela dos que sofrem a violência da ditadura. E todo o povo brasileiro é a maior vítima desses 15 anos de opressão e obscurantismo. E eu acho que nos vamos voltar porque a ditadura vais ser derrotada pelo povo brasileiro. E voltar de forma digna, de cabeça levantada, para retomar nosso modesto lugar na luta de que nos afastaram pela força. Não tem sentido voltar pó voltar...

Dudu – Voltar por voltar é melhor ficar por aqui, pelo menos a gente mostra que não baixou a cabeça.¹⁸⁰



Figura 26: José Maria Rabelo com sua família no exílio em Paris.

¹⁸⁰ RABELO, José Maria. Uma família brasileira no exílio. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1978, p. 12-15.



Figura 27: Capa da edição especial sobre a campanha pela anistia.

As entrevistas com os exilados foram importantes e frequentes entre os anos de 1978 e 1979, e ajudaram a marcar a posição do *Pasquim* como um jornal de oposição ao governo militar. O semanário que ajudava a promover causas, como a campanha pela anistia e fomentava debates sobre questões importantes como a resistência do autoritarismo no Brasil e a recuperação das liberdades individuais e garantias constitucionais em uma sociedade que vinha num lento processo de abertura política, iniciado em 1974 com o governo do presidente Ernesto Geisel.

A abertura “lenta, gradual e segura” dividia opiniões nos setores que participavam diretamente do processo repressivo. Tanto chefes militares, quanto lideranças civis sentiam-se ameaçados, pois caso o projeto de abertura de fato se concretizasse perderiam verbas, prestígio e poder. Sendo assim, logo passaram a ofensiva atacaram moralmente líderes da abertura, buscando enfraquecê-los politicamente. Também buscaram derrotar definitivamente os inimigos “clássicos” do regime, representados pelo PCB e pelo PCdoB entre os anos de 1974 e 1976, como atesta o massacre que ficou conhecido como Chacina da Lapa, que já foi comentado no primeiro capítulo.

Esses setores foram contidos parcialmente no governo Geisel. Em 1976 o general Ednardo D’Ávila, que de alguma forma compactuou com os assassinatos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho nas instalações do DOI-CODI, foi demitido do comando do II Exército sediado em São Paulo. No ano seguinte, Silvío Frota, ministro do Exército, que articulava sua candidatura à presidência da República á revelia de Geisel também foi demitido.¹⁸¹

O enfraquecimento da resistência militar à abertura depois dessas demissões evidenciou os vínculos que a repressão possuía com as hierarquias. Sempre fora assim desde a instauração da ditadura: a tortura como política de Estado e não expressão de excessos irresponsáveis.¹⁸²

Mais tarde outros grupos ainda empreenderam atentados a pessoas e a instituições favoráveis à redemocratização, como aconteceu na sede da OAB do Rio de Janeiro, em 1980 e no jornal Tribuna da Imprensa também no Rio, no ano seguinte. Também em 1981 ocorreu o caso que ficou conhecido como Atentado do Riocentro, um frustrado ataque a bomba que seria feito no Pavilhão Rio centro no *show* em comemoração ao dia do trabalhador.¹⁸³

¹⁸¹ REIS, D. A. A vida política. In: REIS, D. A. (Org.). op. cit., p. 100.

¹⁸² Ibid. p. 102.

¹⁸³ As bombas seriam plantadas pelo sargento Guilherme Pereira do Rosário e pelo então capitão Wilson Dias Machado, hoje coronel, atuando como educador no Colégio Militar de Brasília. Por volta das 21:00 horas, com o evento já em andamento, uma das bombas explodiu dentro do carro onde estavam os dois militares, no

Outro aspecto marcante do processo de abertura política foi uma nova onda de movimentos populares, que teve nas greves de operários de São Bernardo do Campo seu epicentro. Além da demanda por reajuste salarial, todo o processo de greve se mostrava evidentemente politizado, contribuindo para o acirramento dos diferentes posicionamentos e projetando a liderança de Luis Inácio Lula da Silva não apenas entre os metalúrgicos, mas entre vários setores trabalhistas e de oposição ao governo. Na edição Nº456 (24 a 31/03/1978) temos uma histórica entrevista com Lula, na época presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, além de uma outra mais rápida com o líder político exilado Brizola.

Ao mesmo tempo, oposições diversificadas, envolvendo políticos do MDB, estudantes, lideranças eclesiais, entidades da sociedade civil como OAB, CNBB e ABI, órgãos alternativos de imprensa, que se multiplicavam em toda parte desde 1975, passaram a ter em São Bernardo e em Lula figuras e símbolos. Uma expressão dessa aliança foi a campanha em, São Paulo, do professor Fernando Henrique Cardoso para o senado, em 1978. Apoiado por Lula, artistas e intelectuais, chegou a segundo lugar com 1,3 milhão de votos, elegendo-se suplente do primeiro mais votado, Franco Montoro, também do MDB.¹⁸⁴

O ano de 1978 talvez tenha sido um dos mais marcantes no processo de redemocratização, pois ainda que a repressão do Estado contra os movimentos grevistas e de estudantes tenham ocorrido numa clara demonstração que os resquícios do autoritarismo ainda estavam presentes, o Congresso aprovou a revogação do AI-5, foi restabelecido o *habeas-corpus* e a autonomia do Poder Judiciário. Nessa atmosfera, de relativa liberdade de imprensa, cresciam as exigências e os debates pela anistia e pela volta do Estado de Direito, pois ainda que não se vivesse mais sob estado de exceção, ainda não existia uma democracia de fato, pois segundo Daniel Aarão Reis, havia ainda todo um entulho autoritário, criado pela ditadura e que precisava ser removido.¹⁸⁵

estacionamento do Rio centro. O artefato, que seria instalado no edifício, explodiu antes da hora, matando o sargento e ferindo gravemente o capitão Machado. Na ocasião o governo culpou radicais da esquerda pelo atentado. Essa hipótese já não tinha sustentação na época e atualmente já se comprovou, inclusive por confissão, que o atentado no Rio centro foi uma tentativa de setores mais radicais do governo convencer os setores mais moderados do governo de que era necessária uma nova onda de repressão de modo a paralisar a lenta abertura política que estava em andamento. Uma segunda explosão ocorreu a alguns quilômetros de distância, na miniestação elétrica responsável pelo fornecimento de energia do Rio centro.. Esse episódio é um dos que marcam a decadência do regime militar no Brasil, que daria lugar dali a quatro anos ao restabelecimento da democracia. GASPARI, E. A atualidade do Riocentro chama-se impunidade. Universo online. Jornal do Commercio, Recife, 24 out. 1999. Disponível em: < http://www2.uol.com.br/JC/_1999/2410/ega2410.htm> . Acesso em: 25 jul. 2016.

¹⁸⁴ REIS, D. A. A vida política. In: REIS, D. A. (Org.). op. cit., p. 102.

¹⁸⁵ Ibid. p. 103.

Durante esse período o jornal entrevistou outras personalidades políticas de peso, que ajudaram a aprofundar a discussão sobre a questão da anistia, da revogação do AI-5, das eleições parlamentares e presidenciais indiretas, que teve como candidato civil o senador Magalhães Pinto¹⁸⁶ também entrevistado pelo *Pasquim* na edição de Nº 453 (02 a 09/03/1978). Nesta entrevista especificamente, conduzida por Ziraldo e Jaguar com a participação de outros jornalistas na própria redação do jornal, os entrevistadores são modelos de cordialidade e simpatia, sem as quais não seria possível o estabelecimento de um clima de compreensão e empatia um tanto provocativo, capaz de deixar o senador, muito reservado por sinal, a vontade para falar sobre sua história e seus posicionamentos, ainda mais se levarmos em conta o fato de o entrevistado ser um dos sub-escritores do AI-5.

Félix – O senhor acredita que o General Figueiredo será Presidente da República?

Magalhães – (sorri) Estou competindo com ele para que não seja, né. Agora, não tenho nada de pessoal contra ele e sim contra o processo pelo qual foi escolhido. O mínimo que deveria ter havido era uma convocação minha pelo Presidente pra me dizer quais as razões que tinha pra que fosse um militar. No Uruguai ele disse que poderia ser um militar ou um civil, mas que no momento precisava de um militar. Se ele me explicasse porque – e poderia confiar no meu patriotismo – eu poderia estar ajudando, levando essa massa que esta comigo (...) eu poderia estar ajudando o General Figueiredo e sem pleitear nada de pessoal. O que quero é a volta da democracia pro Brasil.

Ziraldo – Essa democracia inclui o direito de greve?

Magalhães – E sindicatos livres. O direito de greve é uma necessidade.

Félix – Mas sem esse lado pessoal, o que o senhor acha da candidatura de Figueiredo em termos políticos?

¹⁸⁶ José de Magalhães Pinto nasceu no dia 28 de junho de 1909, em Santo Antônio do Monte (MG), Trabalhando em instituições bancárias desde 1926, Magalhães Pinto tornou-se, em 1935, diretor da matriz do Banco da Lavoura do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em outubro de 1943, quando já era um empresário de prestígio, foi um dos signatários do Manifesto dos mineiros, primeiro pronunciamento público de setores liberais contra o Estado Novo (1937-1945). Afastado da direção do Banco da Lavoura, em 1944 foi um dos fundadores do Banco Nacional de Minas Gerais, que se tornaria uma das maiores instituições bancárias do país. Em 1945 foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte por Minas Gerais, pela UDN. Reeito sucessivamente em 1950, 1954 e 1958, nesse último ano tornou-se presidente da UDN de Minas Gerais e em 1959 presidente nacional do partido. Em outubro de 1960, elegeu-se governador de Minas por uma coligação liderada pela UDN e em meados de 1963, envolveu-se diretamente nas articulações que visavam à derrubada do presidente João Goulart. Foi eleito senador em novembro de 1970, em fevereiro de 1975 tornou-se presidente do Senado. Em novembro de 1978, voltou a se eleger deputado federal, mas perdeu para o general João Baptista Figueiredo a eleição presidencial que disputou no mesmo ano. Participou ativamente da constituição do Partido Popular (PP), organizado em dezembro de 1980. Contudo, com o chamado "pacote eleitoral" de novembro de 1981, que determinou a vinculação geral dos votos e proibiu a coligação dos partidos, foi decidida a incorporação do PP ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Recusando-se a ingressar no PMDB, Magalhães Pinto deixou o PP e em março de 1982 filiou-se ao governista Partido Democrático Social (PDS), pelo qual reeleger-se deputado federal em novembro. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de março de 1996. CPDOC. In: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/magalhaes_pinto>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Magalhães – Prefiro não falar sobre isso porque Figueiredo tem recomendações para não falar e até agora tem se mostrado reservado. Preferiria dizer isso depois que ele dissesse o seu programa.

Jaguar – Mas ele já falou: falou que não fala.

Magalhães – Realmente, tenho com ele relações pessoais muito boas e não existe nada de pessoal entre nós. O problema foi o presidente Geisel ter querido fazer a sua candidatura sem consulta pessoal a ninguém, sem ouvir ninguém, pra mostrar que pode fazê-lo. Essa colocação é inaceitável.

Abreu – Não foram ouvidas nem as Forças Armadas?

Magalhães – Todo mundo sabe que ele não ouviu ninguém.

Félix – Só ouviu os Quatro.

Magalhães – Talvez.¹⁸⁷



Figura 28: Magalhães “descontraído” durante a entrevista.

Além do senador Magalhães Pinto, o *Pasquim* entrevistou outras figuras importantes da política nacional, tais como, o jornalista político Carlos Chagas no N°445 (06 a 12/01 de 1978), o empresário Jose Mindlin, que foi Secretário da Educação do Estado de São Paulo na edição de N°446 (13 a 19/01/1978), considerado por muitos um liberal o empresário falou sobre sua biografia, fez uma análise do panorama político e econômico da época, incluindo o debate sobre as multinacionais e uma participação maior dos sindicatos nas discussões sobre os processos produtivos. Na edição N° 450 (10 a 16/02/1978) publicou a entrevista com Severo Gomes um “ex-conspirador, arenista, líder empresarial, amigo de generais, ex-ministro de dois governos da Revolução” segundo a apresentação do jornal. A edição de

¹⁸⁷ PINTO, Magalhães. Tudo azul ou não? Na sucessão. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 02 mar. 1978, p. 6-12.

Nº544, a mesma que publicou a entrevista com o general Pery Bevilacqua, também trouxe a do então falecido Aliomar Baleeiro, realizada no ano anterior.

Já a edição de N º 461 (28/04 a 04/05/1979) apresentou uma entrevista com o parlamentar do MDB Roberto Saturnino Braga, a Nº 467 (09 a 15/06/1978) entrevistou o advogado do sindicato dos metalúrgicos Almir Pazziano Pinto, desenvolvida toda ela sobre um único tema, a questão dos movimentos trabalhistas no Brasil do final dos anos de 1978. Na edição de Nº468 (16 a 21/06/1978), o *Pasquim* entrevistou o advogado Raymundo Faoro¹⁸⁸. A entrevista promoveu uma discussão bastante aprofundada sobre temas como anistia, autoritarismo, democracia e estado de direito, assuntos de suma importância no referido momento político. Na entrevista o advogado dá sua visão sobre o processo de transição política, e sobre as medidas que seriam necessárias para que o Brasil voltasse a ser um Estado de Direito.

Luís – Algumas pessoas entendem que o primeiro passo para chegar a um Estado de Direito é uma Constituinte; outros que é a Anistia.

FAORO – Nós também meditamos sobre isso e entendemos que soa a Anistia não leva ao Estado de Direito, que ela é um passo necessário mas não o suficiente. Não quero dizer que não receberíamos muito bem uma Anistia que viesse soltar gente e desconstrair o ambiente, mas Pinochet também fez uma agora, e nenhum desses chegou ao Estado de Direito. (...) Pode ser que isso resulte de nossa ótica profissional pois é o problema da liberdade física com a garantia do habeas-corpus. Se sairmos daqui podemos ser seqüestrados no meio da rua e não temos nenhuma garantia de sermos levados a um juiz independente e nem a garantia de termos um processo legal, quando a defesa deveria ser providenciada imediatamente quebrando-se essa coisa extraordinária que está aí e que se chama “incomunicabilidade”. Sem esse direito de defesa não se pode falar em Convivência Democrática e muito menos em Estado de Direito. Estabelecemos essa prioridade da primeira das liberdades: a liberdade física, protegida por um instrumento tradicional e secular no mundo anglo-saxão, onde fomos buscá-lo, que é o habeas-corpus. (...)

Felix – A Convivência Democrática seria uma primeira etapa para o Brasil?

¹⁸⁸ Advogado, jurista e escritor brasileiro nascido em Vacaria, Rio Grande do Sul, considerado um dos grandes pensadores do Brasil, autor de análises imprescindíveis ao entendimento da sociedade, da política e do Estado brasileiro. Foi co-fundador da revista Quixote (1947) e escreveu para diversos jornais do Rio Grande do Sul. Formou-se em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1948) e três anos depois (1951) seguiu para o Rio de Janeiro. Admitido por concurso como Procurador do Estado, na função destacou-se como um dos mais importantes juristas do Brasil, especialmente reconhecido e bastante respeitado pela sua contribuição às Ciências Sociais. Publicou um livro considerado um clássico: *Os Donos do Poder* (1958), onde analisou a formação do patronato político e o patrimonialismo do Estado brasileiro, levando em consideração as características da colonização portuguesa. Escreveu outros livros em que discutiu temas como a política brasileira, ensaios jurídicos, além de um estudo sobre as obras e os personagens do escritor Machado de Assis. Também atuou como articulista em diversos jornais e foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB (1977-1979). Na política diretamente lutou pela redemocratização do país, defendeu o fim dos Atos Institucionais do regime militar e participou ativamente no governo João Figueiredo, na campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Faleceu vítima de enfisema pulmonar, aos 78 anos, no Rio de Janeiro. INTERPRETES do Brasil. Disponível em: <<http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/65.av>> . Acesso em: 10 jun. 2016.

FAORO – A primeira etapa para chegarmos a um pacto político seria uma Convivência para que pudéssemos divergir, estabelecer nossos conflitos, e sobretudo circular livres nas ruas mesmo que todos saibam que pensamos de determinada maneira.

Felix – Quais seriam os pontos fundamentais dessa Convivência?

FAORO – Habeas-coupus, independência do magistrado, liberdade de opinião, de imprensa, de associação... instrumentos para discutir o Estado de direito. A Convivência Democrática é um vestíbulo do Estado de Direito.¹⁸⁹

O ano de 1978 é um dos mais importantes para a virada política do jornal já discutida anteriormente, a maior parte das entrevistas seguiu esse perfil e afirmou o *Pasquim* como um promotor de assuntos e discussões sociais e políticas relevantes naquele dado momento. Tanto que nesse mesmo ano o jornal publicou uma coletânea com algumas de suas “grandes entrevistas” publicadas em anos anteriores com entrevistados do calibre dos ex-presidentes Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek (Nº375), do senador Teotônio Vilela, de Darcy Ribeiro, de Dom Paulo Evaristo Arns entre vários outros. A entrevista de 4 páginas com Dom Paulo¹⁹⁰, um tanto curta se comparada a outras, conduzida por Jaguar, Ziraldo e Fernando Moraes é muito significativa, pois ocorreu por ocasião da invasão da PUC em 1977, num momento representativo de cisão ideológica e de comando por parte do Exército.¹⁹¹

¹⁸⁹ FAORO, Raymundo. Faoro: uma aula completa sobre história, política, leis, democracia, Estado (forte, de Direito) habeas corpus, liberalismo. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1978, p. 10-15.

¹⁹⁰ Foi bispo e arcebispo de São Paulo entre os anos 1960 e 1970. Destacou-se por sua luta política contra as torturas praticadas pela ditadura, para que documentos não fossem eliminados, e também a favor do voto, no movimento Diretas Já. Sua atuação contra a repressão da ditadura ganhou destaque já em 1969, quando passou a defender seminaristas dominicanos presos por ajudarem militantes opositores. Em março de 1973, presidiu a “Celebração da Esperança”, em memória de Alexandre Vannucchi Leme, estudante universitário morto pela ditadura. No ano seguinte, acompanhado de familiares de presos políticos, apresentou ao general Golbery do Couto e Silva um dossiê sobre os casos de 22 desaparecidos. Em outubro de 1975, celebrou na Catedral da Sé o histórico culto ecumênico em honra de Vladimir Herzog, jornalista morto pelo regime. Entre 1979 e 1985, coordenou com o pastor Jaime Wright e com o Rabino Henry Sobel, de forma clandestina, o Projeto Brasil: Nunca Mais. O trabalho foi realizado em sigilo e o resultado foi a cópia de mais de um milhão de páginas de processos do Superior Tribunal Militar (STM), e resultou num livro publicado em 1985 pela Editora Vozes que denuncia de forma detalhada como funcionaram as agências de investigação, quais eram os seus critérios, quem foram os principais perseguidos, os movimentos de esquerda existentes na época, como eram feitas as prisões e expõe as técnicas de tortura utilizadas nos presos políticos, com denúncias de que crianças e gestantes também foram submetidas a agressões físicas e psicológicas. O livro é uma das primeiras denúncias fortemente documentadas sobre os crimes cometidos pela ditadura militar no Brasil. BIOGRAFIAS da resistência. In: Memórias da ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-paulo-evaristo-arns/>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

¹⁹¹ A invasão à PUC ocorrida no dia 22 de setembro de 1977 e coordenada pelo coronel do exército Antonio Erasmo Dias, o então Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo foi uma ação premeditada e desproporcional amplamente criticada por amplos setores da sociedade brasileira. O episódio demonstrou os excessos das forças de segurança, conduziu a Igreja Católica a um posicionamento público contrário à violência do regime, repercutiu nacionalmente entre estudantes e sociedade civil e desencadeou reflexões sobre a duração da ditadura militar, a realização do encontro na PUC rompendo o bloqueio imposto pelos Militares foi à centelha para inúmeras manifestações e passeatas que se seguiram e marcaram o final da década de 70. CARDOZO, E. M. O. O 22 de setembro e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Praia Herald Tribune*, São Paulo, 22 set. 2015. Disponível em: <<https://prainaht.wordpress.com/2015/09/22/o-22-de-setembro-e-a-pontificia-universidade-catolica-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

Jaguar – Carlos Chagas foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por se negar a dar o nome do autor de uma matéria, um direito que é essencial aos jornalistas de todos os países do mundo!

Arns – Eu acho que aí todos deveriam se unir a fim de tornar um processo desses impossível. Isso precisa ser comunicado para todo mundo. No último dia em que eu estava em Roma houve a invasão da PUC. Eu já estava com a passagem comprada pra voltar quando às seis da manhã do sábado – à uma hora da manhã aqui no Brasil – me avisaram do que havia acontecido.

Fernando – Os soldados ainda estavam lá dentro.

Arns – A invasão estava acontecendo e a Radio Munique já estava dando. Logo em seguida fui chamado pelo Presidente da Justiça e Paz Pontifícia para saber o que havia acontecido. Mas esse cardeal já sabia que se havia prendido estudantes, que os prédios haviam sido depredados.

Jaguar – O Papa soube?

Arns – Soube, embora não por mim porque viajei logo em seguida. (...) O Papa acompanha tudo, mas não se declara diretamente. O único assunto sobre o qual eu sei que se pronunciou – e com uma veemência tremenda – foi quanto às torturas. (...)

Zirardo – Soubemos que as famílias das meninas queimadas na PUC estão sem saber como agir diante dessa violência. O senhor acha que deveriam mover uma ação contra a Secretaria de Segurança? Quem deve pagar as despesas de operações – inclusive plásticas – para essas moças?

Zélio – Mais do que sem saber como fazer, estão com medo de fazer.

Arns – As famílias cujos filhos estão sendo enquadrados vieram conversar comigo e estou fazendo tudo para que isso seja impossível. Ontem mesmo recebi uma visita da OAB dizendo que não havia motivo para o enquadramento. A imprensa também está nos ajudando. Essas famílias não podem ser abandonadas. A PUC precisa se responsabilizar por tudo que acontece dentro dela. (...)

Fernando – O que significa essa decisão do Ministro da Justiça de enquadrar os alunos presos na PUC na Lei de Segurança Nacional?

Arns – Só pode significar uma intimidação. Desde quando na História da Humanidade se processa a vítima e não o agressor? Depois, quem é que pode determinar que entre 900 existem 42 que devem ser processados? A Polícia? A Polícia manda tanto que pode dizer se um deve ser enquadrado e o outro não? É um absurdo!¹⁹²

¹⁹² ARNS, Dom Paulo Evaristo. É que o povo é tão bom que acaba te envolvendo. É como...como cachaça. *Pasquim*, Rio de Janeiro, N°. Especial abr. 1978, p. 17-20.



Figura 29: O Coronel Antonio Erasmo Dias, antes da invasão.

A reedição de todas essas entrevistas mais antigas serviu para o jornal reafirmar seu papel político e ideológico naquela sociedade junto ao seu público leitor, papel que também era reforçado com a publicação de reportagens denúncia em vários de seus números. Uma das mais impactantes, escrita pela jornalista Lena Frias, publicada na edição de Nº 476 (11 a 17/08/1978) relatou a terrível história de Maria Lourdes de Andrade, que foi barbaramente torturada por policiais ao ser presa, acusada de furtar um rádio de pilha do local em que trabalhava. O caso ocorrido no Rio de Janeiro em 1973, teve grande repercussão e motivou a demissão do delegado e dos policiais envolvidos, todos eles readmitidos no ano seguinte, confirmando ser regra, e não exceção a violência policial.¹⁹³

Coincidência ou não, a mesma edição publicou a entrevista com o Coronel Fernão Guedes de Souza, diretor da Casa de detenção de São Paulo, conduzida com bastante objetividade por duas repórteres, Beth Caló e Nilza Prata, que curiosamente não foram identificadas ao longo da reportagem. A invasão à PUC no ano anterior, se tornou assunto durante a entrevista, pois a questão da violência militar junto à sociedade civil era um assunto impossível de ser ignorado, ainda mais numa edição “especial” como aquela que pretendia esmiuçar o problema, expondo todos os lados da questão.

¹⁹³ FRIAS, Lena. Uma história de terror. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1978, p. 28-30.

Pasquim – O sr. não acha que o coronel Erasmo Dias era excessivamente autoritário, e isso talvez tenha afastado ainda mais os universitários da realidade policial?

Cel. Fernão – O Cel. Erasmo não é aquela figura autoritária, aquela figura violenta. Ele não é nada disso...

Pasquim – Mas e a invasão da PUC por exemplo?

Cel. Fernão – Eu não acho que a invasão da PUC foi uma coisa certa. Mas a reunião não estava proibida?

Pasquim – Mas o pessoal não saiu de dentro do campus, não é?

Cel. Fernão – Mas não estavam proibidas? Essas reuniões tendenciosas?

Pasquim – Mas o sr. acha justa a invasão cel.?

Cel. Fernão – Eu acho. Conforme o sentido nós devemos aceitar, tomar parte até.¹⁹⁴

As edições dos anos de 1979 e 1980 tiveram vários outros entrevistados dentro desse perfil mais político, tais como, o General Tácito de Freitas no N° 505 (02 a 08/03/1979), o arquiteto e urbanista Marcos de Vasconcellos no N° 511 (13 a 19/04/1979), o advogado e Procurador Geral da República do governo Jango, Evandro Lins e Silva no N° 518 (01 a 07/06/1979), Eduardo Suplicy fala sobre seu ingresso no recém criado Partido dos Trabalhadores na edição de N° 560 (21 a 27/03/1980). A entrevista com Frei Betto no N° 565 (25/04 a 01/05/1980) é basicamente um relato da arbitrária prisão de Lula testemunhada pelo entrevistado, o N° 566 (02 a 08/05/1980) trouxe uma entrevista com o então prefeito de Curitiba Jaime Lerner na mesma edição que Fernando Moraes publicou seu texto denunciando as circunstâncias da prisão de outro líder metalúrgico, o Alemão. Ambas as prisões ocorridas por conta das greves que sacudiram o ABC paulista no início do ano de 1980. O advogado gaúcho Omar Ferri, um ativo opositor do regime militar foi o entrevistado do N° 583 (29/08 a 04/09/1980), entre tantos outros.

A edição de N°545 (07 a 13/12/1979) trouxe uma séria entrevista denúncia com dois refugiados políticos uruguaios, que tiveram suas identidades protegidas pelo jornal por motivos óbvios. Os refugiados, naquele momento, em trânsito pelo Brasil, denunciam a situação de outros uruguaios presos em “campos de concentração” no Uruguai e alertam sobre a possibilidade de extermínio desses prisioneiros. É interessante notar que o repórter (um ou mais) responsável pela entrevista também não foi identificado pelo jornal, algo muito raro de acontecer.

Pasquim – Vocês acham que essas denúncias de você e de seus companheiros em outros países poderão fazer o governo voltar atrás nesse plano?

¹⁹⁴ SOUZA, Coronel Fernão Guedes de. Presídios não corrigem ninguém. Pelo contrário, pervertem. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1978, p. 10-12.

R. – A imprensa internacional, principalmente a brasileira, teve o mérito de contribuir de alguma forma para deter o ímpeto repressivo, no seu aspecto mais fascista, dos militares uruguaios. Temos esperança que essas denúncias que estamos fazendo detenham a mão da repressão e evitem esse assassinato que esta sendo planejado.

Pasquim – Além de Flavia Shilling, você tem conhecimento de outros brasileiros detidos nos presídios uruguaios?

R – Não, além dela, só tivemos conhecimento da prisão de Flavio Tavares.

Pasquim – Os motivos da eliminação dos presos políticos, além de motivos políticos, então também seriam de origem econômica?

R. – Setenta por cento do orçamento nacional estão destinados à repressão. Tornou-se um problema econômico a eliminação dos presos políticos, o preço da manutenção esta ficando muito alto para as finanças do governo.¹⁹⁵

Nessa mesma edição, o *Pasquim* entrevistou o psicanalista e comunista Dionélio Machado, autor de vários livros reeditados no final dos anos de 1970, redescoberto então pelas novas gerações. As entrevistas com viés mais cultural e comportamental foram várias e sempre estiveram presentes durante todo o período entre 1978 e 1980, apesar da ênfase dada àquelas com personalidades ligadas à política, como com os exilados. Na edição de Nº 452 (24/02 a 02/03/1978) o jornal entrevistou o jovem ator Stepan Nercessian, que falou sobre as origens de sua família, sua trajetória de vida, sua militância política estudantil e sua carreira. O Nº 474 (28/07 a 03/08/1978) trouxe uma divertida entrevista com Os Trapalhões, que estavam estourando na TV Globo naquele momento. No ano de 1978, o *Pasquim* publicou na edição de Nº 484 (07 a 13/10/1978) a polêmica entrevista de Simon Khoury com o cantor Cauby Peixoto, que abordou de forma bastante aberta e natural a bissexualidade do artista e também a edição de Nº 491 (24 a 30/11/1978), que publicou uma entrevista com o sambista Candeia, que abordou sua carreira e a questão do racismo.

A edição de Nº 578 (25 a 31/07/1980) entrevistou a cineasta Tizuka Yamasaki, que teve um grande êxito com seu filme de estreia *Gaigim*. A entrevista tem um viés mais cultural, porém questões sociais também são debatidas como a imigração e o preconceito racial. O Nº 590 (17 a 23/10/1980) trouxe uma entrevista com a cantora Nana Caymmi, muito descontraída e reveladora. A edição também traz um modelo diferente de entrevista, coletiva, com um grupo de entrevistados. Neste número temos o debate entre Ziraldo e as feministas em resposta a diversas críticas enfrentadas pelo *Pasquim* seus posicionamentos, incluindo o fato de ter sempre mulheres nuas na capa do semanário, como estratégia de vendas. O estopim para o debate teria sido uma charge de Ziraldo, publicada numa página central do *Pasquim* com o trocadinho “*nossos corpos nus pertencem*” acompanhando a imagem de uma garota

¹⁹⁵ Pasquim bota a boca no mundo pra que não matem os presos políticos uruguaios. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1979, p. 9.

seminua, em referência direta ao lema feminista “*nosso corpo nos pertence*”. A “gracinha” de Ziraldo provocou reações fortes por parte de setores do movimento feminista, inclusive a pichação do muro da casa dele com ofensas, logo o jornal acabou abrindo espaço para debater o assunto.

Ziraldo – Agora, vocês tem que entender uma coisa sobre a charge: humor não se faz a favor. E eu não estou gozando o feminismo, mas o que eu considero os seus desvios. Vocês não vão querer me impedir de fazer uma piada sobre vocês, todas as vezes que eu achar que vocês botaram a “bunda de fora” ou melhor! toda a vez que mi(*) rem fora do penico.

ELY – Ziraldo, você diz que o humor não pode ser a favor, mas muitos bons cartunistas tem publicado piadas feministas, como Nani, Henfil, Cláudio Paiva, etc. Ai você pode fazer humor contra a discriminação contra a mulher. Você diz também que pra uma coisa ser engraçada tem que ter elementos absurdos. Basta ter olhos pra ver: o fato de um menino crescer achando que as mulheres existem pra servir aos homens; a formação sexual de meninos e meninas, que inclui a pureza da mãe, o príncipe encantado, a prostituta; o fato de a nossa sociedade só considerar como trabalho – e por isso remunerá-lo – aquilo que a mulher faz fora de casa. Pode ser que você até entenda a causa feminista, mas muitas vezes faz o jogo de quem não a entende. E, quando você tem o PASQUIM, nós não temos um jornal pra nos defender.

Ziraldo – Peraí, vocês também não vão querer que eu vá lá no Centro oferecer espaço pra vocês. Se tivessem vindo aqui – como vieram centenas de movimentos reivindicatórios desse país, centenas de sindicatos e diretórios acadêmicos – encontrariam esse espaço. O PASQUIM foi o grande espaço aberto pras ideias as novas. Agora, acontece que esse feminismo aí é um prato cheio pro humor, e como sou humorista, sai debaixo!

MOEMA – E aí ficamos em desvantagem, porque não fomos preparados pra fazer humor.

MONICA – Não concordo. Quer dizer que mulher não tem senso de humor?

MOEMA – Ter senso de humor é uma coisa, ser humorista é outra.

Ziraldo – Uma das maiores cartunistas da Europa chamava-se Anton, uma inglesa maravilhosa. Tem a Ciça, na folha de S. Paulo, tem a Hilde. No PASQUIM tem a Mariza.

MOEMA – Você citou quatro. Prova de que é raridade.

Ziraldo – O Millôr garante que é um problema de incompetência.

ELY – Nem pensar! Isso vem da própria educação da mulher. Enquanto o homem é educado pra brincar, pra criar, a mulher é educada pra trabalhar, pra ser responsável, pra ser séria. Brincadeira de menina é brincar de casinha e de boneca.

Ziraldo – Ah, isso é da própria natureza da menina... (essa frase gera vários protestos)

ELY – Pois é, mas o menino não brinca de pai, brinca de super-homem.

MOEMA - Eu acho que não devíamos falar apenas do Ziraldo, mas de toda a linha do PASQUIM, cuja fama é a de um jornal extremamente machista, que explora a mulher como um objeto sexual. Basta fazer uma análise de conteúdo das capas do PASQUIM. É o bum-bum da mulher, é o traseiro da mulher, é o frontispício, e o mamá.

Ziraldo – mas nunca bancamos as revistas de sacanagem. A gente dá a volta por cima: sempre dissemos que usamos a mulher como recurso pra vender mais. O PASQUIM nunca pôde viver de publicidade. E o jornal não podia

morrer debaixo do terror, do obscurantismo, da repressão e da censura em que ele viveu. Era um recurso.

MOEMA – Quer dizer: mulher nua vende jornal.

Zirardo – PQP! Quando a gente imprimia em off-set, cada mulher nua na capa vendia mais dez mil exemplares. Mais um mês de vida! A mulher nua foi a mártir da nossa história!!! (gargalhadas irônicas)

ELY – As mulheres estão aí pra isso mesmo: servir.¹⁹⁶

É interessante observar como os problemas enfrentados pelas mulheres naquele momento são parecidos com os que temos ainda hoje, tais como, violência, a desvalorização salarial e a exploração da nudez feminina. Interessante como as entrevistadas relacionam as questões feministas com as questões de classe, da desigualdade social brasileira, muito politizado o debate. No fim dos anos 1960 as mulheres dos segmentos urbanos já organizavam frentes de reivindicação, tais como o Movimento Nacional contra a Carestia em 1968, o Movimento de Luta por Creches em 1970, o Movimento Feminino pela Anistia em 1975, ano em que também são criados os Grupos Feministas e os Centros de Mulheres. O ano de 1975, oficialmente declarado pela ONU o Ano Internacional da Mulher propiciou o cenário para a organização do movimento feminista no Brasil como um movimento social de fato.

Nas atividades desses grupos são constantemente avaliados e revisados os papéis sociais das mulheres – mãe, esposa, dona de casa –, mesmo que a reflexão sobre o trabalho e a discriminação no mercado de emprego não esteja sempre presente. Deve ser reconhecida sua importante contribuição no processo de redemocratização, através de suas reivindicações para que sejam mudados os códigos jurídicos já definitivamente superados e sejam promulgadas leis mais coerentes com a efetiva atuação econômica e social da mulher; através da crítica à política salarial promovida pelo Estado; através da demanda de serviços públicos de apoio à mãe trabalhadora. Além disso, provenientes sobretudo de grupos de mulheres de classe média, donas de casa ou profissionalizadas, várias mobilizações aglutinam orientações culturais e ideológicas diversas em torno da luta contra a violência, a opressão e a discriminação da mulher.¹⁹⁷

O feminismo no Brasil se estruturou como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, após a derrota da luta armada pelo Estado e como elaboração política e pessoal dessa derrota. Pois embora não houvesse uma proposta feminista deliberada, a participação das mulheres na luta armada significava não apenas uma insurreição contra a ordem política vigente, mas também uma transgressão do papel tradicionalmente atribuído a

¹⁹⁶ Feministas x Zirardo. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 17 out. 1980, p. 16-18.

¹⁹⁷ GIULANI, P. C. OS movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 649-650.

mulher.¹⁹⁸ O fato das militantes “comportarem-se como homens” pegando em armas “transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente”¹⁹⁹

Somaram-se à experiência de resistência das mulheres à ditadura as mudanças de ordem social e econômica pelas quais a sociedade brasileira vinha passando no período militar. A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional corrida no processo de modernização-autoritária promovido pelo governo militar gerou oportunidades para as mulheres.

Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal.²⁰⁰

O feminismo brasileiro tornou-se um movimento interclasses, porque embora tendo a origem social de suas militantes nas camadas médias e intelectualizadas da sociedade, articulou-se junto às camadas populares e expandiu-se dentro de um quadro geral de mobilizações diferenciadas, que iam desde questões cotidianas como a luta por infraestrutura urbana básica e por vagas em creches para os filhos das mulheres trabalhadoras até questões propriamente de gênero, que ganharam um espaço maior com a consolidação do processo de abertura política.²⁰¹

A autora observa a existência de duas tendências dentro do movimento feminista dos anos de 1970. A primeira vertente era mais voltada para a atuação pública das mulheres, investindo em questões relativas ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os

¹⁹⁸ SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003>. Acesso em: 3 jun. 2016.

¹⁹⁹ GARCIA, M. C. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política". *Cadernos Pagu*, n. 8/9, p. 319-342, 1997. Apud. In: SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003>. Acesso em: 3 jun. 2016.

²⁰⁰ SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003>. Acesso em: 3 jun. 2016.

²⁰¹ Idem.

sexos. A outra corrente preocupava-se mais com a questão da subjetividade e das relações interpessoais na esfera privada.²⁰²

O processo de abertura política com a promulgação da lei de anistia de 1979 ajudou a consolidar o feminismo no Brasil, pois permitiu a volta das exiladas no começo dos anos de 1980 que fortaleceram o movimento feminista brasileiro. Pois além da elaboração da experiência política acumulada antes e durante o exílio e das influências adquiridas com o contato de um feminismo atuante como o europeu, essas mulheres trouxeram a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica bem diferente da brasileira, fundamentada em padrões patriarcais.²⁰³

Além da demanda pela emancipação feminina há também a pressão por parte desses grupos para que existam políticas públicas voltadas para questões como a violência contra a mulher, que apenas anos depois seria tratada institucionalmente em delegacias próprias.²⁰⁴ E se pensarmos que até hoje, quase quarenta anos depois, a violência contra a mulher está mais presente do que nunca nas discussões acerca das questões de gênero, concluímos o quanto necessário é o debate pautado pelo discurso feminista na nossa sociedade. Nos últimos anos os movimentos feministas se rearticularam em torno de questões como a defesa dos direitos reprodutivos, e do protagonismo feminino na sociedade e no seio do próprio movimento feminista, resultando em grandes mobilizações de mulheres por todo o país. Movimento que em 2015 foi chamado pela imprensa de “Primavera feminista”.²⁰⁵ O problema da violência contra a mulher já era encarado com muita preocupação pelos grupos feministas do final dos

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Em 1985 foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher no Estado de São Paulo com o intuito de dar um atendimento mais humanizado e acolhedor a mulheres vítimas de violência física e sexual. Hoje existem nove delegacias da mulher na capital paulista e 130 em todo o estado. A cada duas horas, uma brasileira é morta em situação violenta. Uma em cada cinco mulheres afirma ter sofrido algum tipo de agressão por parte de um homem. Os dados fazem parte do Dossiê Violência contra as Mulheres, plataforma multimídia on line lançada no ano passado pelo Instituto Patrícia Galvão. BOEHM, C. Delegacia da mulher deu início, há 30 anos, a políticas de combate à violência. *EBC – Agência Brasil*, São Paulo, 6 ago. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/ha-30-anos-delegacia-da-mulher-deu-inicio-politicas-de-combate>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

²⁰⁵ Foi chamada de Primavera feminista intensas mobilizações ocorridas por todo o Brasil no 2º semestre do ano de 2015 contra o PL 5069 de autoria do então Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e de outros deputados como Isaias Silvestre (PSB/MG) e João Dado (PDT/SP) que tipifica como crime o direito ao aborto legal e precariza o atendimento às vítimas de estupro. Os movimentos também pediam “Fora Cunha” em resposta às perseguições promovidas pelo parlamentar aos movimentos de mulheres, de negros e de LGBTQs. Também compõem a Primavera feminista campanhas on line como o movimento #AgoraÉQueSãoElas e a campanha #meuprimeiroassédio que estimulou milhares de homens e mulheres por todo o Brasil a darem seus depoimentos sobre o primeiro assédio sexual que sofreram, na maioria das vezes ainda na infância. Essas campanhas tem o objetivo de discutir a questão da violência sexual como forma de superação de uma cultura do estupro que persistem em nossa sociedade. FORBES, J. S. Primavera feminista: o lugar de mulher é na política. *Carta Capital on line*, São Paulo, 6 nov. 2015. Disponível em : <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/primavera-feminista-o-lugar-da-mulher-e-na-politica-8213.html>> . Acesso em: 3 jun. 2016.

anos de 1970, como atesta a fala de várias das mulheres que participaram do debate promovido pelo *Pasquim* na edição Nº 590.

MONICA – Por que você tá vendo isso com um ódio tão grande? É uma coisa até engraçada. Você não é humorista? Você é contra pichar muro?

Zirardo – Elas foram inábeis, atabalhoadas. Podiam esperar outra hora pra esse tipo de manobra, pra não serem confundidas com o terror de direita que está aí, sem solução. É evidente que a pichação e toda esta onda ampliou o aspecto da discussão. Tudo bem. A sacanagem foi me usarem pra isto.

EVA – Vou explicar nossa posição. O CMB encampou o movimento que começou em Belo Horizonte com o assassinato de mulheres, e a partir daí criou um grupo para discutir a violência onde ela se concentra mais, que é na Baixada Fluminense. Discutimos com outros grupos feministas a possibilidade de uma campanha que mobilizasse muito mais pessoas pra discutirem esses assassinatos e essa violência – que se dão mais com a população pobre – pegando inclusive símbolos, como a Marli. Havia a sugestão de desfecharmos a campanha com um ato público porém concluímos que deveríamos encampar essa campanha, usando o nome do Centro, mas que a hora talvez não fosse a melhor para um ato público. Então concordo com você.

ELY – Mas como muitas mulheres estão preocupadas em levantar a questão do que seja “legítima defesa da honra”, ou do por que dos homens poderem matar e as mulheres não, por isso ainda pensamos em fazer esse ato, que será dia 16/10 – data escolhida pela maioria das mulheres – e seria ótimo se pudéssemos contar com a sua participação.

Zirardo – Eu? Vou apanhar lá!

ELY – Queisso! Não vamos atacar os homens, mas uma visão machista desses assassinatos.²⁰⁶

²⁰⁶ Feministas x Zirardo. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 17 out. 1980, p. 16-18.



Figura 30: Capa da edição 508 publicada em março de 1979, uma das muitas que exibia mulheres nuas, e que se tornaram alvo de crítica por parte de grupos feministas.



Figura 31: A debochada capa-resposta da edição 590 publicada em outubro de 1980 depois de toda a polêmica com as feministas.

Uma entrevista de “relato de vida” realmente tocante é a do educador Paulo Freire²⁰⁷ exilado com sua família na Suíça na edição Nº 462 (05 a 11/05/1978). Ele rememora sua infância e juventude, seu trabalho no desenvolvimento do seu método de alfabetização e sua participação na bem sucedida Plano Nacional de Educação promovido durante o governo do Presidente João Goulart, e conseqüentemente seu exílio e o trabalho de divulgação do seu método por todos os países por onde passou.

Claudius – Sua mãe trabalhava?

FREIRE – Minha mãe, como se diz no Brasil, tinha as prendas domésticas.

Miguel – Mas depois da morte do seu pai ela ficou vivendo com a pensão dele?

FREIRE – Mas era uma pensão irrisória. Eu não sei quanto seria hoje, mas a pensão era de 80 mil réis. Não dava pra coisa nenhuma e nós vivemos uma etapa difícilíssima. Mesmo quando meu pai ainda era vivo.

Miguel – Era dura a vida de vocês?

FREIRE – Eu tive a experiência da fome. Neste livro que estou escrevendo eu falo um pouco disso. Eu sei o que significa ter fome. O sujeito que faz dieta para ganhar um corpo bonito não sabe o que é fome, porque esse tipo de fome existe e não existe na medida que a gente sabe que pode superar. Mas a outra, a que entra sem pedir licença, essa é dura. (...) Essa fome a gente até que conseguia matar de vez em quando furtando os quintais alheios, roubando jaca, roubando manga, roubando banana. Eu, junto com o meu irmão Temístocles, conhecia perfeitamente a geografia desta fome, que era a geografia dos quintais dos outros. E então, quantas vezes a gente escondeu cachos de banana em buracos secretos.

Claudius – Cavernas de Ali-Baba.

FREIRE – Exato. A gente acomodava as bananas em folhas secas e mornas que aceleravam a sua maturação. Naquela época, na minha escola primária eu não sabia quanto era 4 vezes 4, nem sabia a capital da Inglaterra, mas sabia, primeiro, a geografia desta fome, segundo, eu sabia calcular muito

²⁰⁷ Paulo Reglus Neves Freire nascido em 19 de setembro de 1921 em Recife, PE foi um educador brasileiro reconhecido internacionalmente por sua práxis educativa. Ficou conhecido por ter desenvolvido um método inovador de alfabetização, que o tornou uma inspiração para gerações de professores, principalmente na América Latina e na África. Seu método conquistou muitos adeptos entre pedagogos, cientistas sociais, teólogos e militantes políticos. A coragem de colocar em prática um trabalho de educação libertadora, que identifica a alfabetização com um processo de conscientização, fez de Freire um dos primeiros brasileiros a serem exilados pela ditadura militar. Acusado de subversão e preso em 1964, durante 72 dias, partiu para o exílio no Chile, onde trabalhou por cinco anos no Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária (Icira) e escreveu seu principal livro: “Pedagogia do oprimido” (1968). Freire ainda passou por Estados Unidos e Suíça. Nesse período, prestou consultoria educacional a governos de países pobres, a maioria no continente africano. Em 1980, Paulo Freire retornou ao Brasil e filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1989, assumiu a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, na gestão de Luíza Erundina. Nos anos seguintes, escreveu dois livros considerados fundamentais em sua obra: “Pedagogia da esperança” (1992) e “À sombra desta mangueira” (1995). Freire lecionou na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e recebeu o título de doutor Honoris Causa por 27 universidades, além de homenagens e prêmios internacionais. Em 2012, foi criada a lei que declarou Paulo Freire patrono da educação brasileira. Freire morreu no dia 2 de maio de 1997 em São Paulo, vítima de um infarto agudo do miocárdio. BIOGRAFIAS da resistência. In: Memórias da ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdadtadura.org.br/biografias-da-resistencia/paulo-freire/>> . Acesso em: 10 jun. 2016.

bem em quantos dias eu devia voltar para pegar a banana madura que eu tinha colocado no meu esconderijo.²⁰⁸

O relato de Paulo Freire é interessante porque une sua história de vida às concepções ideológicas e educacionais que desenvolveu posteriormente, em que defende que o educando aprende o que faz parte de sua experiência de vida primeiramente. Quando ele diz que a geografia que ele sabia era a dos quintais onde roubava frutas ele reafirma essa ideia, pois sua prioridade enquanto criança pobre era saciar a fome, sem isso ele não tinha como dar conta de outras demandas, inclusive aprender geografia universal na escola. Quando ele descreve o desenvolvimento de seu método de alfabetização de adultos mais adiante, ainda na entrevista, fica claro sua preocupação em vincular o processo educacional à realidade do educando.

Outras entrevistas publicadas no período também funcionam como relatos de vida. A seguir serão expostas três delas, que demonstram muito bem esse raciocínio. A primeira com o “o revolucionário de 64”, segundo o *Pasquim*, o senador Paulo Brossard.

Ricky – Depois da renúncia vieram as pressões pra que o Jango não tomasse posse.

Brossard – Sempre fui pela legalidade. Se a Constituição disse que deveria tomar posse, então... (expressão de que deveria tomar posse). Não votei nele, não fazia previsões muito favoráveis a seu respeito, mas que poderia fazer? Não foi eleito? Foi. Então deveria tomar posse. E lá nos Anais da Assembléia vocês poderão encontrar meu discurso nesse sentido. Ai vieram aquelas coisas todas e o parlamentarismo foi instituído daquela maneira. Esse foi o desastre do Jango.

Argemiro – Não deveria ter aceito a fórmula parlamentar?

Brossard – Ao contrário: era a sua salvação.

Zirardo – Deveria ter continuado com o parlamentarismo?

Brossard – Evidente (faz gestos de coisa óbvia) Que não era um homem talhado para a presidência, os fatos demonstraram! Não é opinião minha. Dentro de um sistema parlamentar continuaria como presidente, o ministério governava, e ele terminava seu mandato tranquilamente. E mais: entrava gloriosamente pra História.

Mario Augusto – Mas todo mês caía um gabinete de ministros.

Brossard – Não é verdade!

Felix – Senador –

Brossard – (erguendo a palma da mão) – Um momentinho.

Zirardo – Não caíram três gabinetes?

Brossard – Não é verdade. O Gabinete Tancredo só caiu por quê? (batendo com o dedo na mesa): A essa altura havia uma conglomeração de interesses para derrotar o sistema. (Félix insiste) Um momentinho, dá licença. No sistema parlamentar não há as incompatibilidades eleitorais porque os ministros normalmente saem do Parlamento (ainda que não obrigatoriamente). As eleições surgiam e com elas uma série de problemas. Tendo a Emenda Parlamentarista sido votada de uma forma um tanto

²⁰⁸ FREIRE, Paulo. Paulo Freire, no exílio, ficou mais brasileiro ainda. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 05 mai. 1978, p. 10-14.

atabalhoadas estipularam lá as incompatibilidades mas evidentemente aquilo teria de ser modificado. (...)

Mario Augusto – Então o Parlamentarismo aqui já nasceu errado.

Brossard – (vira-se para Mario Augusto) Por que?

Félix – Nasceu devido a uma pressão militar.

Brossard – Não é verdade. Foi uma solução política encontrada por –

Argemiro – Por pressões militares.

Brossard – Não senhor! (negando com o dedo) Ao contrário!

Argemiro – Se não houvesse pressões Jango tomaria posse como presidente num regime presidencialista.

Brossard – Sim, é claro, mas não estávamos na beira de uma guerra civil?

Félix – Provocadas pelas pressões militares. Os ministros militares não queriam permitir sua posse.

Brossard – (jogando os braços pra cima) – O que é que o parlamentarismo tem a ver com isso? O que houve foi um veto de três ministros militares à posse do Vice-Presidente da República e uma reação no Rio Grande do Sul que cresceu de tal forma que estávamos na eminência de uma guerra civil. A solução parlamentarista do modo como foi feito, foi uma solução política que pelo menos livrou o país dessa guerra iminente. (...) Depois o próprio presidente da República faz uma campanha contra o sistema parlamentar com aquela história do plebiscito antecipado, contra a Constituição. Foi a única vez em que não votei. Era um negócio ilegal.

Argemiro – Contra a Constituição não. Contra o Ato.

Brossard – (firmando os olhos em Argemiro) – Emenda Constitucional regularmente aprovada faz parte integrante da Constituição. Era a Emenda nº 4. Daí então a mortalidade infantil passou a ser derivado do parlamentarismo, a seca no Nordeste era resultado do parlamentarismo, assim por diante. Uma propaganda maciça feita criminosamente... Restabeleceram o regime presidencial e deu no que deu. (expressão de “bem feito”) Volto a dizer: se o Sr. João Goulart tivesse continuado como um presidente parlamentar teria terminado seu período tranquilamente e entrado pra História...

Ziraldo – De outra maneira, é o que o senhor quer dizer?!

Argemiro – Ele alegou que não queria terminar o período mas sim fazer as reformas.

Brossard – (ri) Ora, que reformas? (em tom de galhofa) Reformas?

Félix – Havia reformas sim.

Brossard – (Para Ziraldo) – Estou dando a minha opinião.

Argemiro – Da honestidade delas o senhor pode duvidar, mas havia um presidente disposto a fazer reformas e um parlamento que era conservador. Me parece que a questão é essa.²⁰⁹

Uma outra entrevista significativa para a análise da memória sobre a conjuntura em torno de 1964 é a do general Pery Bevilacqua, e que por ser o então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, desfrutava de uma certa proximidade junto ao presidente João Goulart.

Félix – Notei que o senhor se refere sempre ao movimento de 31 de março.

Pery – Sim, pois não houve Revolução. Não se pode dizer nem que houve uma contra-revolução pois não havia revolução desencadeada. Houve sim

²⁰⁹ BROSSARD, Paulo. Brossard: no fundo, no fundo um libertador. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1978, p. 8-15.

uma anti-revolução, um movimento anti-revolucionário para responder à ameaça feita publicamente pelo CGT no comício de 13 de março, quando lançou um repto para que o Congresso passasse as reformas indicadas pelo Presidente dentro de 30 dias sob pena do CGT passar às ações concretas inclusive à paralisação geral do país. Estávamos contando os dias para uma greve geral promovida pelo CGT, órgão espúrio e ilegal, falso monitor da opinião proletária, um intrujão paralisando o país para fins políticos!

Félix – No dia 31 de março o senhor esteve com Goulart, né?

Pery – Mas ele não me deu ouvidos. Vou lhe contar. No dia 28 de março, sábado, neste mesmo gabinete, recebi a visita do meu amigo General Humberto Castelo Branco e do Brigadeiro Assis Correa. Naturalmente não podíamos deixar de conversar sobre a situação em que estava o país e que vinha se agravando desde 13 de março. Na Semana Santa havia tido aquela rebelião dos Marinheiros fuzileiros que se meteram no Sindicato dos Metalúrgicos permanecendo lá três dias numa atitude de desafio às autoridades militares e civis. Conversamos sobre isso e respeitaram minha posição delicada por exercer um cargo de confiança do Presidente da Republica, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Por isso não podia conspirar. (...)

Ziraldo – O senhor não era chefe do EMFA?

Pery – Sim, mas não tinha o comando de tropas. João Goulart, pressionado pelo CGT, havia me tirado do comando do II Exército contra a minha vontade quando havia me declarado espontaneamente que jamais o faria. Em setembro de 63 houve uma revolta de sargentos em Brasília. Às seis horas da manhã recebi um telefonema do Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, me pondo a par do que estava acontecendo. Me fardei imediatamente, fui pro quartel-general e tive a sorte de impedir a publicação do manifesto do cabeça do movimento, sargento Cavaleiro, que a bem da disciplina tinha sido transferido de Porto Alegre pra São Paulo.

Ricky – João Goulart tinha lhe prometido que o senhor permaneceria no II Exército?

Pery – Enquanto eu desejasse. Dois meses depois mandou apenas Assis Brasil, chefe da Casa Militar, me comunicar que havia feito minha nomeação para o EMFA. E como ele era muito meu amigo - tinha sido meu chefe do Estado Maior em Porto Alegre – ficou muito cheio de dedos ao dizer que o Presidente tinha lhe mandado lá pra falar sobre a minha ida pro EMFA. Cortei logo a história: “Diga ao Presidente que agradeço o convite mas não o aceito. Prefiro ter comando de força. Entendo que os generais que assumiram maior responsabilidade na crise da renúncia do Jânio Quadros precisamos continuar com comando” Assis Brasil ficou suando frio: “Acontece que não é propriamente um convite.” “Como?” “É um decreto assinado.” Quase cai pra trás. João Goulart tinha assumido esse compromisso comigo espontaneamente. Depois vim a saber que tinha recebido uma comissão de elementos das classes conservadoras de São Paulo – à frente estava o Dr. Rafael Noschizzi, presidente da Federação das Indústrias – que foi tratado muito mal. Goulart devia estar com o diabo no corpo, sei lá, e disse pra eles: “Os senhores fiquem sabendo que posso apertar um botão e tocar fogo nesse país em 24 horas! E vou tirar o General Pery Bevilacqua do Comando do II Exército em São Paulo porque insultou os meus amigos!” Referia-se aos patifes do CGT, a quem eu havia classificado de “verdadeiro serpentário de peçonhentos inimigos da democracia, traidores da consciência democrática nacional” numa nota que redigi para orientar os sargentos que estavam sendo trabalhados para aquele movimento que deveria eclodir em São Paulo. O CGT estava promovendo uma greve geral em São Paulo de solidariedade aos sargentos que haviam se rebelado em Brasília e àqueles que iriam se rebelar

em São Paulo. Como a tônica dos manifestos estava sendo a “humilhação dos sargentos não poderem ser eleitos,” achei que devia emitir uma nota de modo que aqueles sargentos que estivessem vacilantes tomassem atitude firme dentro da legalidade e os que estivessem comprometidos pudessem reconsiderar sua atitude pois não havia razão nenhuma para que se sentissem humilhados. O Ministro do Supremo Tribunal Federal, como os demais juizes de tribunais superiores da Republica, também podiam votar mas não podiam ser votados por força constitucional da mesma maneira que ocorria com praças do pré.

Félix – Por isso é que o Cavaleiro não tinha sido empossado?

Pery – É, mas eles exploravam esse negocio da humilhação. Eu estava com tudo pronto para esmaga-los, tinha fontes de informações muito boas, sabia onde estavam os focos, fiz vir carros de combate de Campinas e cheguei a ocupar militarmente a Crista de Santana... enfim, tomei todas as medidas para esmaga-los rapidamente mas me doía ter que abrir fogo contra homens entre os quais muitos estavam iludidos por um equivoco. Pra não ter que apertar o gatilho fiz uma Nota de Instrução. Deu resultado. Ih, mas foi uma surpresa! Comecei a receber telegramas de toda parte do Brasil.

Ziraldo – Foi essa a ofensa a que o Jango se referiu?

Pery – Foi porque eu disse que humilhante sim era o conflito de sargentos com esses órgãos espúrios.

Ziraldo – O senhor não estava conspirando mas seus propósitos coincidiram com os dos conspiradores.

Pery – Minha posição era de firmeza dentro da legalidade. (...) Mas vamos retomar a historia de 31 de março. No dia 30 houve aquela reunião da qual falei.

Ziraldo – O senhor não sabia do que ia acontecer?

Pery – Não sabia de nada. (...) Não conspirei mas desconfiava que Castelo Branco estava conspirando. Não dormia de touca, né.²¹⁰

E finalmente a entrevista com o advogado Evandro Lins e Silva²¹¹ publicada na edição Nº 518 (01 a 07/06/1979) que ocupou diversos cargos de grande importância no governo Jango.

Joana – Como era seu relacionamento com o Jango?

Evandro – Eu era um amigo que lhe prestava uma colaboração. Não era um concorrente, não postulava nenhum emprego na Republica, não tinha

²¹⁰ BEVILACQUA, Pery. O general da anistia. *Pasquim*. Rio de Janeiro, 17 mar. 1978, p. 4-9.

²¹¹ Nascido em 18 de janeiro de 1912 na Ilha de Santa Isabel, PI. Em 1929 ingressou na Faculdade de Direito do Catete, RJ, quando também passou a trabalhar como jornalista. Em 1932 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais e passou a atuar como advogado criminal. Defendeu presos e acusados políticos durante a ditadura do Estado Novo, e mais tarde ajudou a fundar o Partido Socialista Brasileiro. Ocupou vários cargos no governo do presidente João Goulart, até se compulsoriamente aposentado no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, o ultimo que ocupou antes do golpe de 1964. Retornou a advocacia criminal, tendo como um de seus casos mais marcantes a defesa e absolvição do líder do MST José Rainha, que num primeiro julgamento havia sido acusado de homicídio e condenado a 26 anos de prisão. Escreveu numerosos trabalhos relacionados ao Direito Penal além de sua autobiografia e em 1998 passou a integrar a Academia Brasileira de Letras. No dia 12 de dezembro de 2002 foi hospitalizado devido a uma queda no Aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro. Momentos antes ele havia recebido o Premio Nacional de Direitos Humanos e todas as comendas que haviam sido cassadas pela ditadura militar. Cinco dias depois do acidente, faleceu. BRANCO, T. C. Evandro Lins e Silva: guardião da honra brasileira. *Migalhas*, São Paulo, 17 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16.MI148118.91041Evandro+Lins+e+Silva+guardiao+da+honra+brasileira>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ambição política, portanto, quando falava comigo estava com o espírito desarmado. Sabia que meus conselhos não tinham nenhum interesse nem queriam alcançar algo mais adiante. Não deve ter sido o mesmo tipo de conversa que tinha com os políticos do PTB. Era uma fase bastante tumultuada, sobretudo quanto à luta pela derrubada do parlamentarismo. Naquela fase, todo dia caía um gabinete, e então na hora era difícil saber quem seria ministro. Jango queria recuperar seus poderes que haviam sido usurpados.

Joana – Havia um plano estabelecido para tal, ou Jango foi agindo de acordo com os acontecimentos?

Evandro – Acredito que tenha seguido um programa de ação.

Rick – O senhor participava desse programa?

Evandro – Não tenha dúvida. Lutei muito, fiz reunião de todos os tribunais regionais eleitorais do país para a convocação do plebiscito. Vejam que eu, como Procurador, representava o Tribunal Eleitoral quando veio a Emenda Constitucional mandando submeter a plebiscito o regime que o país queria. Foi o Tribunal que estabeleceu as condições do plebiscito, que marcou data, e etc. Numa eleição comum os próprios candidatos promoviam a vinda dos eleitores do interior até as urnas, mas naquele caso houve muita dificuldade, porque os chefes políticos do interior não estavam interessados em que houvesse um plebiscito. A justiça eleitoral teve que ser muito mobilizada.

Rick – A votação a favor do presidencialismo foi maciça.(...)

Evandro – E com a volta do presidencialismo Jango disse que precisava de mim para organizar a Casa Civil, que retomava seu prestígio e poder político e administrativo. (...) A organização da Casa Civil deu um trabalho danado. Naquela conjuntura a Casa Civil não tinha muito relevo político, pois o Presidente da República era chefe de um partido, e o Ministro da Justiça, João Mangabeira, chefe de outro. Fiquei sobretudo com a parte administrativa, herdando as dificuldades do governo anterior, afogado na parte burocrática. Entrava na Casa Civil às sete horas da manhã e às vezes saía à meia-noite, deixando ainda um expediente imenso para resolver.

Zirardo – Quanto tempo o senhor trabalhou lá?

Evandro – Cinco meses. Em 63 exerci quatro grandes cargos da República. Até 21 de janeiro era Procurador-Geral. Até junho fui Chefe da Casa Civil. Até setembro fui Ministro das Relações Exteriores. E daí em diante fui Ministro do Supremo Tribunal Federal. (...) Mas a situação toda estava encaminhando para um impasse invencível. Da maneira que as coisas estavam sendo conduzidas, dificilmente o governo resistiria, porque em todos os setores iam-se formando correntes de opinião que julgavam a situação caótica. Eu disse a Jango que achava acertada a observação do General Pery Bevilacqua, então comandante do II Exército, a respeito dos organismos estranhos – CGT, PUA, etc – que interferiam no sentido de desmoralizar os três poderes da República, Executivo, Legislativo e Judiciário.

Sergio – Pery Bevilacqua, a pedido de Juscelino, foi falar com Jango sobre isso. (vide PASQUIM 455)

Félix – Ministro, CGT e PUA não eram poderes da República, mas a pressão legítima dos trabalhadores. Os três poderes continuavam existindo.

Evandro – Depende do que se considera legítimo. Quando a classe trabalhadora toma iniciativas e faz reivindicações corretas e justas, isto é legítimo, mas quando está sendo impulsionado por movimentos espontâneos que são insinuados e influenciados por setores que nada tinham a ver, por pelegos a fazer greves com a segurança de uma total e absoluta impunidade mesmo diante de seus desatinos... O que sentia era menos o temor de reivindicações de natureza social e econômica do que o temor do caos.

Estabelecia-se uma confusão generalizada. Ora, não é possível que o Ministro da Marinha fosse desautorado como no episódio dos marinheiros.

Felix – isso não teve nada a ver com CGT e PUA.

Evandro – Estou dando uma idéia do caos, da indisciplina e do desrespeito a tudo. Começava a se duvidar até de que Jango quisesse entregar o poder.

Sérgio – Para fazer a República sindicalista no Brasil?

Evandro – Exatamente. As candidaturas de Lacerda e Juscelino estavam lançadas mas o Presidente da República não apoiava nenhuma das duas nem lançava a sua própria.

Felix – Quanto tempo faltava pra Jango deixar o poder? Dois anos. Não tinha porque se definir. Também não há nenhuma necessidade disso. Esta é uma duvida posta pelo Lacerda, Lincon Gordon e outros. Olha, João Goulart foi o presidente mais democrático que esse país já teve, mais até que o Juscelino.

Evandro – Não contesto que tenha sido democrático. Se não o fosse eu não lhe teria prestado serviços, mas o fato de ser democrático não o impediu de desobedecer a certas regras do jogo no desempenho de seu mandato presidencial. (...)

Félix – Sobre a indisciplina, quero dizer que o Presidente João Goulart, por ser democrático, estava quebrando uma disciplina reacionária e elitista no país, permitindo a participação de massas de trabalhadores e de pessoas que formam 95% da população brasileira, mas que até hoje são marginalizadas.

Evandro – Isso pode ser feito sem a necessidade de quebrar e modificar o sistema democrático de governo.²¹²

No caso da entrevista de Paulo Brossard é interessante notar a postura combativa dos jornalistas, que foram rebatendo um a um os argumentos de Brossard a respeito da postura dos militares em relação à posse de Jango e da recusa ao regime parlamentarista e relacioná-la com o título da entrevista “Brossard: no fundo, no fundo um libertador”, uma clara ironia ao fato do entrevistado se considerar um democrata, mesmo com opiniões claramente conservadoras a respeito dos acontecimentos que antecederam ao golpe militar, sendo que ele que na época era parlamentar.

Já no caso de Pery Bevilacqua os entrevistadores são bem mais contidos, e vão encaminhando as perguntas de modo a deixarem o general prosseguir com o seu relato sobre as circunstâncias que antecederam ao golpe. Na época, Pery tinha um cargo importante no Exército que lhe colocava em relação direta tanto com as altas esferas do governo quanto das Forças Armadas, e seu relato se caracteriza por essa visão, até certo ponto, mais ampla da situação. Porém, ao longo da narrativa, transparece o seu ressentimento por ter sido preterido pelo presidente João Goulart quando foi afastado do comando do II Exército, assim como sua antipatia pelo Comando Geral dos Trabalhadores, que nos idos de 1964 era uma das principais forças do movimento trabalhista e pressionava o governo Jango pelas reformas. Embora ele não considere o movimento de 1964 uma revolução, e faça questão de afirmar na entrevista

²¹² SILVA, Evandro Lins e. Confissões de um brasileiro ecumênico. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 01 jun. 1979, p. 4-7.

que não conspirou contra o governo, ele deixa escapar um certo olhar reacionário quando se refere ao CGT como “verdadeiro serpentário de peçonhentos inimigos da democracia, traidores da consciência democrática nacional”.

Dos três Evandro Lins e Silva definitivamente representa o lado do governo Jango em seu relato. Além de ser amigo de João Goulart, participou de seu governo em diferentes funções e acompanhou toda a luta empreendida a favor do retorno do presidencialismo, a pressão dos movimentos organizados pelas reformas de base e também de setores mais conservadores pela derrocada de Jango. Ele, assim como Pery Bevilacqua e Paulo Brossard eram considerados e se consideravam “democratas”, que acima de tudo defendiam a legalidade, ainda que suas falas demonstrassem em alguns momentos um certo conservadorismo e o ranço de preconceitos, principalmente em relação aos movimentos de trabalhadores organizados antes do golpe de 1964.

São entrevistas com figuras ilustres, bastante ativas no cenário político nacional durante o período que antecedeu o golpe militar. Um parlamentar, um militar legalista, e um advogado que fez parte do primeiro escalão do governo Jango. Cada um deles com posições políticas e ideológicas tão distintas quanto suas trajetórias sociais. A respeito de temas como o regime parlamentar, o plebiscito pela volta do presidencialismo, as ações do CGT e as decisões tomadas pelo presidente João Goulart. Eles apresentam posicionamentos que podem divergir ou convergir. É pra se pensar o porquê das três entrevistas serem exercícios de memória que percorrem caminhos tão diferentes assim.

E para responder a essa questão podemos novamente recorrer a Halbwachs, para o sociólogo cada um de nós pertenceria não apenas a uma, mas a várias coletividades no decorrer de nossas vidas, e isto faria com que o nosso ponto de vista, aparentemente individual sobre o passado, seja na verdade um resultado da multiplicidade das inserções e afastamentos dos vários grupos dos quais fizemos parte, e também das posições distintas que possamos ter ocupado em cada um desses grupos.²¹³ Um outro sociólogo, Michael Pollack, observa a existência de inúmeras memórias coletivas em uma sociedade, porque são inúmeras as unidades que compõem uma sociedade. Logo haveria uma multiplicidade de memórias em disputa.²¹⁴ Podemos completar esse raciocínio com as considerações do historiador Alessandro Portelli, que chama atenção para o fato que “*em sociedades complexas, os indivíduos fazem*

²¹³ TÂMBARA, A. C. Estudo analítico da memória histórica de um ferroviário. In: PELEGRINA, G. R. op. cit. p. 13.

²¹⁴ ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.) Fontes históricas. Editora Contexto: São Paulo, 2010, p. 167.

parte de diversos grupos, dos quais extraem as diversas memórias, organizando-as de forma idiossincrática.”²¹⁵

Analisando as entrevistas publicadas pelo *Pasquim* entre os anos de 1978 e 1980, percebemos essa multiplicidade ideológica, esse grande mosaico de opiniões sobre alguns dos principais temas relevantes naquela conjuntura histórica. Nesse aspecto as entrevistas publicadas no jornal e analisadas neste trabalho são “documento-monumento”. O conceito é desenvolvido por Jacques Le Goff, que considera documento como resíduo imparcial e objetivo do passado, enquanto que monumento teria como característica a intencionalidade, a atribuição de significado.²¹⁶ O autor analisa o que aproxima e o que afasta ambos os conceitos, pois por um momento eles parecem ter uma extrema similaridade, ou serem quase a mesma coisa. Mas no instante seguinte eles parecem ser bastante distintos, embora em sua origem sejam interdependentes. O autor afirma que o que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder, pois não existe um documento objetivo, inócuo, primário. Ele também afirma que o dever principal do historiador é fazer a crítica do documento enquanto monumento, pois o documento é um produto da sociedade que o fabricou. E vai além, para ele somente a análise do documento enquanto documento permitiria sua recuperação pela memória coletiva e seu uso científico pelo historiador.

O documento não é inócuo. Antes de mais, é o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, também pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando o seu significado aparente. O documento é monumento. É o resultado do esforço realizado pelas sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não passar por ingênuo. (...) qualquer documento é, ao mesmo tempo verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.²¹⁷

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Ibid. p. 183.

²¹⁷ LE GOFF, Jacques. História e Memória: II volume Memória. Trad. Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2000. (Lugar da História, 58). Título original: *Storia e memoria*.

CONCLUSÃO

A proposta de analisar o *Pasquim* como fonte e objeto de estudo com um enfoque nas grandes entrevistas publicadas entre os anos de 1978 e 1980 só foi possível com uma discussão prévia de duas circunstâncias históricas a ele relacionadas. Primeiramente, o contexto político, social e cultural em que o semanário foi lançado, alguns meses após o estabelecimento do AI-5. Contrastando com o clima “pesado” que se estabeleceu no ano de 1969, em virtude da censura aos meios de comunicação e da perseguição sem trégua aos opositores do regime, o *Pasquim* era “leve”. Era um jornal sem padrão, fundamentado essencialmente no humor, idealizado por “esquerdistas festivos” e concebido em discussões nos bares de Ipanema, num clima de vanguarda e de experimentalismo que foram decisivos para a revolução que o semanário promoveu, tanto na linguagem jornalística, quanto no comportamento social.

Mas “leve” não significa ameno ou alienado, pois desde o seu início o jornal trazia um conteúdo explicitamente provocativo, que não poupava ninguém, governo ou instituições, todos eram alvos do humor produzido pelo *Pasquim*. Isso sem contar que vários dos colaboradores do jornal eram subversivos observados atentamente pelos militares. A equipe do jornal pagou caro por sua irreverência, mas o jornal mesmo sob censura prévia resistiu por mais de uma década, feito que apenas poucos alternativos alcançaram.

A longevidade do semanário nos leva ao segundo momento que essa pesquisa tratou de contextualizar, o processo de abertura política ocorrido no final dos anos de 1970. Isso devido ao recorte histórico a que essa pesquisa se propõe, a análise das entrevistas publicadas pelo jornal entre os anos de 1978 e 1980. Pode-se dizer que o contexto mencionado foi o “canto do cisne” do periódico, pois embora o jornal fenecesse lentamente por conta de problemas de ordem financeira, o *Pasquim* absorveu de maneira muito inteligente o clima de ebulição social por conta do processo de redemocratização. As páginas do *Pasquim* foram permeadas por questões que naquele momento estavam na ordem do dia, como a campanha pela anistia, as eleições legislativas e presidenciais de 1978, as greves que eclodiram em diversos segmentos profissionais, a reorganização do movimento estudantil, a violência praticada pelo Estado. Enfim, o jornal demarcou sua posição política e ideológica e reafirmou sua relevância naquele contexto. Quase todas as personalidades políticas que estavam em evidência foram entrevistadas pelo jornal. De Magalhães Pinto a Lula, de Severo Gomes a Vladimir Palmeira, todos tiveram um espaço no *Pasquim* e puderam reforçar as discussões

com sua variedade de posturas e opiniões, compondo um mosaico muito rico e representativo daquele contexto histórico.

No primeiro capítulo pretendeu-se fazer uma contextualização histórica do cenário político, social e econômico em que foi criado o *Pasquim*, no final dos anos de 1960, passando por seu auge na primeira metade dos anos de 1970 até sua lenta derrocada por conta de questões financeiras no início dos anos de 1980. O semanário surgiu em um contexto de intenso recrudescimento da ditadura civil-militar por conta do AI-5, que pôs fim a toda a agitação social dos anteriores. Durante o período, o aparelhamento do Estado repressor foi aperfeiçoado em todos os níveis para combater a principal ameaça de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional que era o chamado inimigo interno. Nesse contexto, o governo Médici intensificou a política de linha dura, que operava cada vez mais além das fronteiras da ilegalidade, com o uso amplo de métodos violentos aprovados pela alta cúpula do regime, ainda que não se defendesse isso publicamente. Neste processo buscou-se a eliminação da oposição organizada, sobretudo da esquerda armada, que viu suas principais organizações dizimadas pelo governo, mas que, curiosamente, gerou quadros que atuariam na política brasileira décadas depois, durante e após o processo de redemocratização.

Por outro lado, a sociedade brasileira assistiu nesse mesmo período a expansão da economia por conta do chamado milagre econômico, ocorrido entre os anos de 1969 e 1973, durante o governo Médici. Um momento em que mais uma vez foi posta em prática a cultura política e econômica nacional desenvolvimentista, gestada décadas antes, dessa vez com o intuito de promover o crescimento da economia e um ideário nacionalista e de autoafirmação, contrabalanceando, assim, os chamados anos de chumbo. Essa política serviu para aumentar o papel do Estado na economia e o aumento do mercado consumidor, gerando também um aumento na concentração de renda, contribuindo para aprofundar as desigualdades sociais. Neste processo, a disparidade regional ficou cada vez mais ampla, sendo que as regiões Sul e Sudeste concentraram a maior parte das riquezas produzidas no país, bem como os avanços sociais em detrimento das regiões Norte e Nordeste. Essa dicotomia resultante do processo de modernização conservadora, pelo qual passou nossa sociedade entre os anos de 1960 e 1970, baseou-se em um modelo político conservador, no qual os valores democráticos ficaram em segundo plano, foi uma combinação ambígua de controle e expansão que teria fundamentado nossa sociedade. Nesse contexto, também, podemos inserir a lógica da indústria cultural, estabelecida no Brasil entre os anos de 1960 e 1970, que atuava de alguma maneira como mediadora entre o autoritarismo do Estado, que se manifestava por meio da censura e a

produção intelectual e artística brasileira, na qual se insere o jornal *O Pasquim*, fonte e objeto de estudo desse trabalho.

O capítulo também abordou o processo de distensão “lenta gradual e segura” ocorrido no período de 1974 e 1979, em parte devido ao enfraquecimento do apoio norte-americano às ditaduras militares da América do Sul, e em parte devido aos efeitos gerados pela crise do petróleo de 1973, que pôs em xeque o apoio de uma vasta parcela do empresariado em relação ao governo. A esses aspectos somou-se a pressão de diversos setores da sociedade brasileira, cansados dos desmandos do governo, possibilitando a Campanha pela Anistia, que norteou todo o processo de abertura política, durante todo o período.

O segundo capítulo abordou o contexto cultural de surgimento do *Pasquim* no final dos anos de 1969 e o modo como o jornal influenciou toda uma geração por ser um veículo de comunicação de perfil contracultural. A influência promovida pelo jornal foi além do âmbito da revolução da linguagem e dos costumes no cotidiano dos leitores. Mas também abarcou uma revolução na linguagem jornalística e publicitária por conta de todo experimentalismo que permeava suas páginas, tanto que seu formato e linguagem passaram a ser vistos como referência, como uma nova forma de se comunicar com o público leitor, geralmente jovem e universitário.

Outro aspecto importante abordado foi a questão do humor no *Pasquim*, que era seu principal trunfo e funcionava como válvula de escape e resistência nunca época tão dura, de autoritarismo e perseguições. Nem mesmo a censura prévia impediu que o periódico destilasse seu sarcasmo e escárnio em charges, cartuns e piadas altamente irônicas que marcavam a posição de esquerda do jornal, fazendo frente ao regime militar, sempre com muito humor. Entre os principais chargistas que trabalharam no *Pasquim* foi destacada a participação de Henfil, criador de personagens, como os fradinhos, a Graúna e vários outros que refletiam os problemas e as contradições presentes na sociedade brasileira.

O capítulo também abordou o *Pasquim* em meio ao contexto da chamada imprensa alternativa dos anos de 1970, que foi ganhando cada vez mais espaço por seu desprendimento ideológico em tratar de temas proibidos à grande imprensa, inclusive de críticas ao momento político vivido pela sociedade brasileira. Além de funcionar como um catalisador do descontentamento social com o regime político, a imprensa alternativa também absorvia uma grande parte dos profissionais do jornalismo mal quistos nos grandes veículos de comunicação por suas posturas político-ideológicas. Entre todos os alternativos o *Pasquim* foi o que teve maior longevidade e o que teve maior sucesso de vendas. E esse dado se deve não apenas à postura transgressora do jornal, de crítica aos costumes e ao sistema vigente, mas,

sobretudo ao humor, sua principal tônica. Tanto que sua lenta decadência se deve tanto ao envelhecimento de sua linguagem, que acabou ficando esquemática demais, quanto aos problemas financeiros acumulados durante anos. Pois embora o periódico pudesse contar com um rol de anunciantes fieis, e com os lucros gerados pela Editora Codecri que publicava o *Pasquim* e diversos outros livros de sucesso, a postura antiempresarial da equipe dirigente era predominante e acabou sendo determinante para o fim do semanário.

O objetivo proposto pelo terceiro e último capítulo, a análise das entrevistas publicadas no jornal *Pasquim* como fonte e objeto de estudo se estruturou seguindo um percurso. Primeiramente as entrevistas foram analisadas de forma mais objetiva por seus aspectos únicos, como por exemplo sua linguagem, que a tornavam diferentes de tudo o que se produzia na época. Foram classificadas de acordo com o perfil dos entrevistados, tais como, políticos, exilados, intelectuais, artistas, etc. E também classificadas por sua própria forma, entre semiestruturadas e livres.

Num segundo momento, a análise foi mais aprofundada, partindo da conjuntura política e social da época em questão, o período de redemocratização brasileira, com suas controvérsias e expectativas, principalmente em torno de questões como a revogação do AI-5 e a Campanha pela Anistia. Neste aspecto se destacaram as entrevistas com os exilados políticos e com outras personalidades que gravitavam em torno da ditadura civil-militar de alguma forma. Num período em que o jornal não circulava mais sob censura prévia, e portanto, tinha uma liberdade maior para tratar dessas importantes questões, assim como para fazer críticas mais diretas às ações do Estado. A ênfase numa temática voltada mais para questões de cunho político foi tamanha tanto nas entrevistas, quanto nas reportagens e nas colunas e pode-se observar na maior parte das edições publicadas neste período. Até o humor, principal característica do jornal, estava mais “politizado”.

E, finalmente, a análise das entrevistas enquanto relatos de vida. Muitas delas são exatamente isso, ricos relatos de vida em que os entrevistados põem-se a contar sobre sua infância, juventude, militância política, prisão, exílio, participação em momentos decisivos para as suas vidas e para a história do país. E se considerarmos que uma experiência pessoal pode ser representativa e fornecer informações sobre a história de uma sociedade e sobre os diversos grupos que a compõem, o *Pasquim* não se consolida apenas como mediador de todos aqueles diferentes posicionamentos políticos e porta-voz dos anseios e expectativas de uma geração, mas também como um produtor de fontes históricas, e consequentemente como produtor de história.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ADORO Cinema: personalidades. Disponível em:

<<http://www.adorocinema.com/personalidades/personalidade-544119/biografia/>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

AGUIAR, F. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 233-247.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) Fontes históricas. Editora Contexto: São Paulo, 2010. p. 155-202.

ALMEIDA, M. H. T.; WEIS, L. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. (Historia da Vida Privada no Brasil, 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-409.

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARNOLDI, M. A. G. C.; ROSA, M. V. F. P. C. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BIOGRAFIAS da resistência. In: Memórias da ditadura.

Dom Paulo Evaristo Arns. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-paulo-evaristo-arns/>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

BIOGRAFIAS da resistência. In: Memórias da ditadura.

Gregório Bezerra. Disponível em:

<<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/gregorio-bezerra/>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

BIOGRAFIAS da resistência. In: Memórias da ditadura.

Paulo Freire. Disponível em:

<<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/paulo-freire/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BOEHM, C. Delegacia da mulher deu início, há 30 anos, a políticas de combate à violência.

EBC – Agência Brasil, São Paulo, 6 ago. 2015. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/ha-30-anos-delegacia-da-mulher-deu-inicio-politicas-de-combate>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

BRAGA, J. L. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba*. Brasília: Editora UNB, 1991.

BUZALAF, M. N. *A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não silenciadas de uma geração*. Tese de Doutorado. Assis, SP: Universidade Estadual Paulista, 2009.

BUSETTO, A. A mídia brasileira como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, R. N. N. et alii (Org.). *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes, 2008. p. 9-23.

CARDOZO, E. M. O. O 22 de setembro e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Prainha Herald Tribune*, São Paulo, 22 set. 2015. Disponível em: <<https://prainhaht.wordpress.com/2015/09/22/o-22-de-setembro-e-a-pontificia-universidade-catolica-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

CARTA de Princípios do CBA/ SP - julho de 1978. In: Fundação Perseu Abramo. Disponível em :<<http://www.fpa.org.br/campanha-pela-anistia>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CASTRO, Ruy. *Ela É Carioca*: Uma Enciclopédia de Ipanema. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CIAMBARELLA, A. “Anistia ampla, geral e irrestrita”: a campanha pela anistia política no Brasil (1977-1979). Dissertação de Mestrado. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2002.

CORREA, T. S. A era das revistas de consumo. In: LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 207-232.

CPDOC. In: Fundação Getúlio Vargas. Francisco Julião. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/francisco_juliao>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CPDOC. In: Fundação Getúlio Vargas. Magalhães Pinto. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/magalhaes_pinto>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CPDOC. In: Fundação Getúlio Vargas. Peri Bevilacqua. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/peri_bevilacqua>. Acesso em: 10 jun. 2016.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAVIS, N. Z. O povo e a palavra impressa. In: DAVIS, N. Z. *Culturas do povo*: sociedade e cultura no início da França moderna. Trad. Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 157-185.

DICIONÁRIO de direitos humanos. In: Escola Superior do Ministério Público da União. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tikiindex.php?page=Justiça+de+transição>> Acesso em: 22 jan. 2015.

DINIZ, Leila. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1969, p. 9-13. O Martelo.com: musas. Disponível em: <<http://www.omartelo.com/omartelo23/musas.html#alto>> . Acesso em: 8 jun. 2016.

DREIFUSS, R. A. 1964: *A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

EVANDRO Lins e Silva: guardião da honra brasileira. *Migalhas*, São Paulo, 17 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16.MI148118.91041Evandro+Lins+e+Silva+guardiao+da+honra+brasileira.>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FERNANDES, M. *Millôr no Pasquim*. São Paulo: Circulo do Livro, 1977.

FORBES, J. S. Primavera feminista: o lugar de mulher é na política. *Carta Capital on line*, São Paulo, 6 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/primavera-feminista-o-lugar-da-mulher-e-na-politica-8213.html>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

GARCIA, M. C. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política". *Cadernos Pagu*, n. 8/9, p. 319-342, 1997. Apud. In: SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003>. Acesso em: 3 jun. 2016.

GASPARI, E. A atualidade do Riocentro chama-se impunidade. *Universo on line*. Jornal do Commercio, Recife, 24 out. 1999. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_1999/2410/ega2410.htm> . Acesso em: 25 jul. 2016.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2009. p. 640-668.

HALBWACHS, M. A. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990, p. 81-82. Apud. In: TÂMBARA, A. C. Estudo analítico da memória histórica de um ferroviário. In: PELEGRINA, G. R. *Memórias de um ferroviário*. Bauru: EDUSC, 2000.

INTERPRETES do Brasil. Disponível em: <<http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/65.av>> . Acesso em: 10 jun. 2016.

JEANNENEY, J. A mídia. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 213-230.

JOFFILY, M. O aparato repressivo: da arquitetura ao dismantelamento. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158-171.

KUCINSKI, B. *Jornalista e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2003.

KUSHNIR, B. Colaboração e imprensa no pós-1964: um outro foco da questão. *Pós-História-Revista de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista*. São Paulo, a. 12 (12): p. 101-110, 2004.

KUSHNIR, B. A grande imprensa apoiou o golpe e a ditadura. *Carta Capital digital*, São Paulo, 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-grande-imprensa-apoiou-o-golpe-e-a-ditadura-e-nao-teve-papel-relevante-para-o-fim-do-regime-1979.html>> Acesso em: 02 fev. 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória: II volume Memória*. Trad. Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2000. (Lugar da História, 58). Título original: *Storia e memoria*.

LUNA, F. V. KLEIN, H. S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 66-91.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 92-111.

MELO, M. Jornal Binômio: do humor à perseguição política. *Carta Capital on line*, São Paulo, 9 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/binomio-o-jornal-que-foi-do-humor-a-perseguiçao-politica922.html>>. Acesso em : 10 jun. 2016.

MINOIS, G. O século XX: morrer de rir. In: MINOIS, G. *História do riso e do escárnio*. Trad. Maria Helena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Unesp, 2003. p. 553-592.

MORRE o ministro aposentado Paulo Brossard. *Migalhas*. São Paulo, 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI218798,11049Morre+o+ministro+aposentado+Paulo+Brossard>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ORTIZ, R. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 112-127.

PORTARI, D. Repórter velho de guerra. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, 15 de fev. 2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/reporter-velho-de-guerra/>> Acesso em : 25 jul. 2016.

REGO, N. P. *Pasquim: gargalhantes pelepas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996. (Arenas do Rio).

REIS, D. A. A ditadura faz cinqüenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 11-29.

REIS, D. A. A vida política. In: REIS, D. A. (Org.). *Modernização, ditadura e democracia: 1964 – 2010*. (História do Brasil Nação: 1808 – 2010, 5). Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: MAPFRE, 2014. p. 75-125.

RÉMOND, R. Do político. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450.

RIDENTI, M. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: DELGADO, L.; FERREIRA, J. (Org.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, (O Brasil republicano, 4). p. 133-165.

RIDENTI, M. Cultura. In: REIS, D. A. (Org.) *Modernização, ditadura e democracia: 1964 – 2010*. (História do Brasil Nação: 1808 – 2010, 5). Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: MAPFRE, 2014. p. 233-283.

RODEGHERO, C. S. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 172-185.

RODRIGUES, A. F. *Como elaborar artigos*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2011.

RODRIGUES, A. F. *Como elaborar referência bibliográfica*. 7. ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2008, (Metodologias, 1).

RODRIGUES, A. F. *Como elaborar e apresentar monografias*. 4 ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2013, (Metodologias, 3).

RODRIGUES, A. F. *Como elaborar citações e notas de rodapé*. 5. ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2009, (Metodologias, 2).

ROLLEMBERG, D. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, L.; FERREIRA, J. (Org.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, (O Brasil republicano, 4). p.43-91 .

SANTOS, B. C. *Quem ri por último não entendeu a piada: as dicas de O Pasquim (1969-1974)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, 2002.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003>. Acesso em: 3 jun. 2016.

SILVA, F. C. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: DELGADO, L. e FERREIRA, J. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, (O Brasil republicano, 4). p. 243-282.

SILVA, M. Henfil rindo da ditadura – Fradim (1971/1980). In: NAPOLITANO, C. J. et alii. (Org.). *O golpe de 1964 e a ditadura militar em perspectiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 130-153.

SILVA, S. H. C. Anistia política: confronto e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TÂMBARA, A. C. Estudo analítico da memória histórica de um ferroviário. In: PELEGRINA, G. R. *Memórias de um ferroviário*. Bauru: EDUSC, 2000. p. 11-22.

VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

Fontes

A MORTE de Vlado. *Ex*, São Paulo, n. 16, nov. 1975, p. 33-40.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. É que o povo é tão bom que acaba te envolvendo. É como...como cachaça. *Pasquim*, Rio de Janeiro, N°. Especial abr. 1978, p. 17-20.

BEVILACQUA, Pery. O general da anistia. *Pasquim*. Rio de Janeiro, 17 mar. 1978, p. 4-9.

BEZERRA, Gregório. O frio e sanguinário Gregório Bezerra. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1979, p. 10-21.

BROSSARD. Paulo. Brossard: no fundo, no fundo um libertador. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1978, p. 8-15.

FAORO, Raymundo. Faoro: uma aula completa sobre história, política, leis, democracia, Estado (forte, de Direito) habeas corpus, liberalismo. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1978, p. 10-15.

FEMINISTAS x Ziraldo. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 17 out. 1980, p. 16-18.

FREIRE, Paulo. Paulo Freire, no exílio, ficou mais brasileiro ainda. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 05 mai. 1978, p. 10-14.

FRIAS, Lena. Uma história de terror. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1978, p. 28-30.

HERSH, Seymour. Profissão repórter: Tenho o melhor emprego do mundo. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1978, p. 10-14.

JULIÃO, Francisco. Um pau-de-arara no exílio. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 05 jan. 1979, p. 12-17.

JULIÃO, Francisco. Um pau-de-arara no exílio: 2ª parte. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1979, p. 10-16.

PASQUIM bota a boca no mundo pra que não matem os presos políticos uruguaios. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1979, p. 9.

PINTO, Magalhães. Tudo azul ou não? Na sucessão. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 02 mar. 1978, p. 6-12.

RABELO, José Maria. Uma família brasileira no exílio. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1978, p. 12-15.

SBPC: Os professores estão aprendendo com a juventude. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 04 jul. 1980, p. 10-12.

SILVA, Evandro Lins e. Confissões de um brasileiro ecumênico. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 01 jun. 1979, p. 4-7.

SILVEIRA, Joel. Joel Silveira do alto dos seus 60 anos: “Meu voto pra presidente é pro Faoro!”. *Pasquim*. Rio de Janeiro, 22 set. 1978, p. 10-15.

SOUZA, Coronel Fernão Guedes de. Presídios não corrigem ninguém. Pelo contrário, pervertem. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1978, p. 10-12.

ANEXOS

Lista para consulta:

Anexo A: texto *A gripe do Pasquim*, publicado na edição de Nº 500 de janeiro de 1979.

Anexo B: anúncios publicados no Pasquim em várias edições.

Anexo C: coluna *É isso aí*, escrita por Sérgio Augusto, publicada na edição de Nº 476 de agosto de 1978.

ANEXO A

A "GRIPE" DO PASQUIM

1 de novembro de 1970, domingo

Fortuna e eu estávamos na piscina de um clube no litoral de Campos. Ainda era de manhã bem cedo, mas já bebia gin-tônica (ou melhor: já bebia, não; ainda bebia. A gente emendou de uma festa para a piscina). Como não tinha levado calção, dava os meus mergulhos de cueca, mesmo. Uma cueca fechada que parecia calção de banho.

— Você é o Sérgio Cabral? Seu primo telefonou pedindo pra você se comunicar imediatamente com a sua casa.

Havia deixado minha roupa na casa de amigos e peguei emprestados uma calça, um sapato e uma camisa e fui para o centro da cidade, telefonar da redação de um jornal de Campos. Enquanto a ligação não se completava, começava a ficar muito nervoso, imaginando o que poderia acontecer de tão grave para justificar um telefonema daqueles. Desconfiei de qualquer coisa muito grave acontecida com um dos meus filhos na praia. Para falar a verdade, pensei em afogamento mesmo.

— Alô! Alô! Sou eu, Sérgio!

E minha mulher deu a notícia:

— A polícia invadiu a redação do PASQUIM e prendeu todo mundo.

Oito anos depois, posso contar: recebi a notícia com um alívio danado. Nenhum filho meu tinha morrido afogado.

Nossos amigos de Campos levaram-nos até o aeroporto, de onde um pequeno avião particular nos conduziu até o aeroporto Santos Dumont. Haveria polícia no aeroporto? Era o que pensava nos vinte minutos de viagem.

Não havia ninguém. Fui pra minha casa no Leblon e Fortuna foi para casa dele, em Santa Teresa. Tomei um banho, mudei de roupa, comi qualquer coisa e fui para a gráfica, onde estava sendo impresso o número do PASQUIM. O pessoal da montagem do jornal e da secretaria gráfica já estava em cana, mas a edição poderia ser rodada. Dei uma olhada e parei numa brincadeira na página 14: uma reprodução de quadro da Independência do Brasil, apresentando D. Pedro, com a espada erguida, gritando:

— Eu quero é mocotô!

Uma boa piada mas que só funcionava na época, logo depois do Festival Internacional da Canção Popular em que o Erlon Chaves cantou a música de Jorge Ben e foi em cana por ter bijado a boca de três ou quatro brancas. Coisas da democracia racial brasileira.

O diretor de publicidade e tesoureiro do jornal, José Grossi, que me acompanhou até a oficina, sugeriu que a piada fosse retirada. Recusei a sugestão. Depois, eu soube que a nossa prisão seria de apenas duas semanas, mas que o Ministro do Exército da época, Orlando Geisel, deu ordens para que fosse esticada para dois meses, como punição por aquela piada. Pelo menos foi essa a versão que me foi contada.

Sai da oficina e fui para o restaurante Nino's, onde encontrei um tenente-coronel, meu antigo conhecido, com quem reclamei pela prisão dos companheiros Ziraldo, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel, do Haroldinho e do fotógrafo Paulo Garcez, que havia se casado dois dias antes e estava, portanto, em plena lua-de-mel. Saira de casa para comprar goiabada e foi apanhado, onde concluímos que, no regime Garrastazu Médici, recém-casado não podia comprar goiabada.

Meu amigo militar pareceu surpreendido com a notícia e me encaminhou a um outro militar que, na época, exercia uma função qualquer no SNI. Este também ficou surpreendido e reagiu assim:

SÉRGIO CABRAL

SC NÃO LHE
PALHA A
MEMÓRIA

— Não é possível! Sabe qual é a ordem? A de não prender vocês, Oscar Niemeyer, D. Hélder Câmara e Chico Buarque de Holanda. Fui para casa dormir.

2 de novembro de 1970, segunda-feira

Nem sei se cheguei a dormir. Não devo ter dormido. Levantei no dia seguinte com um telefonema misteriosíssimo: um cara me dizendo que estava com uma encomenda do Rio Grande do Sul do Luiz Carlos Maciel pra mim. Poderia levá-la em minha casa? Você me espera? Só se eu fosse muito bobo. Já estava cansado de saber que Maciel estava em cana. Falei pra deixar a encomenda no PASQUIM porque estava saindo naquele momento para passar o feriado em Petrópolis.

Telefonei para o Flávio Rangel e fomos para a praia, que me parecia um lugar seguro. Vários amigos que fomos encontrando já sabiam das prisões e ficamos sabendo que não atingiam somente o pessoal do jornal, mas vários "suspeitos". O jornalista Joel Silveira, por exemplo, havia recebido um telefonema muito mais sincero do que o meu: o cara dizia que aguardasse em casa porque seria preso naquele dia. Joel arrumou sua maletinha, botou escova de dente, sabonete, etc. e esperou.

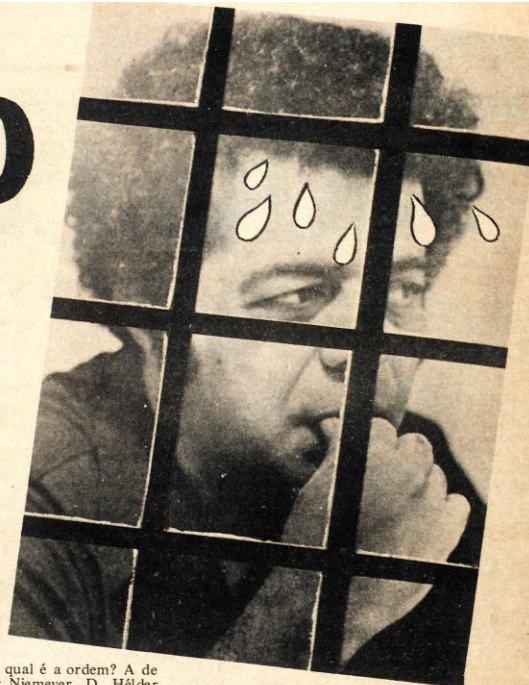
O problema é que o jornal tinha que ser feito até quarta-feira, último dia em que a oficina esperava o material para imprimir. Fui ao encontro do Millôr Fernandes e conversamos sobre o assunto. Ele botou um número na base da fábula do lobo e o cordeiro e sugeriu que eu ficasse em seu estúdio, onde, inclusive, dormi naquela noite.

3 de novembro de 1970, terça-feira

Leila Diniz me convocou para uma reunião em sua casa a fim de ser tomada uma decisão sobre o comportamento dos jornalistas do PASQUIM que ainda estavam em liberdade. Eu já achava naquela altura que, como presidente da empresa e editor do jornal, estava sendo procurado em todo o Brasil por todas as nossas forças armadas, além das polícias civil e militar, Corpo de Bombeiros, etc. Imaginava até a cena: meus companheiros na prisão submetidos a intermináveis interrogatórios até que respondessem à pergunta:

— Onde está o Sérgio Cabral?

Maravilhosa Leila Diniz! Estava preocupadíssima conosco e ofereceu casas de pessoas que nem ousou revelar agora, oito anos depois, para que ficassemos escondidos.



O fato é que novas prisões haviam sido feitas. Fortuna, mal chegou em casa, encontrou um grupo de agentes que o conduziu imediatamente para a Vila Militar.

Fui até o PASQUIM e lá estavam apenas algumas secretárias, que comunicaram imediatamente as visitas recebidas por figuras estranhas que estavam à nossa procura. Enquanto Millôr Fernandes praticamente escrevia toda a edição 73, Marta Alencar, secretária da redação, tomava as providências necessárias para que o jornal fosse impresso.

4 de novembro de 1970, quarta-feira.

Passé pelo PASQUIM e me reuni com o pessoal que sobrou. A reunião foi realizada num bar instalado perto da redação, quando foi decidido que o melhor seria a minha apresentação. Num acesso imbecil de megalomania, achei que as forças de repressão estavam querendo mesmo o diretor do jornal, na época eu.

Jaguar tinha chegado nesse dia de Arraial do Cabo e não sabia de nada. Encontrou em casa um recado para ligar para um número: falou com Francis, na Vila. Francis disse que queriam a nossa presença lá, para depoimentos. E que depois todo mundo seria solto.

Fizemos uma vaquinha, Flávio Rangel, Jaguar e eu para pagar o táxi de Ipanema a Marechal Hermes. Custou um dinheirão. Paramos antes de entrar na Vila Militar, num boteco, pra tomar umas cervejas. Quando beberíamos outras? A gente não levou mala, o convite era depor e depois voltar pra casa. Mas ninguém duvidava de que ia ficar em cana. Não deu outra: e a "gripe" só acabou no dia 31 de dezembro.

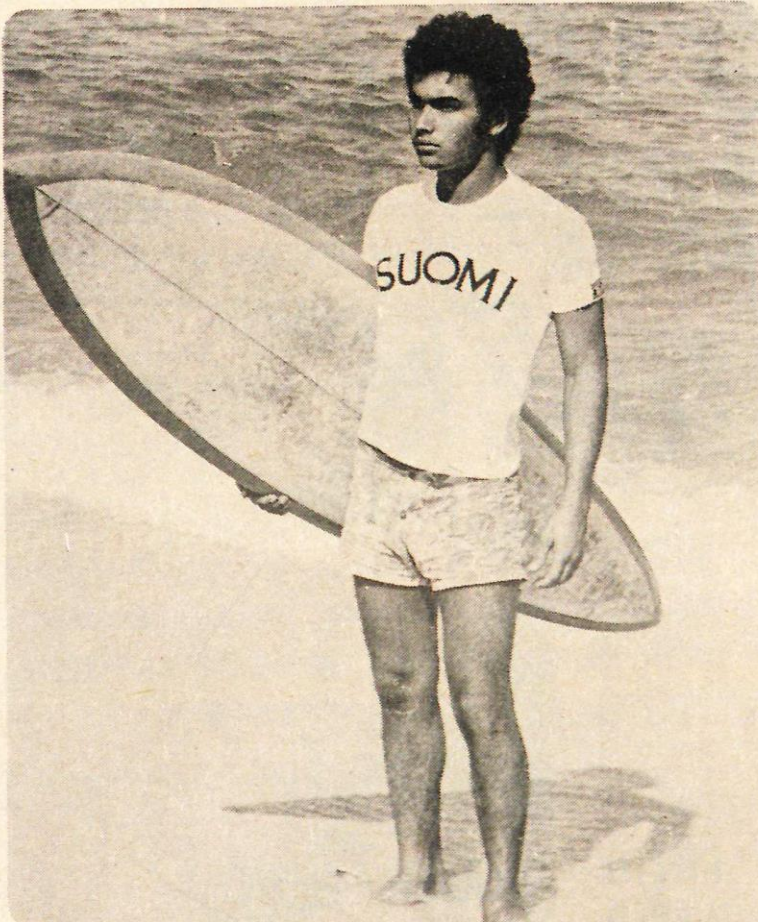


ANEXO B



surf shorts
Waikiki

The hawaiian surf shorts



RIO: King Sport, Imp. Virginia, Adonis, Tavares, Esplanada, Adidas, Hotel Internacional, BELO HORIZONTE: Fuade's, Shaulin, Jonag Moda, A Nacional, A 2 Presentes, Prince Imp., Novidades Te. PORTO ALEGRE: Altred, Casa Lu, Saco Cuecão, Salem, Magazin, Cepal, SALVADOR: Lido, Washi, Petronius, Kaverna, M M, Garotão, BRASILIA: Surf Moda Jovem, Brasília Imp. CAMPOS: Minster Roupas, Tonj Modas, VITÓRIA: A Esportiva, Status. GOIÂNIA: Pacheco, Dr. Jeanes. FLORIANÓPOLIS: Lojas Altred, Magazin, Coelho. CURITIBA: Magazin Avenida, Universal, Gávea. BLUMENAU: Lojas Hering, Willy Sievert, Conf. Ellanl JOENVILE: Tabuleiro Sports. CAMPO GRANDE: O. Hyes. FORTALEZA: Gendemanns. NEW YORK: Alexander's. HAWAII: Liberty House.

e outras lojas fiinas.

Pasquim, edição 481, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1978.

O MELHOR ANTÍDOTO CONTRA O VENENO DA REAÇÃO

A Editora Civilização Brasileira, ampliando suas atividades, passa a distribuir, em todo o País, os livros das EDIÇÕES ANTÍDOTO, de Lisboa, especializados em Ciências Políticas, dedicando-se, em particular, aos mais importantes momentos da História do nosso século.

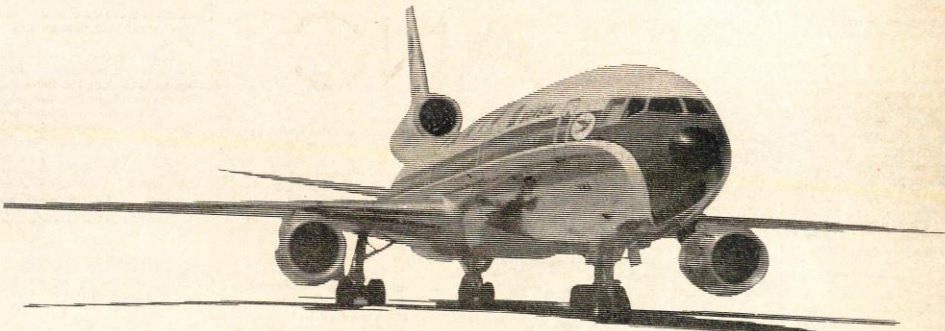
Já se encontram à venda, em todas as boas livrarias, os seguintes títulos:

- | | |
|---|---|
| Ernest Mandel
1. SOBRE O FASCISMO Cr\$ 60,00 | Wilhelm Reich
12. O COMBATE SEXUAL DA JUVENTUDE Cr\$ 180,00 |
| Enrico Berlinguer
2. DO COMPROMISSO HISTÓRICO AO EUROCOMUNISMO Cr\$ 60,00 | E. Mandel, S.W.U.C. Rossi, Rousset e Lew
13. A CHINA ANTES E DEPOIS DE MAO Cr\$ 200,00 |
| E. Mandel, D. Bailey, L. Meitan e C.A. Udry
3. A RESPOSTA OPERÁRIA À INFLAÇÃO, DESEMPREGO E EMIGRAÇÃO Cr\$ 60,00 | Ernest Mandel
14. CRÍTICA DO EUROCOMUNISMO Cr\$ 200,00 |
| Antonio Gramsci
4. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA PRAXIS Cr\$ 60,00 | Leon Trotsky
15. PROBLEMAS DA GUERRA CIVIL Cr\$ 60,00 |
| Ernest Mandel
5. INICIAÇÃO À TEORIA ECONÔMICA MARXISTA Cr\$ 80,00 | Ernest Mandel
16. TEORIA MARXISTA DO ESTADO Cr\$ 60,00 |
| Zinoviev, Bukharine, Bordiga, Lênin e Trotsky
6. A QUESTÃO PARLAMENTAR E A INTERNACIONAL COMUNISTA Cr\$ 60,00 | Ernest Mandel
17. INTRODUÇÃO AO MARXISMO Cr\$ 200,00 |
| George Plakhanov
7. O PAPEL DO INDIVÍDUO NA HISTÓRIA Cr\$ 60,00 | Ernest Mandel
18. A LUTA PELA DEMOCRACIA SOCIALISTA NA UNIÃO SOVIÉTICA Cr\$ 100,00 |
| Franz Mehring
8. O MATERIALISMO HISTÓRICO Cr\$ 60,00 | Norman Geras
19. A ATUALIDADE DE ROSA LUXEMBURGO Cr\$ 200,00 |
| Leon Trotsky
9. A REVOLUÇÃO PERMANENTE NA RÚSSIA Cr\$ 60,00 | Estudo realizado pela Universidade de Berlim, Alemanha
20. GUIA PRÁTICO PARA A LEITURA DE O CAPITAL. Cr\$ 110,00 |
| H. Dahmer, P. Frappier e J.M. Brohm
10. REICH PERANTE MARX E FREUD Cr\$ 110,00 | Leon Trotsky
21. PROGRAMA DE TRANSIÇÃO PARA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA Cr\$ 110,00 |
| Leon Trotsky
11. A REVOLUÇÃO TRAÍDA Cr\$ 200,00 | Leon Trotsky
22. A REVOLUÇÃO DESFIGURADA Cr\$ 120,00 |

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL A
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S/A
EDIÇÕES ANTÍDOTO
Rua Muniz Barreto, 91/93 — CEP — 22.251
Rio de Janeiro, RJ
Tels. 286-9096 — 286-9549 — 286-0797

Pasquim, edição 500, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1979.

Qual a empresa aérea que tem os melhores serviços no Brasil e para o exterior?	Qual a empresa aérea que tem o melhor serviço de bordo?	Qual é a empresa preferida dos que voam no Brasil e para o exterior?
Varig.	Varig.	Varig, naturalmente.



A maneira mais elegante de voar

PROF. VARIG 937

Pasquim, edição 500, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1979.

ANEXO C

GARFARAM O MEU CANDIDATO

Mário Vianna e um Rei Momo — o que diz do MDB fluminense? Bem, o que eu gostaria de dizer está no editorial do JB, da última terça-feira. Farsa? É pouco. É o pior é que, na segunda-feira, muitos dos candidatos aprovados pelo colégio dos caciques Chagas Freitas e Amaral Peixoto — alguns que até se beneficiam dos votos da esquerda — festejaram despididamente o boicote de que acabaram vítimas vários dos seus legítimos concorrentes.

Ora, direis, o poder corrói. E eu vos digo: a sede de poder corrói muito mais. O que teve de candidato soi-disant progressista bajulando o chaguismo não está no "Júlio César". Sei, as tais mão sujas, Sartre, aquelas coisas todas. Olha, velharias que se perpetuam por comodismo. Por conta delas até Stalin se salva. Repito a bela frase do falecido Osman Lins: "É preciso restaurar a franqueza neste país".

Por falar nisso, meu candidato a deputado estadual, pelo Rio, continua sendo Raimundo de Oliveira. Conheci-o pessoalmente e tive dele a melhor impressão. Seu cabo eleitoral, à distância (mas só até setembro), é o ex-deputado Lysaneas Maciel. Raimundo ficou de fora, na lista confeccionada na Convenção de domingo. Foi, porém, o mais aclamado, a ponto de os próprios chaguistas admitirem ter sido uma injustiça deixá-lo de fora, tal a força do seu prestígio. Quando o atual jogo de empurra terminar, Raimundo deverá ganhar o lugar que lhe pertence. Será, calcula-se, um dos deputados mais votados do Estado; senão o mais votado.

A ROSA DE TÓQUIO

O MDB foi dormir na segunda-feira com a certeza de que o governo não está a fim de negociar emendas às suas reformas. O hábito do cachimbo entorta a boca: quem sempre mandou como quis, até na hora de pedir desculpa fala grosso. Pois, no fundo, as reformas são um pedido de desculpa pelos últimos oito anos e oito meses de arbítrio. Se não se soubesse autoritário o governo não proporia reformas. Assim como se se soubesse amado pelo masoquismo nacional não as teria proposto, com a desculpa de que a voz do povo e a voz de Deus sempre se confundem quando o amém que vem de baixo favorece o monarca. Já há quem antecipe um surpreendente amém ao governo e, por tabela, às suas reformas, nas eleições de novembro. Com base no facilitário da Lei Falcão, até que isso pareceu viável, há algum tempo. Mas, como nem com a mão única dessa lei, as perspectivas eleitorais da Arena melhoraram, partem agora o governo e seus ventríloquos para a cartada final, nos induzindo a crer que a Oposição não levará a melhor daqui a três meses. Depois do pacote de abril, tira o Planalto de sua cartola de truques o fantasma da Rosa de Tóquio, por sinal usada pela primeira vez quando da reforma do Judiciário.

Durante a guerra dos EUA no Pacífico, os japoneses azucrinavam as tropas americanas com transmissões radiofônicas especiais, sob o comando de uma locutora apelidada Rosa de Tóquio. Sua missão era baixar o moral dos inimigos, submetendo-os a uma audição permanente de nostálgicos fox-trots e incutindo-lhes, através de falsas notícias, o medo de uma derrota irreversível e iminente. A nossa Rosa



de Tóquio quer nos fazer crer, primeiro, que a Arena vai vencer, e, segundo, que se ela perder haverá retrocesso na abertura.

MEDO DA VERDADE

Discute-se em São Paulo se nas salas de aula deve-se ou não ensinar sexo às crianças. A partir deste mês, a Secretaria de Educação do Município começa a implantar em três escolas um curso de orientação sexual. Enquanto isso, no Rio, uma professora está sendo processada por tentar fazer aquilo que, a 400 km de distância de sua escola, vai-se fazer com patrocínio oficial. Um absurdo, sem dúvida. Não é, contudo, o único recolhido ao escaninho dos disparates da repressão tupiniquim. Quando sobre a cidade professora carioca desabou a ira dos nossos moralistas de plantão, o atual ministro da Educação, Euro Brandão, reagiu de tal modo que o deputado J. G. de Araújo Jorge só encontrou duas palavras para qualificá-lo: "reacionário" e "quadrado".

Que outra coisa esperava desse regime e seus luminares o combativo deputado oposicionista? Freud, no caso, não explica tudo. Diagnóstico mais correto em Wilhelm Reich, o analista exclusivo da hipocrisia latente em todas as formas de autoritarismo.

Lendo-se Reich fica mais fácil entender sobretudo o trabalho do dr. Armando Falcão à frente do Ministério da Justiça. Na sexta-feira passada, disparou de sua mesa uma ordem para que se apreendessem todos os exemplares à venda do best-seller internacional, "O Relatório Hite". Editada aqui pela Difel e fulminantemente alçada à lista dos livros mais vendidos, a polêmica pesquisa de Shere Hite sobre os hábitos sexuais da mulher americana insultou o frágil pudor das nossas autoridades. Adorna o ucaso ministerial a desculpa de praxe: o relatório trataria de "matéria contrária à moral e aos bons costumes".

Foram mais ou menos essas as justificativas do imperador Augusto ao banir de suas terras o poeta Ovídio por causa de sua "Ars Amatoria" e do governo inglês, em idos menos, remotos (1857), para

cassar o direito dos "Estudos de Psicologia do Sexo", de Havelock Ellis, chegarem às mãos dos ancestrais daqueles que, décadas mais tarde, passaram a manuseá-los com a naturalidade científica de quem folheia um tomo do Código Penal. Como diria o macaco, já estão nos tratando como gente, e à inglesa.

Para compor seu estudo, Shere Hite ouviu três mil mulheres, que lhe contaram todos os seus problemas sexuais — abertamente, como convém. As agruras sexuais da mulher americana decerto não diferem muito das de suas colegas brasileiras; daí a utilidade de sua publicação entre nós. Proibí-lo por considerá-lo atentatório à moral e aos bons costumes depõe apenas contra os que recomendaram a medida ao ministro. Se entre esses torquemadas só houver varões, pior para quem acatou a sugestão, pois deles se poderá dizer que agiram em defesa própria, e de quem lhes deu cobertura algo bem menos favorável. O relatório, afinal, não é muito condescendente com os homens, na medida em que revela ser numerosa a quantidade de mulheres que atingem mais facilmente o orgasmo masturbando-se. Se o estímulo à proibição, todavia, partiu de algum torquemada dotado de clitoris e outros apetrechos anatômicos que identificam uma mulher, só nos resta lamentar que no Brasil de hoje a preservação do moral e dos bons costumes esteja entregue a pessoas incapazes de suportar, sem revides, a leitura de um livro que lhes pareça um retrato fiel de suas próprias frustrações diárias. Caetano tem razão: ainda vivemos a eternidade da maçã.

A PARANÓIA DA SEMANA

Movimento levanta, em sua última edição, a seguinte dúvida: JK morreu por acidente ou foi vítima de um atentado, como o ex-chanceler chileno, Orlando Letelier? É fato que a morte do ex-presidente, assim como a da modista Zuzu Angel, nunca foi esclarecida a contento pelas autoridades. O histo-

riador Hélio Silva, que não se deu por satisfeito com a versão corrente do desastre que vitimou JK, há dois anos atrás, dá tratos à bola: "Por que este homem que tinha o recorde de viagens de avião voltava de São Paulo para o Rio de automóvel? Ninguém pode imaginar que foi um passeio. Que aventura política, que conversa sigilosa motivou a viagem trágica? A viagem de automóvel favorecia o anonimato conveniente."

Acredita-se hoje que JK teria um encontro político sigilosíssimo em algum ponto entre Rio e São Paulo. Tão sigiloso que até aos amigos mais chegados sonegou informações sobre sua mudança de roteiro e meio de transporte (tinha passagem aérea para Brasília). Mais: que espões bem articulados saberiam dos planos do ex-presidente e lhe teriam dado o mesmo destino que o terrorismo oficial chileno reservou, dizem, ao ex-chanceler Letelier. Delírio? Fantasia?

Movimento parte do princípio de que os serviços de inteligência latino-americanos mantêm entre si contatos de alto nível, fato incontestável e até devassado em livro pela dupla Nancy Stein & Michael Klare (possivelmente as maiores autoridades em repressão multinacional e armamentos que conheço) e, mais recentemente, pelo ex-agente da CIA, John Stockwell, autor de "In Search of Enemies", que, a meu ver, bebeu muito nas pesquisas pioneiras de Stein & Klare divulgadas pela NACLA. Refere-se ainda o semanário a uma carta que o ex-chefe da DINA, Contreras Sepúlveda, teria enviado ao ex-chefe do SNI, general Figueiredo — e na qual JK e Letelier são citados como elementos nocivos à estabilidade política nos países do Cone Sul — acusando-a de não ter sido convincentemente desmentida. Pelo fac-símile publicado, a carta citada é a mesma que no ano passado divulgou a revista venezuelana *Questiones* e mãos interessadas em enlascar a vida do sucessor de Geisel puseram em circulação entre inúmeros jornalistas brasileiros, até que *Veja* a publicou, meses atrás. O semanário duvida que, a carta, ao contrário do que se disse, seja mesmo apócrifa. Tanto quanto não duvida que, às vésperas de sua morte, JK estivesse transando a mil com desafetos graúdos do regime.

PERGUNTAS DA SEMANA

- A peste suína acabou de vez? Se não acabou, por que deixaram os cavalos do último Grande Prêmio Brasil entrarem e saírem do Rio, sem mais nem menos? Se acabou, por que continuam dizimando porcos por aí?
- Quem mente mais: as fichas do Biorritmo ou as sinopses da Agência Nacional?
- O general Hugo Abreu escreveu mesmo um relatório contra o "entourage do presidente Geisel"?
- Por que até hoje nenhum terrorista de direita foi preso pela "Revolução"?
- Os senhores Tancredo Neves e Thales Ramalho são de oposição a quem?
- Quem fornecia cocaína a Michel Frank?
- Quando é que você sente mais vergonha de ser brasileiro: quando olha para o Paulo Maluf ou quando vê o Francelino Pereira?

